

farminveste
SGPS, S.A.

2025
RELATÓRIO &
CONTAS

ÍNDICE:

1. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
2. RELATÓRIO DE GESTÃO	5
A EMPRESA	6
INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS	8
PRINCIPAIS ATIVIDADES E DECISÕES ESTRATÉGICAS EM 2025	9
GOVERNO SOCIETÁRIO	12
RELAÇÃO COM INVESTIDORES	14
CONTEXTO MACROECONÓMICO	15
EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE ECONÓMICA DA FARMINVESTE (INDIVIDUAL)	17
EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE ECONÓMICA DA FARMINVESTE (CONSOLIDADO)	19
PERFORMANCE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO	32
3. GESTÃO DO RISCO	42
4. PERSPECTIVAS FUTURAS	46
5. PROPOSTA DA APLICAÇÃO DE RESULTADOS	48
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS (CONTAS INDIVIDUAIS)	50
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS (CONTAS CONSOLIDADAS)	72
8. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS)	129
9. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS)	132
10. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (CONTAS INDIVIDUAIS)	135
11. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (CONTAS CONSOLIDADAS)	140

1. Mensagem da presidente do Conselho de Administração



1. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O Conselho de Administração reafirma o seu compromisso com a criação de valor sustentável para o acionista.

Emá Paulino

Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

O exercício de 2025 marcou um momento de transformação estrutural no Grupo, com a conclusão do processo de reorganização societária e financeira, o qual redefiniu o modelo de atuação e o posicionamento estratégico da Farminveste SGPS.

Neste novo enquadramento, a sociedade consolidou o seu papel enquanto holding pura, centrada na gestão estratégica das suas participações sociais detidas através da sua subsidiária Farminveste IPG, na alocação eficiente de capital e na otimização da sua estrutura financeira, deixando de desempenhar funções operacionais diretas.

Destacam-se, no ano de 2025, a execução de um conjunto de operações estruturantes, designadamente ao nível da redução do perímetro do Grupo e do refinanciamento da dívida, com impacto relevante na sua estrutura económico-financeira e no reforço da solidez do balanço.

Não obstante a evolução positiva registada nos diversos indicadores do leque das subsidiárias, importa sublinhar que os resultados apresentados em 2025 incorporam efeitos significativos de natureza não recorrente, associados ao processo de reorganização, pelo que a sua análise deve ser efetuada com o devido enquadramento.

O Conselho de Administração reafirma o seu compromisso com a criação de valor sustentável para o acionista, assente numa gestão rigorosa, numa disciplina financeira exigente e numa estratégia de longo prazo orientada para a solidez e resiliência do Grupo.

2. Relatório de gestão

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Farminveste SGPS (conforme definida na página seguinte) submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas o presente documento, que integra, entre outros elementos, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e a Proposta de Aplicação de Resultados relativos ao exercício de 2025.

2. RELATÓRIO DE GESTÃO

A EMPRESA

A Farminveste – SGPS, S.A. (doravante “Farminveste SGPS” ou “Sociedade”) é uma sociedade gestora de participações sociais, maioritariamente detida pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), cuja missão se concretiza por via da sua participação na Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (Farminveste IPG).

Em termos estritamente societários, a Farminveste SGPS detém, diretamente, uma única participação social, correspondente a 100% do capital da Farminveste IPG.

Neste contexto, o papel da Sociedade não deve ser interpretado como o de uma holding operacional ou de investimento direto, assumindo antes uma natureza essencialmente estratégica, financeira e de governação, orientada para a supervisão da atividade desenvolvida pela sua participada e para a criação das condições necessárias à execução do respetivo plano estratégico.

A atuação da Farminveste SGPS centra-se, assim, no acompanhamento do desempenho económico-financeiro da Farminveste IPG, na definição de orientações estratégicas em articulação com o acionista e na garantia de que a participada dispõe dos meios adequados ao desenvolvimento da sua atividade e à salvaguarda da sustentabilidade do Grupo.

A Farminveste SGPS não desenvolve atividade operacional própria, nem gera fluxos de caixa operacionais autónomos, sendo a sua dinâmica económico-financeira indissociável da evolução da Farminveste IPG, quer ao nível dos resultados gerados, quer ao nível da estrutura financeira do Grupo. As principais fontes de financiamento da Sociedade têm sido, historicamente, operações realizadas nos mercados de capitais, em particular através de emissão de dívida obrigacionista, assim como operações pontuais de financiamento intragrupo.

Neste enquadramento, as principais atividades desenvolvidas pela Farminveste SGPS ao longo de 2025, à semelhança dos exercícios anteriores, centraram-se essencialmente em:

- + Concretização de uma nova emissão de dívida obrigacionista (Farminveste SGPS - 2025-2029), com uma componente material de troca de obrigações anteriores, com o objetivo de refinanciar e estender a maturidade da dívida, bem como de obter fundos adicionais destinados ao reforço da estrutura financeira da Farminveste IPG;
- + Conclusão do processo de reorganização societária da Farminveste IPG, visando recentrar o seu posicionamento enquanto holding de participações sociais, clarificar o respetivo perímetro de atuação e dar suporte ao seu plano estratégico;

O exercício de 2025 assume, assim, um papel particularmente relevante no percurso recente da Farminveste SGPS, refletindo a materialização de decisões de natureza estrutural conduzidas ao nível da Farminveste SGPS, com impacto direto na consolidação financeira da Farminveste IPG e na redução do seu endividamento bancário, conducente também, à libertação material dos ónus que incidiam sobre o conjunto das suas participações financeiras.

VISÃO, PRINCÍPIOS E EIXOS DE ATUAÇÃO

Visão

Assegurar a criação de valor no setor da saúde através de uma gestão estratégica, rigorosa e financeiramente sustentável das participações sociais do Grupo Farminveste, em alinhamento com as orientações do acionista e focada na solidez económico-financeira de todo o Grupo.

Princípios de atuação

A atuação da Farminveste SGPS assenta em princípios de rigor, transparência e responsabilidade, promovendo uma governação sólida, disciplina financeira e uma alocação eficiente de capital, com vista à criação de valor consistente no longo prazo e à preservação da sustentabilidade financeira do Grupo ANF.

Eixos de atuação

A intervenção da Farminveste SGPS estrutura-se em torno dos seguintes eixos fundamentais:

- + Governação e acompanhamento estratégico das participações, assegurando o alinhamento entre o desempenho económico-financeiro das sociedades participadas e os objetivos estratégicos definidos para o Grupo;
- + Gestão ativa da estrutura de capitais, incluindo decisões sobre financiamento, refinanciamento e otimização do endividamento, com enfoque na redução do risco financeiro e no reforço da robustez do balanço consolidado;
- + Alinhamento com os acionistas, garantindo a coerência das decisões estratégicas com as prioridades definidas, nomeadamente em matéria de sustentabilidade financeira, defesa dos ativos estratégicos e criação de valor no longo prazo.

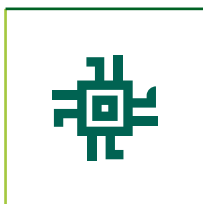
INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

A Farminveste SGPS acompanha um conjunto de investimentos estratégicos no setor da saúde, cuja evolução é determinante para a criação de valor, a geração de resultados e a sustentabilidade financeira do Grupo. A sua atuação centra-se na supervisão estratégica indireta destas participações, avaliando o respetivo desempenho, perfil de risco e contributo para a consolidação financeira consolidada.



Distribuição farmacêutica

A área da distribuição farmacêutica constitui um dos principais pilares económicos do Grupo, materializando-se através da participação indireta de 51% na Alliance Healthcare, S.A. Ao longo de 2025, esta área foi marcada por decisões estratégicas de racionalização do portefólio, designadamente a alienação da participação na Alloga Logifarma, operação que permitiu reduzir risco financeiro, reforçar a liquidez e contribuir para a desalavancagem do Grupo.



Sistemas de informação e tecnologia

A participação indireta maioritária na Glintt Global, S.A. assegura exposição estratégica a uma área crítica para a transformação digital do setor da saúde. Trata-se de um ativo com relevância estrutural no ecossistema da saúde, cuja evolução é acompanhada numa perspetiva de criação de valor no médio e longo prazo, equilibrando crescimento, rentabilidade e disciplina financeira.



Inteligência sobre o mercado da saúde

O investimento na HMR (detida a 91,5% pela Farminveste IPG desde fevereiro de 2026, mais 2,5% que no fecho do exercício de 2025) enquadra-se numa lógica de suporte estratégico ao conhecimento do mercado da saúde. A prioridade da gestão tem sido acompanhar a estabilização e consolidação desta atividade, promovendo o equilíbrio entre os recursos afetos à atividade e os objetivos estratégicos definidos.



Prestação de cuidados de saúde

A participação indireta na CUF, S.A. (de 30%) constitui um investimento financeiro estratégico num dos principais operadores privados de prestação de cuidados de saúde em Portugal, contribuindo de forma relevante para os resultados do Grupo e para a diversificação das suas fontes de criação de valor.



Setor imobiliário

O investimento indireto no fundo imobiliário fechado Imofarma assegura uma base imobiliária estruturante para as entidades do universo ANF, contribuindo para a estabilidade operacional do Grupo e para a preservação de ativos estratégicos, sendo acompanhado numa perspetiva de equilíbrio entre valorização patrimonial e sustentabilidade financeira.

PRINCIPAIS ATIVIDADES E DECISÕES ESTRATÉGICAS EM 2025

1. Consolidação financeira e reorganização estrutural do Grupo

Em 2025, a atividade da Farminveste SGPS e da Farminveste IPG esteve fortemente centrada na concretização de um conjunto alargado de operações estruturais, com impacto direto na racionalização económica, na eficiência operacional e na **consolidação financeira da Farminveste SGPS e da Farminveste IPG**. Estas operações assumiram um carácter prioritário e transversal, refletindo-se de forma significativa na estrutura de capitais, no perfil de risco financeiro e na simplificação do perímetro societário, e resumem-se nos seguintes eixos principais:

- + Emissão de um empréstimo obrigacionista pela Farminveste SGPS, com vista ao refinanciamento, por troca, de emissões anteriores, com extensão da maturidade, e aumento da captação de recursos com vista à capitalização da Farminveste IPG conducente à redução e reestruturação do endividamento financeiro, bem como à redução material dos penhores existentes sobre a quase totalidade das participações sociais detidas;
- + Reorganização societária, incluindo a alienação, por contrapartida em dinheiro, de atividades operacionais e participações societárias para outras entidades do Grupo ANF;

Como resultado destas operações, os Capitais Próprios atribuíveis a acionistas aumentaram 66,7 milhões de euros face a 2024, ascendendo a 216,7 milhões de euros no final do exercício. Este reforço resulta sobretudo da incorporação do resultado líquido do exercício, no montante de 58,7 milhões de euros, do aumento de capital decorrente da conversão de obrigações por ações da Farminveste SGPS, no valor de 0,96 milhões de euros, e do reconhecimento de ajustamentos em ativos financeiros diretamente registados em capitais próprios, no montante de cerca de 7,0 milhões de euros, sem impacto em resultados.

No âmbito da **emissão obrigacionista**, realizada em março de 2025, a Farminveste SGPS concretizou uma nova emissão no montante de 37,7 milhões de euros. Esta operação visava o reembolso de duas emissões obrigacionistas anteriores:

- + Farminveste SGPS - 2021-2025, no montante global de 13,6 milhões de euros, dos quais:
 - + 9,0 milhões de euros foram trocadas pelas Obrigações Farminveste SGPS 2025-2029;
 - + 3,7 milhões de euros foram reembolsados na maturidade (outubro de 2025);
 - + 0,9 milhões de euros foram convertidos em ações da Farminveste SGPS, dando lugar a um aumento de capital através da emissão de 191.868 novas ações da categoria B da Sociedade, correspondentes a 0,95% do capital social da Sociedade;
- + Farminveste SGPS - 2022-2026, no montante global de 14,4 milhões de euros, dos quais:
 - + 9,7 milhões de euros foram trocadas pelas Obrigações Farminveste SGPS 2025-2029.

O valor da nova emissão, líquido do reembolso das anteriores, gerou um excedente de tesouraria de 9,6 milhões de euros que foi utilizado pela Farminveste SGPS para pagamento do serviço da dívida de 2025 (1,9 milhões de euros juros e comissões) e para reforço dos capitais próprios da Farminveste IPG (7,7 milhões de euros concretizado através de suprimentos não remunerados).

Paralelamente, foi implementada uma **reorganização societária** da Farminveste IPG, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2025, através de uma operação de cisão-fusão que implicou a transferência de participações sociais e atividades operacionais. Em concreto, foram destacadas da Farminveste IPG para a Farminveste SGPS as participações nas sociedades Globalvet – Soluções e Inovação Veterinária, Lda. e Go Far Insurance – Soluções e Serviços para Proteção da Saúde, Mediação de Seguros, S.A., bem como as unidades económicas associadas às atividades de Marketing, Sistemas de Informação e Transformação Digital e Serviços Corporativos e Serviços Partilhados. Como contrapartida desta operação, os capitais próprios da Farminveste IPG foram reduzidos, inicialmente, em 5,9 milhões de euros.

Os ativos transferidos foram subsequentemente incorporados pela Farminveste SGPS noutras entidades do Grupo ANF, designadamente no Infosaúde – Instituto de Formação e Inovação em Saúde, S.A., (“Infosaúde”) e na sociedade A Ver Navios em Santa Catarina – Gestão e Serviços, Lda. (“AVN”), através de aumentos de capital próprios. A reorganização foi concluída em 31 de outubro de 2025, com a alienação das participações detidas pela Farminveste SGPS nestas duas entidades à Associação Nacional das Farmácias, e o pagamento pela ANF à Farminveste SGPS do valor de 5,9 milhões de euros correspondente aos ativos transferidos.

Por último procedeu-se à recapitalização da Farminveste IPG por entrada em dinheiro, repondo os capitais próprios da Farminveste IPG, no seu valor original antes da referida reorganização.

Ao nível do **financiamento bancário**, a 22 de dezembro de 2025, a Farminveste IPG celebrou dois contratos de financiamento com a Caixa Económica Montepio Geral – um mútuo a 7 anos e um programa de papel comercial a 6 meses, no montante global de 46,5 milhões de euros, que permitiu liquidar integralmente financiamentos bancários anteriores enquadrados no Acordo Quadro celebrado em 2021 com várias instituições financeiras. Este refinanciamento possibilitou, igualmente, a **libertação dos penhores** constituídos sobre a maioria das participações detidas pela Farminveste IPG, mantendo-se apenas garantias parciais sobre a participação na CUF (10%) enquanto vigorar o financiamento de médio prazo (e 5% enquanto vigorar o financiamento que se vence em junho de 2026).

O exercício ficou ainda marcado pela **alienação de ativos não estratégicos**, mas com impacto económico-financeiro relevante. Destaca-se a venda da Alloga Logifarma, detida pela subsidiária Alliance Healthcare, pelo montante aproximado de 92 milhões de euros, bem como a alienação da participação de 27% na JMRS à José de Mello Capital, S.A. detida pela Farminveste IPG, pelo montante aproximado de 4,4 milhões de euros. Estas operações contribuíram, de forma decisiva, para a redução do endividamento financeiro bancário e para a liquidação antecipada de emissões obrigacionistas da Farminveste IPG.

A Farminveste SGPS reembolsou em 2025 um apoio de tesouraria do acionista ANF de 4,5 milhões de euros liquidando os passivos financeiros com a ANF.

A Farminveste SGPS tem assegurados os meios necessários para o reembolso do Empréstimo Obrigacionista 2022-2026.

2. Acompanhamento estratégico das participações da Farminveste IPG

Para além da intervenção direta ao nível da reorganização e da estrutura financeira, a Farminveste SGPS assegurou, em 2025, o acompanhamento estratégico das principais participações detidas pela Farminveste IPG, num contexto de consolidação, racionalização do portefólio e foco na criação de valor sustentável.

No segmento da **distribuição farmacêutica**, em dezembro de 2025, a Alliance Healthcare, participada da Farminveste IPG, concluiu a alienação da sua participada Alloga Logifarma à Cencora, Lda.. Esta alienação gerou entradas de liquidez de 91,8 milhões de euros e uma mais valia de cerca de 73,5 milhões de euros nas contas consolidadas da Alliance Healthcare e de aproximadamente 37,5 milhões de euros nas contas consolidadas da Farminveste IPG.

No domínio dos **sistemas de informação e tecnologia**, a Farminveste SGPS acompanhou a evolução da sua participação indireta maioritária na Glintt Global, sociedade cotada, com um posicionamento autónomo no mercado, uma base alargada de clientes em Portugal e em Espanha e uma presença relevante no setor da saúde e na consultoria tecnológica empresarial. Em 2025, a Glintt Global deu continuidade à sua estratégia de crescimento e consolidação, mantendo uma trajetória de investimento contínuo em inovação, tecnologia e reforço de competências, bem como uma política de criação de valor refletida na distribuição regular de dividendos aos acionistas.

Na área da **prestação de cuidados de saúde**, a Farminveste SGPS manteve o acompanhamento da sua participação indireta de 30% na CUF, enquanto investimento financeiro estratégico e estruturante num dos principais operadores privados de prestação de cuidados de saúde em Portugal. Apesar de minoritária, esta participação confere um alinhamento estratégico, uma parceria de longo prazo e um contributo financeiro regular materializado na distribuição anual de dividendos.

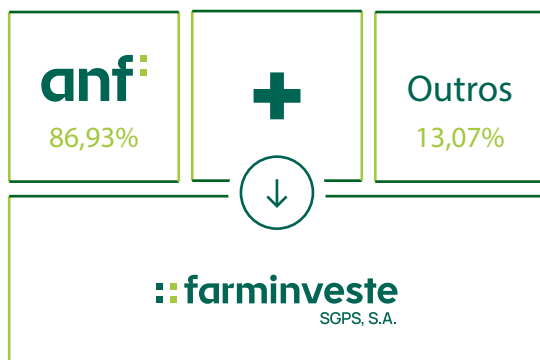
Ao nível da **inteligência sobre o mercado da saúde**, foi iniciado em 2025 um plano de turnaround orientado para o reforço da posição da HMR no mercado português, que incluiu: i) diagnóstico aprofundado das competências internas (humanas, tecnológicas, organizativas), ii) definição de novas áreas de atuação, com priorização de ofertas críticas para o sector e para o posicionamento da empresa, iii) reforço da atividade comercial, com foco na proximidade ao cliente, e no reforço da equipa de consultoria com contratação de novos quadros.

Prevê-se que a HMR atinja o break-even de cash-flow operacional em 2026 e resultados líquidos positivos em 2029.

Finalmente, no **setor imobiliário**, a Farminveste SGPS manteve a sua participação indireta no Imofarma, enquanto investidor de referência num fundo imobiliário fechado de gestão autónoma.

O fundo imobiliário conta com um conselho consultivo que acompanha as decisões sobre a manutenção, aquisição e racionalização de ativos imobiliários estratégicos, numa lógica de suporte às necessidades do universo ANF e de preservação de valor patrimonial no médio e longo prazo.

GOVERNO SOCIETÁRIO



A Farminveste SGPS é uma empresa detida, após o aumento de capital em outubro de 2025, em 86,93% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), sendo o restante capital detido por acionistas minoritários, na sua maioria sócios da ANF, constituindo um free float de 13,07%.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Na Assembleia Geral que foi concluída a 7 de março de 2024, foram eleitos, por um período de três anos, os membros dos órgãos sociais da Farminveste SGPS para o triénio 2024-2026, conforme comunicado oportunamente aos senhores acionistas e ao mercado. A informação abaixo reflete a atual composição dos órgãos sociais, incluindo alterações havidas desde aquela data.

ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral é atualmente composta pelos seguintes membros:

Presidente Maria da Luz Toregão Romão Sequeira

Vice-Presidente Victor Réfega Fernandes

Secretário Marcos André Alves Teixeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é atualmente composto pelos seguintes membros:

Presidente (Não Executivo) Ema Isabel Gouveia Martins Paulino Pires

Vogal Tiago Alexandre Mendes Bartolomeu

Vogal Juan Miguel Martin Iglesias

Vogal Luis Miguel Reis Sobral

Comissão Executiva

Presidente Tiago Alexandre Mendes Bartolomeu

Vogal Juan Miguel Martin Iglesias

Vogal Luis Miguel Reis Sobral

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é atualmente composto pelos seguintes membros:

Presidente	António Canaveira Paula de Campos
Vogal	António Manuel de Carvalho Dias Duarte
Vogal	Oliveira, Reis e Associados, SROC, Lda. Representada por Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha
Vogal Suplente	Maria Balbina Boino Cravo

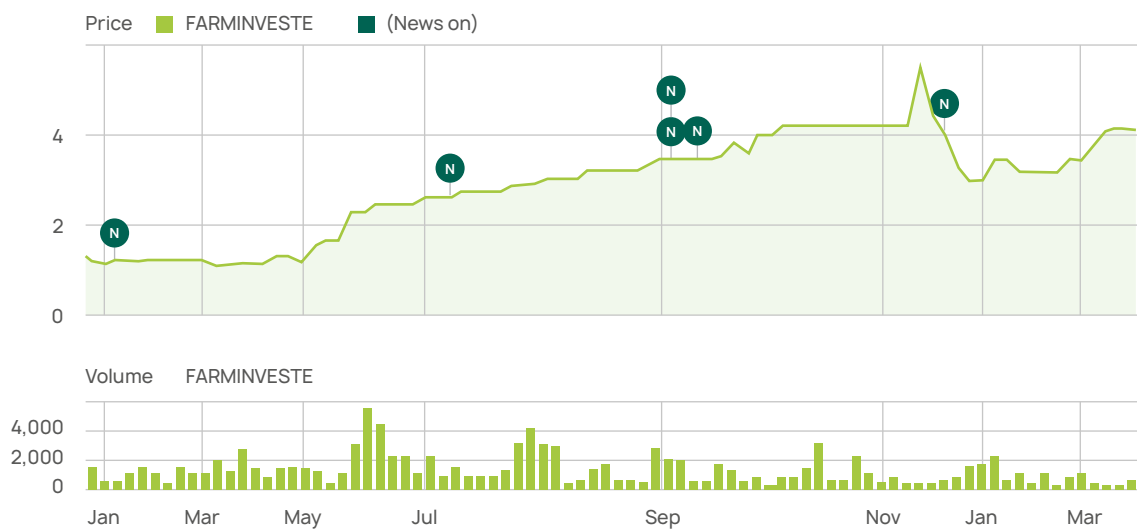
RELAÇÃO COM INVESTIDORES

A Farminveste SGPS apresenta uma base acionista estável, composta por mais de 3.000 acionistas, mantendo as ações de categoria B (2.691.868 ações) admitidas à negociação no Euronext Access Lisbon.

Em 2025, foram transacionadas 77.540 ações, correspondentes a menos de 3% das ações admitidas à negociação, o que representou um turnover de 204.553 euros e um preço médio de transação de 2,64 euros.

Num contexto de reduzido free float e liquidez muito limitada, ao longo do exercício, a cotação oscilou entre um valor mínimo de 1,14 euros e um valor máximo de 5,55 euros. A 15 de abril de 2026, o valor de referência era de 4,12 euros por ação.

Em cumprimento do disposto no nº 2 do Artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que a Sociedade não adquiriu nem alienou quaisquer ações próprias durante o exercício e que, no final de 2025, não detinha quaisquer ações próprias.



Fonte Euronext Access

CONTEXTO MACROECONÓMICO

De acordo com o Global Economic Prospects, publicado pelo Banco Mundial em janeiro de 2026, a economia mundial registou, em 2025, um crescimento de 2,7%, mantendo-se globalmente em linha com o ano anterior, ainda que abaixo da média pré-pandemia. As perspetivas para 2026 apontam para uma ligeira desaceleração, num contexto marcado por elevada incerteza geopolítica, tensões comerciais e volatilidade nos preços da energia.

O crescimento económico global continuou a ser sustentado maioritariamente pelas economias emergentes, enquanto as economias avançadas registaram um desempenho mais moderado, condicionado pela normalização das políticas monetárias e pela persistência de fatores inflacionistas em alguns mercados.

Na área do euro, as projeções macroeconómicas do Banco Central Europeu, de março de 2026, indicam um crescimento económico contido, refletindo um enquadramento externo mais adverso, em particular o impacto das recentes tensões geopolíticas nos preços da energia. Ainda assim, antecipa-se uma recuperação gradual da atividade económica ao longo do médio prazo, suportada pela resiliência do mercado de trabalho e pelo investimento público.

De acordo com o Boletim Económico de dezembro de 2025 do Banco de Portugal, a economia portuguesa manteve uma trajetória de crescimento num enquadramento externo adverso e marcado por elevada incerteza geopolítica. O impacto destes constrangimentos foi, contudo, atenuado pelo alívio das condições financeiras, pelo reforço do financiamento europeu e por uma política orçamental de orientação expansionista, permitindo sustentar um ritmo de crescimento superior ao da Zona Euro.

As estimativas divulgadas no início de 2026 confirmaram o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1,9% em 2025, valor que, embora represente um abrandamento face ao ano anterior, voltou a posicionar Portugal acima da média da Zona Euro. O Banco de Portugal antecipa a manutenção desta trajetória em 2026, com uma aceleração prevista para 2,3%, ainda que os efeitos da situação de calamidade provocada pelas tempestades no início do ano possam justificar revisões das projeções.

No entanto, o aumento das tensões geopolíticas no Médio Oriente e os riscos associados às cadeias energéticas globais, poderá ter um impacto material nestas projeções económicas, e em particular em termos inflacionistas e inerente aumento das taxas diretoras por parte dos principais bancos centrais, conforme se verificou aquando da guerra iniciada pela Rússia contra a Ucrânia em 2022.

O Orçamento do Estado para 2026, aprovado em novembro de 2025, reforça o investimento público na saúde, embora com menor expressão relativa face a outras áreas da despesa pública. A despesa efetiva consolidada ascende a 17.236 milhões de euros, refletindo um crescimento de 2,7%, com destaque para o aumento das transferências para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), que atingem 14.935,8 milhões de euros (+7,1%). A orientação global do Orçamento privilegia a melhoria do acesso aos cuidados de saúde, reconhecendo o papel complementar dos prestadores privados, entre os quais as farmácias comunitárias, num modelo assente na proximidade, na prevenção e na promoção da literacia em saúde.

Neste enquadramento, estima-se um crescimento da atividade das farmácias em cerca de 60 milhões de euros em 2026, impulsionado pela maior procura de medicamentos, pela introdução de terapêuticas inovadoras e pela aplicação de regimes excecionais de comparticipação. O Orçamento re-

conhece igualmente o contributo das farmácias em áreas estruturantes da política de saúde pública, como a vacinação, os rastreios de base populacional, a deteção precoce do VIH e da tuberculose e o acompanhamento de doentes crónicos, reforçando a sua relevância na execução de políticas públicas e na resposta às necessidades do território.

Persistem, contudo, desafios estruturais no SNS, relacionados com a produtividade, a sustentabilidade financeira e o acesso aos cuidados. Medidas como o reforço da descentralização através dos Planos Locais de Saúde, a implementação do Registo de Saúde Eletrónico Único e a revisão da despesa com medicamentos criam, ainda assim, um enquadramento favorável à integração eficiente dos diferentes prestadores. Para as farmácias, este contexto abre uma oportunidade clara para consolidar e aprofundar o seu papel como plataforma de proximidade no acesso e acompanhamento das pessoas, num momento em que o reforço dos apoios sociais – nomeadamente o aumento do Complemento Solidário para Idosos (CSI) para 670 euros – potencia a capacidade de resposta junto das populações mais vulneráveis.

Do ponto de vista demográfico e epidemiológico, Portugal apresenta uma esperança média de vida elevada (82,7 anos), mas enfrenta desafios associados ao envelhecimento da população, à prevalência de doença crónica e às desigualdades em saúde. O país é um dos mais envelhecidos da Europa, com 24% da população com mais de 65 anos, tendência que se intensificará nas próximas décadas, mantendo-se as doenças cardiovasculares e o cancro como principais causas de mortalidade.

No setor farmacêutico, a despesa em medicamentos de ambulatório permanece abaixo da média europeia, contrastando com uma despesa hospitalar elevada. A rede de farmácias comunitárias assegura elevada capilaridade e acessibilidade, contribuindo de forma decisiva para a utilização de medicamentos genéricos e biossimilares. Apesar do dinamismo da indústria farmacêutica em matéria de exportações e investigação clínica, subsistem constrangimentos relevantes, nomeadamente os atrasos de pagamento do SNS, que continuam a penalizar o equilíbrio financeiro do setor.

Neste enquadramento, os setores de atividade em que se insere o portefólio da Farminveste SGPS caracterizam-se, em termos gerais, por uma natureza estruturalmente resiliente e defensiva. O carácter essencial dos serviços de saúde, a estabilidade relativa do emprego e a manutenção do rendimento disponível contribuem para uma procura menos sensível aos ciclos económicos de curto prazo. Paralelamente, a normalização gradual das condições monetárias e o investimento em áreas como tecnologia, digitalização e infraestruturas constituem fatores favoráveis para as atividades desenvolvidas pelas empresas participadas do Grupo.

PIB REAL (%)	2023	2024	2025e	2026f	2027f
Mundo	2,8	2,8	2,7	2,6	2,7
Economias avançadas	1,6	1,7	1,7	1,6	1,6
Estados Unidos	2,9	2,8	2,1	2,2	1,9
Zona do Euro	0,5	0,9	1,4	0,9	1,2
Japão	0,7	-0,2	1,3	0,8	0,8
Mercados emergentes e economias em desenvolvimento	4,4	4,3	4,2	4,0	4,1
Leste Asiático e Pacífico	5,2	5,0	4,8	4,4	4,3
Europa e Ásia Central	3,6	3,6	2,4	2,4	2,7
América Latina e Caribe	2,4	2,4	2,2	2,3	2,6

Fonte: World Bank

EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE ECONÓMICA DA FARMINVESTE

INDIVIDUAL

A análise que se segue incide sobre a performance económica individual (ou separada) da Farminveste SGPS, apurada sem a incorporação dos resultados das empresas participadas e refletindo exclusivamente os gastos, rendimentos financeiros e custos de estrutura associados à sua atividade enquanto sociedade gestora de participações sociais.

Demonstração de resultados (milhares de euros)	dez/25	dez/24	Variação dez/25 vs dez/24	
			Valor	%
Fornecimentos e serviços externos	(404)	(127)	(276)	(216,9%)
Outros gastos e perdas	(63)	(75)	12	16,0%
Resultado operacional sem equivalência patrimonial	(467)	(203)	(264)	(130,4%)
Juros e rendimentos obtidos	65	-	65	-
Juros e custos suportados	(2 150)	(1 310)	(841)	(64,2%)
Resultado antes de impostos	(2 552)	(1 512)	(1 040)	(68,8%)
Imposto sobre o rendimento	(0)	-	(0)	-
Resultado líquido do período sem equivalência patrimonial	(2 552)	(1 512)	(1 040)	(68,8%)
Incorporação dos resultados das participadas	61 284	12 674	48 610	383,5%
Resultado líquido do período com equivalência patrimonial	58 732	11 162	47 569	426,2%

Em termos individuais e sem equivalência patrimonial, a Farminveste SGPS apresenta um resultado líquido negativo, em linha com o seu papel enquanto holding, concentrando essencialmente custos de estrutura e encargos financeiros.

A rubrica de juros e custos suportados registou um aumento face ao exercício anterior, refletindo essencialmente a emissão do empréstimo obrigacionista realizado em 2025. Esta operação insere-se na estratégia de consolidação financeira do Grupo, tendo permitido à Farminveste SGPS obter os meios financeiros para fazer face ao serviço da dívida da própria sociedade, extensão da maturidade da dívida da Farminveste SGPS e proceder ao reforço dos capitais próprios da Farminveste IPG, apoiando a redução e a reestruturação do endividamento bancário desta subsidiária, bem como potenciar a distribuição futura de dividendos da Farminveste IPG.

Situação Patrimonial (milhares de euros)	dez/25	dez/24	Variação dez/25 vs dez/24	
			Valor	%
Participações financeiras	224 306	156 337	67 968	43,5%
Outros ativos financeiros	34 412	26 412	8 000	30,3%
Estado e outros entes públicos	17	3	14	410,8%
Caixa e depósitos bancários	1 138	366	772	211,2%
Total de Ativo	259 872	183 118	76 754	41,9%
Capitais Próprios	216 719	150 044	66 675	44,4%
Resultado Líquido	58 732	11 162	47 569	426,2%
Financiamentos obtidos	42 388	28 069	14 319	51,0%
Fornecedores	41	23	18	80,3%
Outras contas a pagar	724	4 982	(4 259)	(85,5%)
Capitais Próprios / Passivo	259 872	183 118	76 754	41,9%

A evolução da Situação Patrimonial da Farminveste SGPS em 2025 reflete de forma clara o impacto do desempenho económico do exercício e das decisões estratégicas de financiamento implementadas.

Os Capitais Próprios aumentaram 66,7 milhões de euros face a 2024, ascendendo a 216,7 milhões de euros no final do exercício. Este reforço resulta sobretudo da incorporação do resultado líquido do exercício, no montante de 58,7 milhões de euros, do aumento de capital decorrente da conversão de obrigações por ações da Farminveste SGPS, no valor de 0,96 milhões de euros, e do reconhecimento de ajustamentos em ativos financeiros diretamente registados em capitais próprios, no montante de cerca de 7,0 milhões de euros, sem impacto em resultados.

O reforço dos Capitais Próprios traduziu-se num aumento do rácio de Autonomia Financeira, de 81,9% em 2024 para 83,4% em 2025, mantendo-se em níveis elevados e coerentes com o perfil financeiro prudente da Sociedade.

Ao nível do ativo, destaca-se o aumento das participações financeiras, que cresceram 68,0 milhões de euros face ao exercício anterior, refletindo a evolução patrimonial da Farminveste IPG.

Em paralelo, a rubrica de financiamentos obtidos registou um aumento de 14,3 milhões de euros, em resultado da emissão do empréstimo obrigacionista 2025-2029 realizada em 2025. Esta operação insere-se na estratégia de centralização do financiamento ao nível da Farminveste SGPS, tendo permitido dotar a Sociedade dos meios financeiros necessários para apoiar o reforço dos capitais próprios da Farminveste IPG e viabilizar a redução do seu endividamento. Em termos agregados, a dívida líquida da Farminveste SGPS e da Farminveste IPG, foi reduzida em 21,1 milhões de euros para um total de 83,8 milhões de euros no final de 2025.

EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE ECONÓMICA DA FARMINVESTE

CONSOLIDADA

Decorrente da operação de Consolidação e Reorganização Societária anteriormente descrita, importa salientar que os dados de 2025 não são diretamente comparáveis com os de 2024, em virtude do impacto significativo de operações de natureza extraordinária e da alteração do perímetro de consolidação.

Em 2025, a Farminveste SGPS registou um resultado líquido consolidado de 58,7 milhões de euros, refletindo uma variação muito expressiva face ao exercício anterior.

Este desempenho incorpora, por um lado, um resultado positivo e robusto das operações continuadas, no montante de 26,0 milhões de euros, e, por outro, o impacto de operações descontinuadas, cujo contributo ascendeu a 73,8 milhões de euros, decorrente essencialmente da alienação da participação na área da Distribuição Farmacêutica.

Os resultados das operações descontinuadas incluem, adicionalmente, um montante relevante de 37,6 milhões de euros imputável a interesses minoritários, o qual não releva para a análise da capacidade de geração de resultados do Grupo.

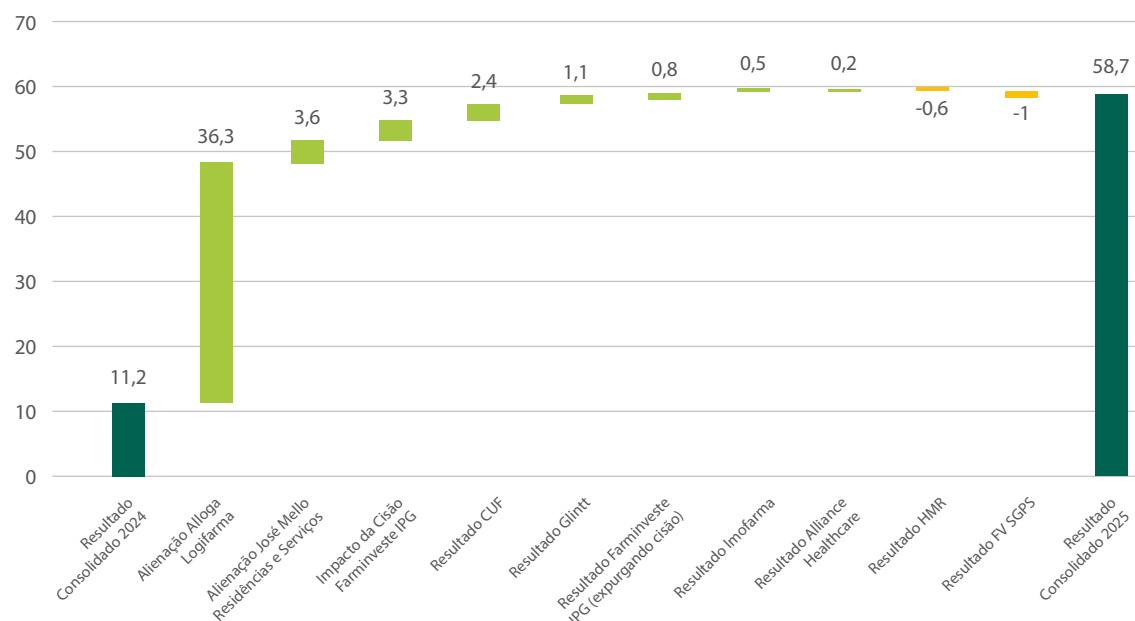
A leitura integrada da evolução do resultado líquido evidencia, assim, um exercício marcado por alterações no perímetro de ativos detidos direta e indiretamente, com impacto não recorrente relevante quantificado em 43,2 milhões de euros.

Em termos considerados recorrentes, observa-se igualmente uma evolução claramente positiva das operações continuadas em 11,8 milhões de euros para 26,0 milhões de euros.

Resultado Líquido Consolidado (milhões de euros)	dez/25	dez/24	Var.	Var %
Resultado Líquido Consolidado	58,7	11,2	47,5	424,0%

Evolução Resultado líquido consolidado 2024-2025

(valores em milhões de euros)



A representação gráfica da evolução do resultado líquido consolidado evidencia a aceleração significativa registada em 2025.

Em termos detalhados, o aumento de 47,5 milhões de euros no resultado líquido consolidado resulta, de forma agregada, dos seguintes fatores:

Não recorrentes:

- + (+) 36,3 milhões de euros da alienação da participação não estratégica na Alloga Logifarma, pela Alliance;
- + (+) 3,6 milhões de euros, da alienação da participação na José Mello Residências e Serviços;
- + (+) 3,3 milhões de euros da Cisão da Farminveste IPG;

Recorrentes:

- + (+) 0,2 milhões de euros de aumento no resultado da Alliance Healthcare;
- + (+) 2,4 milhões de euros de variação positiva na apropriação do resultado da CUF;
- + (+) 1,1 milhões de euros de aumento no resultado da Glintt Global;
- + (+) 0,5 milhões de euros de aumento no resultado do Imofarma;
- + (+) 0,8 milhões de euros de aumento no resultado individual da Farminveste IPG;
- + (-) 0,6 milhões de euros na redução no resultado da HMR;
- + (-) 1 milhão de euros de diminuição no resultado da Farminveste SGPS (decorrente essencialmente do acréscimo do endividamento direto);

Resultado Líquido Consolidado (milhões de euros)	dez/25	dez/24	Var.	Var %
Resultados das Operações Continuadas	26,0	14,2	11,8	83,1%
Distribuição Farmacêutica	3,1	2,6	0,5	19,2%
Prestação de Cuidados de Saúde	18,9	13,0	5,9	45,4%
Sistemas Informação	8,4	5,8	2,6	44,8%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	(1,5)	(0,5)	(1,0)	(200,0%)
Setor Imobiliário	5,1	4,5	0,6	13,3%
Geral	(8,1)	(7,9)	(0,2)	(2,5%)
Ajustamentos de consolidação IPG	0,1	0,0	0,1	-
Atividades do perímetro Consolidado em 2025	26,0	17,5	8,5	48,6%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-	(2,5)	2,5	-
Serviços corporativos e partilhados	-	(0,7)	0,7	-
Atividades excluídas do Perímetro após Reorganização Societária	-	(3,3)	3,3	-
Resultados das Operações Descontinuadas	73,8	4,2	69,6	1 657,1%
Distribuição Farmacêutica	73,5	4,4	69,2	1 572,7%
Sistemas Informação	0,2	(0,0)	0,2	-
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	0,0	(0,2)	0,2	100,0%
Interesses minoritários	41,0	7,2	33,8	469,4%
Distribuição Farmacêutica	37,6	4,5	33,1	735,6%
Sistemas Informação	2,7	1,9	0,8	42,1%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	(0,2)	-	(0,2)	-
Setor Imobiliário	0,9	0,8	0,1	12,5%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-	0,0	(0,0)	-
TOTAL FV SGPS	58,7	11,2	47,5	425,0%

PRINCIPAIS INDICADORES

Atendendo à natureza da Farminveste SGPS enquanto sociedade gestora de participações sociais, a análise dos principais indicadores económico-financeiros consolidados refletem essencialmente a evolução do desempenho das suas participadas relevantes, bem como os efeitos decorrentes da reorganização do perímetro de consolidação ocorrida em 2025.

A evolução dos principais indicadores económico-financeiros consolidados em 2025 encontra-se sintetizada na tabela abaixo, a qual é complementada com análise dos principais fatores explicativos por rubrica e por área de negócio.

Principais indicadores (milhões de euros)	dez/25	dez/24	Var.	Var %
Volume de Negócios	908,6	844,7	64,0	7,6%
CMVMC	(742,3)	(675,1)	(67,2)	(10,0%)
Gastos com o Pessoal e FSE	(140,7)	(144,3)	3,7	2,6%
Subsídios à exploração	2,0	1,3	0,7	53,8%
Trabalhos para a própria empresa	1,1	1,9	(0,8)	(42,1%)
Outros Ganhos operacionais/ Outras Perdas operacionais	3,8	5,2	(1,4)	(26,9%)
Ganhos e Perdas com participadas (MEP)	18,9	13,2	5,7	43,2%
EBITDA	51,6	46,9	4,7	10,0%
Depreciações e amortizações	(9,3)	(14,2)	4,9	34,5%
Gastos de financiamento Líquidos	(11,7)	(15,1)	3,4	22,5%
Operações Descontinuadas	73,8	4,2	69,6	1657,1%
Imposto	(4,6)	(3,4)	(1,2)	(35,3%)
Interesses Minoritários	(41,0)	(7,2)	(33,8)	(469,4%)
Resultado Líquido Consolidado	58,7	11,2	47,5	425,0%

Volume de Negócios

Em termos consolidados, o volume de negócios do Grupo atingiu 908,6 milhões de euros em 2025, refletindo a evolução da atividade das principais participadas, com um crescimento de 7,6% face a 2024.

Considerando exclusivamente as empresas que integraram o perímetro de consolidação em 2025, o volume de negócios registou um crescimento de 11,7% face ao exercício anterior. A Distribuição Farmacêutica, enquanto área de maior dimensão em termos de volume de negócios, e a área de Sistemas de Informação evidenciaram um desempenho favorável ao longo do exercício, mantendo-se as restantes participadas com variações de menor expressão no contexto global.

A reorganização societária implicou, por sua vez, o destacamento, em 2025, de áreas de negócio que, em 2024, representavam 3,7% do volume de negócios consolidado.

Volume de Negócios Consolidado (milhões de euros)	dez/25	Peso %	dez/24	Peso %	Var.	Var.%
Distribuição Farmacêutica	760,4	83,7%	695,5	82,3%	64,9	9,3%
Sistemas de Informação	139,4	15,3%	122,3	14,5%	17	13,9%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	7,2	0,8%	7	0,8%	0,2	2,9%
Setor Imobiliário	5,4	0,6%	5,3	0,6%	0,1	1,9%
Geral	-	0,0%	(0,1)	0,0%	0,1	n.a.
Ajustamentos de Consolidação	(3,8)	(0,4%)	(16,8)	(2,0%)	13	77,4%
Atividades do Perímetro Consolidado em 2025	908,6	100,0%	813,2	96,3%	95,3	11,7%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-	-	24,4	-	(24,4)	-
Serviços corporativos e partilhados	-	-	7,2	-	(7,2)	-
Atividades excluídas do Perímetro após Reorganização Societária	-	0,0%	31,6	3,7%	(31,6)	-
Total	908,6	100,0%	844,8	100,0%	63,8	7,6%

CMVMC

O valor consolidado do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas reflete, essencialmente, a atividade de Distribuição Farmacêutica, que concentrou 96,6% do total da rubrica em 2025, mantendo-se a área de Sistemas de Informação com um peso residual, de 3,4%.

Na Distribuição Farmacêutica, a margem bruta registou uma ligeira redução, situando-se em 5,7%, face aos 6,0% observados em 2024. Esta evolução decorre do crescimento do custo das vendas (9,7%) a um ritmo marginalmente superior ao aumento do volume de negócios (9,3%), refletindo o enquadramento competitivo do setor.

A variação do CMVMC consolidado incorpora ainda o efeito da reorganização societária, que determinou a exclusão, em 2025, de atividades cuja relevância nesta rubrica era pouco significativa no exercício anterior.

CMVMC Consolidado (milhões de euros)	dez/25	Peso %	dez/24	Peso %	Var.	Var.%
Distribuição Farmacêutica	717,2	96,6%	653,4	96,8%	63,7	9,7%
Sistemas de Informação	25,1	3,4%	21,4	3,2%	3,7	17,3%
Atividades do Perímetro Consolidado em 2025	742,3	100,0%	674,8	100,0%	67,4	10,0%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-	-	0,2	-	(0,2)	-
Atividades excluídas do Perímetro após Reorganização Societária	-	-	0,2	-	(0,2)	-
Total	742,3	100,0%	675,1	100,0%	67,2	10,0%

Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com o Pessoal

Em 2025, a evolução dos gastos operacionais (OPEX) consolidados da Farminveste SGPS refletiu dois efeitos de natureza distinta: por um lado, o reforço do investimento operacional nas entidades que permaneceram no perímetro de consolidação e, por outro, o impacto associado à reorganização societária, com a saída de áreas de atividade anteriormente integradas.

Considerando exclusivamente as atividades que integraram o perímetro de consolidação em 2025, os gastos operacionais evidenciaram um crescimento de 23,5% face ao exercício anterior. Este aumento incidiu sobretudo nos Fornecimentos e Serviços Externos, com particular destaque para a área de Sistemas de Informação, que concentrou 63,6% do total desta rubrica e registou um crescimento de 25,3%. As áreas da Distribuição Farmacêutica e da Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico apresentaram igualmente crescimentos relevantes, de 24,1% e 95,5%, respetivamente, refletindo um reforço do investimento operacional.

Os Gastos com o Pessoal das entidades que permaneceram no perímetro registaram também uma evolução positiva, com um aumento de 12,6%, impulsionado sobretudo pela área de Sistemas de Informação, responsável por 75,2% do total desta rubrica em 2025 e por um crescimento homólogo de 15,3%.

Em sentido contrário, a reorganização societária produziu um efeito de redução no total do OPEX da Farminveste SGPS, ao retirar do perímetro de consolidação atividades que, em 2024, representavam cerca de 21% dos gastos operacionais, correspondendo a uma diminuição de aproximadamente 30,4 milhões de euros.

Em termos líquidos e consolidados, o efeito combinado destes movimentos traduziu-se numa redução dos gastos operacionais de 3,7 milhões de euros (-2,6%) face a 2024, evidenciando que o impacto da saída de gastos do perímetro foi superior ao aumento de gastos verificado nas atividades que permaneceram integradas.

FSE e Gastos com Pessoal Consolidado (milhões de euros)	dez/25	Peso %	dez/24	Peso %	Var.	Var. %
TOTAL FSE	66,3	100,0%	73,6	100,0%	(7,2)	(9,8%)
Distribuição Farmacêutica	17,1	25,7%	13,7	18,6%	3,3	24,1%
Sistemas de Informação	42,2	63,6%	33,6	45,7%	8,5	25,3%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	4,3	6,5%	2,2	3,0%	2,1	95,5%
Setor Imobiliário	1,6	2,5%	0,5	0,7%	1,1	220,0%
Geral	1,2	1,8%	0,2	0,3%	1,0	500,0%
Ajustamentos de Consolidação	-	-	(2,4)	(3,3%)	2,4	100,0%
Atividades do Perímetro Consolidado em 2025	66,3	100,0%	47,9	65,1%	18,4	38,4%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-	-	22,8	31,0%	(22,8)	-
Serviços corporativos e partilhados	-	-	2,9	3,9%	(2,9)	-
Atividades excluídas do Perímetro após Reorganização Societária	-	-	25,7	34,9%	(25,7)	-
TOTAL Gastos com Pessoal	74,3	100,0%	70,8	100,0%	3,5	4,9%
Distribuição Farmacêutica	15,8	21,3%	15,8	22,3%	0,0	0,0%
Sistemas de Informação	55,9	75,2%	48,4	68,5%	7,4	15,3%
Inteligência de Mercado	2,2	3,0%	1,4	2,0%	0,8	57,1%
Setor Imobiliário	-	-	-	-	-	-
Geral	0,4	0,6%	0,4	0,5%	0,0	0,0%
Ajustamentos de Consolidação	-	-	-	-	-	-
Atividades do Perímetro Consolidado em 2025	74,3	100,0%	66,0	93,3%	8,3	12,6%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-	-	2,2	3,1%	(2,2)	-
Serviços corporativos e partilhados	-	-	2,5	3,6%	(2,5)	-
Atividades excluídas do Perímetro após Reorganização Societária	-	-	4,7	6,7%	(4,7)	-
Total OPEX FV SGPS Consolidado	140,7	100,0%	144,3	100,0%	(3,7)	(2,6%)

Ganhos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

A rubrica de Ganhos e Perdas Imputados de Subsidiárias registou, em 2025, um resultado de 18,9 milhões de euros, traduzindo um aumento de 5,7 milhões de euros, correspondente a 43,2%, face ao exercício anterior.

Este desempenho reflete sobretudo a incorporação dos resultados da CUF, no montante de 15,4 milhões de euros, bem como o efeito da mais-valia apurada com a alienação da participação na José de Mello Residências e Serviços, que contribuiu com 3,6 milhões de euros. Adicionalmente, a Cogifar Tech, empresa integrada na Glintt Global, registou um contributo residual para esta rubrica.

No âmbito do processo de reorganização societária, a participação na Go Far foi transferida para o Infosaúde, deixando de se verificar qualquer contributo da área de Desenvolvimento da Atividade da Farmácia para esta rubrica em 2025.

Ganhos/Perdas Participadas Consolidado (milhões de euros)	dez/25	dez/24	Var.	Var %
Prestação de Cuidados de Saúde	18,9	13,0	5,9	45,4%
Sistemas Informação	0	0,1	(-0,1)	-
Atividades do Perímetro Consolidado em 2025	18,9	13,1	5,8	44,3%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-	0,2	(0,2)	-
Atividades excluídas do Perímetro após Reorganização Societária	-	0,2	(0,2)	-
Total	18,9	13,2	5,7	43,2%

Resultado Operacional Bruto (EBITDA)

Em termos consolidados, o Resultado Operacional Bruto (EBITDA) da Farminveste SGPS ascendeu, em 2025, a 51,6 milhões de euros, traduzindo uma evolução positiva de 4,7 milhões de euros, correspondente a um crescimento de 10% face ao exercício anterior.

Considerando apenas as atividades que integraram o perímetro de consolidação em 2025, o EBITDA registou um aumento mais expressivo, refletindo sobretudo a evolução favorável da área de Prestação de Cuidados de Saúde, cujo contributo aumentou 5,9 milhões de euros, beneficiando da maior apropriação dos resultados das participadas relevantes e do impacto positivo associado a operações de natureza não recorrente refletidas ao nível do método da equivalência patrimonial.

O Setor Imobiliário apresentou igualmente uma melhoria do desempenho operacional, com um acréscimo de 0,6 milhões de euros, suportado principalmente pela valorização dos imóveis e pela atualização das rendas, efeitos que permitiram compensar o aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos associados a intervenções de remodelação nos edifícios.

Na Distribuição Farmacêutica, o EBITDA registou uma redução de 0,9 milhões de euros, explicada fundamentalmente pelo efeito extraordinário reconhecido em 2024 com a alienação do imóvel de Cabra Figa. Excluindo este efeito não recorrente, o EBITDA teria evidenciado, em 2025, uma melhoria do desempenho operacional recorrente face ao exercício anterior.

A área de Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico apresentou um contributo negativo, refletindo o reforço do investimento em recursos humanos, o aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos associado à contratação de serviços especializados e a constituição de uma provisão para reestruturação. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento do volume de negócios e pelo efeito líquido das imparidades.

A área de Sistemas de Informação manteve um nível de EBITDA globalmente estável, enquanto as áreas de Desenvolvimento da Atividade da Farmácia e de Serviços Corporativos e Partilhados deixaram de contribuir para o perímetro consolidado, na sequência da sua transferência para outras entidades do Grupo no âmbito da reorganização societária.

Em resultado destas variações, a rentabilidade operacional registou uma ligeira melhoria, passando de 5,6% em 2024 para 5,7% em 2025.

EBITDA Consolidado (milhões de euros)	dez/25	dez/24	Var.	Var %
Distribuição Farmacêutica	11,7	12,6	(0,9)	(7,1%)
Prestação de Cuidados de Saúde	18,9	13,0	5,9	45,4%
Sistemas de Informação	19,9	19,8	0,0	-
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	(0,8)	0,5	(1,3)	(260,0%)
Setor Imobiliário	5,4	4,9	0,6	12,2%
Geral	(0,8)	(0,0)	(0,8)	-
Ajustamentos de consolidação	(2,7)	(5,0)	2,3	46,0%
Atividades do Perímetro Consolidado em 2025	51,6	45,8	5,8	12,7%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-	(0,6)	0,6	-
Serviços corporativos e partilhados	-	1,7	(1,7)	-
Atividades excluídas do Perímetro após Reorganização Societária	-	1,1	(1,1)	-
Total FV SGPS Consolidado	51,6	46,9	4,7	10,0%

Estrutura Financeira e Situação Patrimonial Consolidada

Situação Patrimonial Consolidada (Valores em milhares de euros)	dez/25	Variação Dez/24 pró-forma	Variação Dez/24 Publicado	dez/24 pró-forma = (1) + (2)	dez/24 Publicado (1)	Impacto Reorganização (2)	Incorporado no Infosaúde	Incorporado na AVN	Ajustamentos de consolidação
Ativos tangíveis	87 981	3 590	3 086	84 391	84 895	(504)	(2)	(503)	-
Ativos intangíveis	38 862	(4 476)	(10 242)	43 338	49 104	(5 766)	(5 710)	(56)	-
Ativos de direitos de uso	10 541	(871)	(1 376)	11 412	11 916	(504)	(290)	(2 152)	1 937
Propriedades de investimento	17 719	(1 484)	(1 484)	19 203	19 203	-	-	-	-
Goodwill	127 061	2 285	2 285	124 776	124 776	-	-	-	-
Participações financeiras	86 939	12 040	12 040	74 899	74 899	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	613	32	(562)	581	1 175	(594)	(569)	(24)	-
Outras contas a receber	25 072	(1 419)	(6 090)	26 491	31 162	(4 671)	(4 736)	(28)	93
Ativos com operações descontinuadas	595	(612)	(612)	1 207	1 207	-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	2 532	(774)	(774)	3 307	3 307	-	-	-	-
Inventários	84 998	16 537	16 456	68 460	68 542	(82)	(82)	-	-
Clientes	81 877	5 735	5 920	76 143	75 958	185	(1 776)	(1 241)	3 202
Estado e outros entes públicos	3 486	1 361	1 358	2 125	2 128	(3)	-	(3)	-
Diferimentos	6 431	2 059	2 057	4 372	4 374	(2)	(79)	(145)	222
Ativos não correntes disponíveis para venda	1 348	(77 800)	(77 800)	79 148	79 148	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	24 569	2 166	585	22 403	23 984	(1 581)	(1 080)	(501)	-
Ativo	600 624	(41 631)	(55 154)	642 255	655 777	(13 523)	(14 323)	(4 654)	5 454
Capital Próprio	300 319	99 474	93 295	200 845	207 025	(6 179)	(5 849)	(60)	(271)
Resultado Líquido	58 732	44 282	47 569	14 449	11 162	3 287	2 547	740	-
Interesses Minoritários	83 600	26 620	26 619	56 980	56 981	(0)	(0)	-	-
Capital Próprio atribuível a acionistas	216 719	72 854	66 675	143 865	150 044	(6 179)	(5 848)	(60)	(271)
Provisões	3 063	482	(2 649)	2 581	5 712	(3 131)	(3 131)	-	-
Financiamentos obtidos	138 679	(97 307)	(97 818)	235 986	236 497	(511)	-	(511)	-
Financiamentos obtidos - direitos de uso	10 610	(847)	(1 364)	11 457	11 975	(518)	(300)	(2 418)	2 200
Passivos por impostos diferidos	7 114	(174)	(174)	7 288	7 288	-	-	-	-
Outras contas a pagar	25 109	(3 773)	(6 340)	28 882	31 449	(2 567)	(2 137)	(586)	157
Fornecedores	93 181	20 188	19 938	72 993	73 243	(249)	(2 564)	(821)	3 136
Estado e outros entes públicos	8 180	730	351	7 450	7 829	(379)	(253)	(126)	-
Diferimentos	14 105	900	905	13 205	13 199	5	(90)	(132)	227
Passivos com operações descontinuadas	263	(408)	(408)	672	672	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	(60 895)	(60 890)	60 895	60 890	5	-	-	5
Total Passivo	300 304	(141 105)	(148 448)	441 409	448 753	(7 343)	(8 475)	(4 594)	5 725
Capital Próprio e Passivo	600 624	(41 631)	(55 154)	642 255	655 777	(13 523)	(14 323)	(4 654)	5 454

Em 31 de dezembro de 2025, a situação patrimonial consolidada da Farminveste SGPS refletiu um reforço significativo da estrutura financeira do Grupo, em resultado do desempenho económico do exercício e das operações de consolidação financeira entretanto concretizadas.

Os Capitais Próprios consolidados ascenderam a 216,7 milhões de euros no final de 2025, refletindo sobretudo a incorporação do resultado líquido positivo do exercício, bem como reforços de capital e ajustamentos em ativos financeiros reconhecidos diretamente na situação patrimonial, sem impacto em resultados. Esta evolução traduziu-se num fortalecimento da estrutura de capitais do Grupo face ao exercício anterior.

A evolução do ativo consolidado foi fortemente influenciada pela reorganização societária, que implicou a alienação de atividades e ativos para outras entidades do Grupo, com um impacto líquido negativo de cerca de 13,5 milhões de euros no total do ativo, nomeadamente ao nível dos ativos intangíveis, dos direitos de uso e de outros ativos financeiros.

Em paralelo, verificou-se uma redução muito expressiva dos ativos não correntes detidos para venda, no valor de 77,8 milhões de euros, refletindo a alienação da participação na Alloga Logifarma, parcialmente compensada pela reclassificação de um ativo imobiliário do Imofarma para esta rubrica.

As participações financeiras valorizadas pelo método da equivalência patrimonial evidenciaram um aumento de 12 milhões de euros, ascendendo a 86,9 milhões de euros. Esta evolução refletiu sobretudo a incorporação dos resultados da CUF ao longo do exercício (+15,4 milhões de euros), o efeito da distribuição de dividendos realizada no ano (- 8,5 milhões de euros), a mais-valia registada aquando da alienação da participação na José de Mello Residências e Serviços (+ 3,6 milhões de euros) e outros ajustamentos refletidos diretamente na situação líquida (+1,5 milhões de euros).

O goodwill aumentou 2,3 milhões de euros face a 2024, em resultado de novas aquisições realizadas no portefólio de empresas da Glintt Global, passando a representar cerca de 21,2% do total do ativo consolidado, face a 18,9% no exercício anterior. O goodwill encontra-se sujeito a testes de imparidade anuais e é registado ao custo, deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

Ao nível do ativo corrente, destaca-se o aumento dos inventários no valor de 16,5 milhões de euros, resultante sobretudo na Alliance Healthcare, bem como a evolução dos clientes e de outras contas a receber (onde se inclui o estado e os diferimentos) no valor respetivo de 5,8 e 3,3 milhões de euros, em linha com o maior volume de atividade.

No passivo, verificou-se uma redução muito significativa dos Financiamentos Obtidos ("Dívida bruta") no valor de cerca de 98 milhões de euros, refletindo o efeito agregado da geração de cash-flow da atividade operacional e do efeito muito positivo da entrada de fundos decorrente da alienação da Alloga Logifarma. As provisões reduziram 3,1 milhões de euros pela transferência de atividades no âmbito da reorganização (neste caso em concreto as provisões diziam respeito ao Programa de Fidelização Saúde que foi integrado no Infosaúde) e em sentido inverso, foram reforçadas em 0,5 milhões de euros, para fazer face a processos de reestruturação em algumas participadas.

No seu conjunto, a evolução da situação patrimonial consolidada em 2025 traduz-se num reforço claro da solidez financeira do Grupo, numa estrutura de capital mais equilibrada e numa maior focalização dos ativos e passivos nas atividades estratégicas que permanecem no perímetro consolidado da Farminveste IPG.

Dívida Líquida

A redução do endividamento do Grupo constituiu um dos principais objetivos estratégicos da Farminveste SGPS em 2025. Este objetivo foi alcançado com o envolvimento direto da acionista que permitiu a criação de condições necessárias para a execução de um plano consistente de desalavancagem financeira, materializado no desinvestimento em ativos não estratégicos e foco na criação de valor ao nível das participadas.

Como resultado, a dívida líquida consolidada do Grupo diminuiu de 212,5 milhões de euros no final de 2024 para 114,1 milhões de euros em 2025, correspondendo a uma redução de aproximadamente 98,4 milhões de euros, ou 46,3% face ao exercício anterior.

Dívida Líquida Consolidada (milhares de euros)	dez/25	dez/24	Variação	
			Var.	Var %
Dívida Líquida Consolidada	114 110	212 513	(98 403)	(46,3%)
Alliance Healthcare	(3 531)	67 819	(71 349)	(105,2%)
Glintt Global	21 210	25 326	(4 116)	(16,3%)
Imofarma	12 424	14 385	(1 961)	(13,6%)
HMR	228	164	64	39,0%
Globalvet	-	(80)	80	(100,0%)
Farminveste SGPS + Farminveste IPG	83 779	104 900	(21 121)	(20,1%)
Farminveste SGPS	41 251	27 704	13 547	48,9%
Farminveste IPG	42 528	77 197	(34 669)	(44,9%)

Esta evolução resulta de um conjunto de operações estruturantes realizadas ao nível das principais empresas do Grupo, evidenciando uma abordagem coordenada de consolidação financeira, simplificação da estrutura de capital e redução do risco financeiro.

Na Alliance Healthcare, a dívida líquida registou uma diminuição muito significativa de 71,3 milhões de euros para uma situação de excedente de tesouraria líquido de 3,5 milhões de euros, na sequência da alienação da participação na Alloga Logifarma. Esta operação permitiu não só reduzir de forma expressiva o endividamento da empresa, como também reforçar a capacidade financeira do Grupo.

As restantes empresas do perímetro consolidado contribuíram igualmente para este movimento de desalavancagem, com reduções da dívida líquida na Glintt Global e no Imofarma, bem como uma gestão financeira disciplinada na HMR. A Globalvet, entretanto, excluída do perímetro na sequência da reorganização societária, apresentava uma posição de caixa líquida.



Ao nível da Farminveste IPG, a redução do endividamento assumiu particular relevância.

A dívida líquida da sociedade diminuiu 34,7 milhões de euros em 2025, para 42,5 milhões de euros, refletindo a conjugação das operações de recapitalização referidas.

Durante o exercício de 2025, a Farminveste IPG recebeu cerca de 42,8 milhões de euros de fundos, provenientes essencialmente das seguintes operações:

- + Dividendos no valor de 25 milhões de euros, dos quais 11,9 milhões de euros de carácter extraordinário resultante da referida alienação de 51% do capital da Alloga Logifarma pela Alliance Healthcare.
- + Aumento dos capitais próprios no valor de 13,6 milhões de euros, dos quais suprimentos não remunerados no valor de 7,7 milhões de euros, e 5,9 milhões de euros de aumento de capital (para reposição do capital na sequência da operação de cisão das áreas de negócio e de duas subsidiárias, anteriormente explicada)
- + Alienação de ativos no valor de 4,4 milhões de euros correspondentes à venda da participação de 27% no capital da JMRS.

Em resultado destas operações, a Farminveste IPG conseguiu reunir condições para reembolsar integralmente os financiamentos que integravam o Acordo-Quadro assinado em 2021, no valor de 47 milhões de euros e formalizar um novo acordo com o Banco Montepio a 7 anos no valor de 35 milhões de euros e outro a 6 meses no valor de 11,5 milhões de euros, conforme anteriormente referido.

O endividamento líquido da Farminveste IPG reduziu no ano em 34,7 milhões de euros, ou seja 44,9% face a 2024.

Farminveste IPG 2025			
Origem de Fundos		Aplicação de Fundos	
Dividendos	12 916	2 999	Cash-flow operacional
Alliance Healthcare	817	4 877	Juros e Comissões Bancários
Glintt Global + CUF	11 330	8 000	Amortização Dívida Obrigacionista (Monaf)
Imofarma	769	1 000	Normal
Dividendo Extraordinário Alliance Healthcare	11 938	7 000	Extraordinário
Prestações Suplementares Capital	7 700	64 478	Amortização Dívida Bancária
Aumento Capital (cisão/fusão)	5 862	44 770	Normal + reembolso Acordo-Quadro
Novo Financiamento Montepio	46 500	19 708	Extraordinário
Alienação JMRS	4 424		
Totais	89 340	80 354	Totais
Cash-flow Anual (+)	8 985		
Divida líquida Inicial	78 067		
Caixa e Depósitos	1 501		
Divida Bruta MLP	72 735		
Divida Bruta CP	6 833		
Divida líquida final	43 192		
Caixa e Depósitos	3 565		
Divida Bruta MLP	46 757		
Divida Bruta CP	0		

(a) Dívida Líquida Individual para efeitos do presente quadro exclui os ajustamentos relativos ao custo amortizado, no montante de - 662,6 mil euros (conforme detalhe na nota 16 do ABDR).

PERFORMANCE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO

A Farminveste SGPS detém a Farminveste IPG a 100% que concentra as atividades empresariais detalhadas anteriormente.

Em termos individuais, o contributo para os resultados consolidados alcançados por área de negócio para os períodos de dezembro de 2025 e dezembro de 2024 é detalhado nos mapas abaixo.

Adicionalmente, as áreas de Desenvolvimento do Negócio da Farmácia, Sistemas de Informação e Transição Digital, os Serviços Corporativos e Partilhados, deixaram de pertencer ao perímetro de consolidação da Farminveste IPG, desde 1 de janeiro 2025, na sequência da reorganização societária, deixando por este motivo, de impactar negativamente o resultado líquido da sociedade.

Em 2024, o impacto destas áreas e respetivas participações sociais na Globalvet e Go Far, tinha sido de 3,3 milhões de euros negativo, conforme contas de dez/2024 reexpressas, abaixo.

dez/25	Contas individuais									Contas consolidadas	
Valores em milhares de euros	Distribuição Farmacêutica	Prestação de Cuidados de Saúde	Sistemas de Informação	Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	Setor Imobiliário	Geral	Desenvolvimento do negócio e capacitação das farmácias (a)	Serviços corporativos e partilhados (b)	Total	Ajustamentos de Consolidação (c)	Farminveste SGPS
Volume de Negócios	760 437	-	139 362	7 179	5 374	45	-	-	912 396	(3 768)	908 628
CMVMC	(717 216)	-	(25 115)	-	-	-	-	-	(742 331)	43	(742 288)
FSE	(16 878)	-	(41 866)	(5 512)	(1 644)	(1 159)	-	-	(67 059)	716	(66 343)
Custos com o Pessoal	(15 836)	-	(55 873)	(2 207)	-	(431)	-	-	(74 346)	-	(74 346)
Outros gastos e rendimentos operacionais	1 196	18 925	3 368	(298)	1 707	745	-	-	25 643	267	25 910
EBITDA	11 703	18 925	19 876	(837)	5 437	(801)	-	-	54 303	(2 743)	51 561
Amortizações	(5 312)	-	(5 762)	(559)	-	(14)	-	-	(11 647)	2 377	(9 270)
Resultados financeiros	(2 050)	-	(2 501)	(94)	(323)	(7 197)	-	-	(12 165)	479	(11 686)
Operações descontinuadas	73 540	-	205	33	-	-	-	-	73 779	-	73 779
Imposto	(1 277)	-	(3 230)	(15)	-	(101)	-	-	(4 623)	-	(4 623)
Interesses não controlados	-	-	(859)	164	-	-	-	-	(695)	-	(695)
Resultado Líquido Participadas	76 604	18 925	7 729	(1 308)	5 114	(8 112)	-	-	98 952	808	99 760
Interesses minoritários	37 536	-	1 824	-	912	-	-	-	40 272	757	41 029
Resultado Líquido consolidado	39 068	18 925	5 905	(1 308)	4 202	(8 112)	-	-	58 680	51	58 731

Dez/24 Com reexpressão Áreas Destacadas na Reorganização	Contas individuais									Contas consolidadas	
	Valores em milhares de euros	Distribuição Farmacêutica	Prestação de Cuidados de Saúde	Sistemas de Informação	Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	Setor Imobiliário	Geral	Desenvolvimento do negócio e capacitação das farmácias (a)	Serviços corporativos e partilhados (b)	Total	Ajustamentos de Consolidação (c)
Volume de Negócios	695 489	-	122 330	7 030	5 264	(120)	24 405	7 153	861 551	(16 878)	844 673
CMVMC	(653 746)	-	(21 446)	-	-	-	(206)	-	(675 399)	330	(675 069)
FSE	(16 661)	-	(35 447)	(5 064)	(1 181)	(274)	(22 777)	(2 905)	(84 310)	10 723	(73 587)
Custos com o Pessoal	(15 806)	-	(48 526)	(1 448)	-	(353)	(2 193)	(2 524)	(70 850)	88	(70 762)
Outros gastos e rendimentos operacionais	3 333	13 018	2 916	(33)	793	710	207	(29)	20 915	741	21 655
EBITDA	12 609	13 018	19 827	484	4 876	(37)	(565)	1 695	51 906	(4 997)	46 910
Amortizações	(5 647)	-	(7 824)	(855)	-	(7)	(1 948)	(2 197)	(18 478)	4 314	(14 163)
Resultados financeiros	(3 878)	-	(3 400)	(146)	(392)	(7 753)	(15)	(238)	(15 822)	730	(15 091)
Operações descontinuadas	4 332	-	(21)	(205)	-	-	-	-	4 106	48	4 154
Imposto	(511)	-	(2 793)	(21)	-	(89)	(17)	-	(3 430)	-	(3 430)
Interesses não controlados	(1 961)	-	(751)	-	-	-	-	-	(2 712)	-	(2 712)
Resultado Líquido Participadas	4 945	13 018	5 038	(743)	4 483	(7 885)	(2 545)	(740)	15 571	2 808	18 380
Interesses minoritários	2 423	-	1 189	-	799	-	2	-	4 414	2 804	7 218
Resultado Líquido consolidado	2 522	13 018	3 849	(743)	3 684	(7 885)	(2 547)	(740)	11 158	4	11 162

a) Unidade de negócio transferida para o Infosaúde no âmbito da reorganização societária

b) Unidade de negócio transferida para a A Navios no âmbito da reorganização societária.

c) Os ajustamentos de consolidação com impacto em resultado incluem a eliminação da aplicação da IFRS 16 e ativos arrendados internamente.

Performance individual das Unidades de Negócio:

Distribuição Farmacêutica



Volume de negócios

760 milhões de euros



Resultado operacional bruto (EBITDA)

11,7 milhões de euros



Resultado líquido

76,6 milhões de euros

O mercado de Distribuição Farmacêutica apresenta um crescimento de 11,3% em 2025, o que consolida a tendência de crescimento verificada desde 2016, influenciado pelo aumento do preço no mercado de medicamentos de marca e pelo aumento em termos de volume de 2,0%.

Em 2025, a Alliance Healthcare registou um Volume de Negócios consolidado de 760,4 milhões de euros, o que representa um crescimento de 9,3% face a 2024, correspondente a um acréscimo de 64,9 milhões de euros.

A quota de mercado em dezembro (dados HMR) situou-se nos 24,7%, 0,1% acima da quota do segundo player.

Esta evolução foi impulsionada, de forma praticamente integral, pelo desempenho do mercado doméstico, que contribuiu com mais 67,4 milhões de euros, compensando a redução de 2,2 milhões de euros nas vendas ao mercado internacional.

O CMVMC apresentou um aumento de 9,7%, ligeiramente acima do crescimento do volume de negócios, refletindo a evolução do mix de vendas, com maior peso de produtos inovadores.

Ainda assim, a Margem Bruta registou um acréscimo de apenas 1,5 milhões de euros (+3,5%), acompanhando a dinâmica positiva da atividade, mas em contração em termos relativos fruto de uma maior pressão comercial pelos concorrentes.

Os gastos com o pessoal mantiveram-se globalmente estáveis, com uma variação residual de 0,2%, apesar das atualizações salariais ocorridas em 2025, que incluem o impacto do aumento do salário mínimo nacional. Este comportamento traduz o esforço contínuo da empresa na gestão rigorosa dos recursos humanos e na procura de eficiências organizacionais. Neste contexto, a Alliance Healthcare encerrou o exercício com menos 15 FTEs face a dezembro de 2024, mantendo simultaneamente os níveis de serviço, evidenciando disciplina e controlo na estrutura de custos.

A rubrica de Provisões e imparidades líquidas, considerando igualmente os impactos associados a dívidas incobráveis registadas em outros gastos e respetivas recuperações em outros ganhos, apresentou em 2025 um impacto positivo de 1,4 milhões de euros, em linha com o registado em 2024 (1,3 milhões de euros).

A redução verificada em Outros ganhos resulta essencialmente da inexistência, em 2025, do efeito extraordinário registado em 2024, associado à mais-valia obtida com a venda do armazém de Cabra Figa, cujo impacto havia sido significativo no exercício anterior.

O EBITDA de 2025 totalizou 11,7 milhões de euros, inferior aos 12,6 milhões de euros apurados em 2024. Esta variação é explicada, essencialmente, pelo efeito não recorrente, no montante de 2,0 milhões de euros, registado em 2024 com a alienação do referido imóvel. Excluindo este impacto extraordinário, o EBITDA de 2025 teria sido 1,1 milhões de euros superior ao do exercício anterior, evidenciando uma melhoria do desempenho operacional recorrente.

Os resultados financeiros registaram uma melhoria significativa de 1,8 milhões de euros, beneficiando da descida da taxa Euribor ao longo de 2025, bem como da redução substancial da dívida líquida, na sequência da alienação da participação na Alloga Logifarma.

Em 2025, o Resultado Líquido da Alliance Healthcare ascendeu a 76,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 71,7 milhões de euros face a 2024.

Estes resultados decorrem, de forma extraordinária, pelo contributo das atividades descontinuadas, em particular da Alloga Logifarma, que tiveram um impacto positivo de 71,1 milhões de euros em comparação com o exercício anterior por força da alienação das participações sociais nesta empresa.

Alliance Healthcare (milhares de euros)	dez/25	dez/24	Var	Var%
Volume de Negócios	760 437	695 489	64 947	9,3%
CMVMC	(717 216)	(653 746)	(63 469)	(9,7%)
Margem Bruta	43 221	41 743	1 478	3,5%
FSE	(16 878)	(16 661)	(217)	(1,3%)
Gastos com o Pessoal	(15 836)	(15 806)	(30)	(0,2%)
Provisões e imparidades	1 448	2 648	(1 200)	(45,3%)
Outros ganhos	301	2 783	(2 482)	(89,2%)
Outros gastos	(553)	(2 098)	1 545	73,6%
EBITDA	11 703	12 609	(906)	(7,2%)
Amortizações	(5 312)	(5 647)	335	5,9%
Resultados financeiros	(2 050)	(3 878)	1 827	47,1%
Impostos	(1 277)	(511)	(767)	(150,1%)
Atividades descontinuadas	73 540	4 332	69 208	1 597,6%
Interesses minoritários	-	(1 961)	1 961	100,0%
Resultado Líquido dos detentores de capital	76 604	4 945	71 659	1 449,0%

Prestação de Cuidados de Saúde

CUF



Volume de negócios

962,2 milhões de euros



Resultado líquido

51,2 milhões de euros

José de Mello Residências e Serviços



Ganho na alienação da participação




3,56 milhões de euros

A CUF apresentou, em 2025, um volume de negócios de 962,2 milhões de euros, traduzindo um crescimento de 8,81% face ao exercício anterior, e um resultado operacional de 99,18 milhões de euros, correspondente a uma variação positiva de 7,60%. O resultado líquido da participada ascendeu a 51,2 milhões de euros, refletindo a solidez do seu desempenho operacional.

A contribuição da CUF para as demonstrações financeiras consolidadas da Farminveste IPG materializou-se no reconhecimento de 15,4 milhões de euros em resultados, com um impacto positivo no EBITDA de 2,4 milhões de euros face a 2024, o que corresponde a um crescimento de 18%. Esta evolução confirma o contributo consistente da participada para os resultados consolidados, num contexto de crescimento sustentado da atividade.

Adicionalmente, em 22 de dezembro de 2025, foi concretizada a alienação da participação de 27% na José de Mello Residências e Serviços, pelo montante de 4,4 milhões de euros. Esta operação originou o reconhecimento de uma mais-valia de 3,56 milhões de euros, classificada como resultado não recorrente do período, com impacto positivo nos resultados consolidados do exercício.

Sistemas de informação

	Volume de negócios	139,4 milhões de euros
	Resultado operacional bruto (EBITDA)	20 milhões de euros
	Resultado líquido	7,7 milhões de euros

A Glintt Global encerrou o exercício de 2025 com um volume de negócios de 139,4 milhões de euros, refletindo um crescimento de 13,9% face a 2024, correspondente a um aumento de 17,0 milhões de euros. Este desempenho resultou de uma evolução positiva quer no mercado nacional quer no internacional, destacando-se, em particular, o mercado espanhol, que registou um crescimento próximo de 19%.

O reforço do volume de negócios decorreu do contributo transversal das várias áreas de negócio do Grupo. Na Glintt Life Pharmacies Portugal, mantiveram-se em destaque as ofertas de Architecture & Robotics e de Consulting & Pharma Services, com a venda de robots e outros equipamentos de farmácia a evidenciar uma performance consistente, em continuidade com o exercício anterior, refletindo o reconhecimento crescente do seu papel na modernização e eficiência operacional das farmácias. Paralelamente, registou-se um crescimento relevante nos serviços de consultoria de negócio e estratégica dirigidos ao setor.

Na Glintt Life Pharmacies Espanha, a oferta de Robótica apresentou um crescimento muito significativo, mais do que duplicando as vendas face a 2024, o que se traduziu num aumento expressivo do número de farmácias com robots instalados. Também a área de remodelação de farmácias registou uma evolução favorável ao longo do exercício.

Na vertente hospitalar, a Glintt Life Hospitals destacou-se sobretudo em Espanha, com o aumento do número de hospitais a utilizar soluções de software da Glintt Global. Em Portugal, a oferta de Data Intelligence registou um crescimento relevante, próximo de 65%, refletindo a crescente importância destas soluções no apoio à decisão clínica e de gestão.

A área Glintt NEXT apresentou igualmente uma contribuição positiva em todas as suas ofertas, com particular destaque para Custom Application Development, que registou um crescimento relevante em ambas as geografias. Em Portugal, salienta-se a evolução no setor dos serviços financeiros e no setor público, enquanto em Espanha o maior dinamismo se verificou no setor das telecomunicações, beneficiando da intensificação da atividade e da diversificação da base de clientes, bem como de projetos relevantes nas áreas de dados e inteligência artificial.




Ao nível da estrutura de custos, verificou-se um incremento nos gastos com o pessoal, refletindo a aposta na retenção de talento, nas políticas de recursos humanos e no investimento contínuo em qualificação, formação e bem-estar. Em contrapartida, a redução observada nas depreciações e amortizações decorre da revisão efetuada sobre os ativos intangíveis, que em 2024 havia conduzido ao reconhecimento de amortizações extraordinárias, com vista a assegurar o alinhamento com o respetivo valor recuperável.

Os resultados financeiros registaram uma melhoria de 26,4%, beneficiando não apenas da descida das taxas Euribor ao longo do exercício, mas sobretudo da melhoria das condições dos financiamentos contratados, que permitiu uma redução dos encargos financeiros e contribuiu para o crescimento do resultado líquido.

Neste contexto, apesar de um EBITDA de 20,0 milhões de euros, ligeiramente inferior ao registado em 2024, o resultado líquido atribuível aos detentores de capital ascendeu a 7,7 milhões de euros, refletindo um crescimento de 53,4%, sustentado pela evolução positiva da atividade, pela melhoria dos resultados financeiros e pelo contributo das atividades descontinuadas no exercício.

Glantt Global (milhares de euros)	dez/25	dez/24	Var	Var%
Volume de Negócios	139 362	122 330	17 031	13,9%
CMVMC	(25 115)	(21 446)	(3 669)	(17,1%)
Subcontratos	(28 033)	(22 956)	(5 076)	(22,1%)
Margem Bruta	86 213	77 927	8 286	10,6%
FSE	(13 833)	(12 491)	(1 342)	(10,7%)
Gastos com o Pessoal	(55 873)	(48 526)	(7 346)	(15,1%)
Ganhos/Perdas MEP	29	51	(22)	(43,2%)
Outros ganhos/gastos	3 438	3 234	204	6,3%
EBITDA	19 974	20 195	(220)	(1,1%)
Depreciações e amortizações	(5 554)	(7 509)	1 955	26,0%
Provisões	35	34	1	3,2%
Perdas por imparidade	(342)	(717)	375	52,3%
Resultados financeiros	(2 501)	(3 400)	899	26,4%
Impostos	(3 230)	(2 793)	(437)	(15,7%)
Atividades descontinuadas	205	(21)	226	1 091,3%
Interesses minoritários	(859)	(751)	(108)	(14,3%)
Resultado Líquido dos detentores de capital	7 729	5 038	2 691	53,4%

Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico

	Volume de negócios	7,2 milhões de euros
	Resultado operacional bruto (EBITDA)	- 837 mil euros
	Resultado líquido	- 1,3 milhões euros

A performance da HMR em 2025 reflete essencialmente a evolução da operação em Portugal, no contexto de um processo de reposicionamento estratégico orientado para o reforço das áreas de dados e consultoria.

Apesar de os resultados se manterem negativos, o exercício de 2025 assinala um ponto de viragem relevante na trajetória operacional da HMR Portugal, com a inversão da tendência de queda do volume de negócios, que atingiu 7,2 milhões de euros, registando um crescimento de 2,1% face a 2024. Esta evolução resulta, em particular, da estabilização do negócio de dados de consumo, que constitui o núcleo histórico da atividade, bem como do relançamento da área de consultoria, que voltou a apresentar uma dinâmica positiva ao longo do exercício.

O EBITDA consolidado foi negativo em 837 mil euros, refletindo sobretudo a contribuição da operação portuguesa, num contexto de investimento deliberado no reforço das capacidades estruturais da área. Os resultados líquidos consolidados mantêm-se globalmente alinhados com os apurados nas contas individuais, sendo as diferenças explicadas por ajustamentos técnicos decorrentes do processo de consolidação.

Na HMR Portugal, os gastos operacionais registaram um aumento de 24,3%, impulsionado maioritariamente pelo reforço dos quadros de pessoal, pelo acréscimo dos fornecimentos e serviços externos associados ao desenvolvimento de novas linhas de atividade, bem como pela constituição de provisões no âmbito do processo de reestruturação. Este aumento de custos enquadra-se num plano de transformação previamente definido, que pressupõe investimento em capital humano, tecnologia e capacidades analíticas, sendo expectável que os efeitos deste esforço se materializem gradualmente nos exercícios subsequentes.

Apesar da melhoria registada nos resultados financeiros, decorrente da redução dos encargos financeiros, o resultado líquido da HMR Portugal fixou-se em -1,5 milhões de euros, refletindo a fase de implementação do referido plano estratégico. Importa sublinhar que estes resultados negativos eram antecipados e enquadrados no processo de reestruturação em curso, não comprometendo a trajetória de recuperação operacional já evidenciada ao nível da atividade e do reposicionamento da oferta.

As operações descontinuadas, de expressão residual no contexto global, registaram em 2025 um ganho líquido de 33 mil euros, associado a reversões de provisões relacionadas com operações internacionais entretanto encerradas, não assumindo relevância material para a leitura do desempenho do exercício.

Em síntese, 2025 foi um ano de transição e relançamento para a HMR, marcado por sinais claros de estabilização da atividade e por uma evolução positiva nos segmentos estratégicos de dados e consultoria, criando uma base mais sólida para uma melhoria progressiva do desempenho económico nos próximos exercícios.

HMR (milhares de euros)	dez/25	dez/24	Var	Var%
Volume de negócios	7 179	7 030	150	2,1%
FSE	(5 512)	(5 064)	(447)	(8,8%)
Gastos com o pessoal	(2 207)	(1 448)	(760)	(52,5%)
Provisões e imparidades	(281)	1	(282)	(24 431,3%)
Outros ganhos	13	8	6	70,6%
Outros gastos	(30)	(42)	12	28,6%
EBITDA	(837)	484	(1 322)	(272,8%)
Amortizações	(559)	(855)	296	34,6%
Resultados financeiros	(94)	(146)	52	35,9%
Impostos	(15)	(21)	6	27,6%
Atividades descontinuadas	33	(205)	239	116,1%
Interesses minoritários	164	-	164	-
Resultado líquido dos detentores de capital	(1 308)	(743)	(565)	(76,1%)

Setor Imobiliário



Volume de negócios

5,4 milhões de euros



Resultado operacional bruto (EBITDA)

5,4 milhões de euros



Resultado líquido

5,1 milhões de euros

O fundo Imofarma registou, em 2025, um crescimento do volume de negócios de 2,1% face a 2024, refletindo a atualização das rendas e a estabilidade da carteira de ativos.

O resultado operacional bruto (EBITDA) ascendeu a 5,4 milhões de euros, evidenciando um aumento de 562 mil euros (+11,5%) face ao exercício anterior. Esta evolução foi sustentada, sobretudo, pela valorização dos ativos imobiliários, que contribuiu com 941 mil euros, bem como pelo impacto positivo do crescimento do volume de negócios (110 mil euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos, associados essencialmente a obras de remodelação dos edifícios, bem como pela reversão de acréscimos excessivos reconhecidos em 2023, no montante de 68 mil euros.

O EBITDA ajustado, excluindo o efeito das reavaliações imobiliárias, fixou-se em 3,3 milhões de euros, refletindo o impacto das intervenções de manutenção e valorização do portefólio, realizadas com vista à preservação e reforço do valor dos ativos no médio e longo prazo.

O resultado líquido atribuível aos detentores de capital totalizou 5,1 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 631 mil euros (+14,1%) face ao período homólogo, em linha com os fatores anteriormente descritos e confirmando o contributo consistente da atividade imobiliária para o desempenho global do Grupo.

Imofarma (milhares de euros)	dez/25	dez/24	Var	Var%
Volume de negócios	5 374	5 264	110	2,1%
FSE	(1 644)	(1 181)	(463)	(39,2%)
Provisões e imparidades	29	(0)	30	9 671,7%
Outros ganhos	7	115	(108)	(93,9%)
Outros gastos	(506)	(558)	52	9,3%
EBITDA ajustado	3 260	3 640	(379)	(10,4%)
Reavaliações dos Imóveis	2 177	1 236	941	76,1%
EBITDA	5 437	4 876	562	11,5%
Resultados financeiros	(323)	(392)	69	17,6%
Resultado líquido dos detentores de capital	5 114	4 483	631	14,07%

Geral



Resultado operacional bruto (EBITDA)

- 801 mil de euros



Resultado líquido

- 8,1 milhões de euros

A área Geral concentra, em termos consolidados, os gastos próprios da Farminveste IPG e da Farminveste SGPS, registados em base individual, associados à sua atividade enquanto entidades de topo do Grupo e à função de gestão, acompanhamento e monitorização das participações sociais, não incorporando atividade operacional relevante.

O volume de negócios registado nesta rubrica está associado essencialmente a serviços corporativos prestados no âmbito da participada HMR, especializados em exercícios anteriores, com vista a assegurar uma adequada alocação temporal de gastos e rendimentos.

Em 2025, o EBITDA da área Geral fixou-se em 801 mil euros negativos, refletindo um aumento significativo dos custos face a 2024. Esta evolução resulta sobretudo do acréscimo dos Fornecimentos e Serviços Externos, associados ao normal funcionamento da holding e, em particular, à implementação de iniciativas

estratégicas relevantes ao longo do exercício, designadamente o desinvestimento em ativos não estratégicos, a recapitalização da Farminveste IPG e a execução do processo de reorganização societária.

No âmbito destas iniciativas, registou-se um aumento dos gastos com consultores e assessores externos, no montante aproximado de 303 mil euros, bem como um acréscimo de cerca de 250 mil euros em encargos com serviços corporativos e partilhados que, antes da reorganização societária, eram prestados internamente na Farminveste IPG.

As provisões e imparidades apresentaram uma variação positiva face ao exercício anterior, traduzindo uma redução da exposição a riscos associados a participadas, nomeadamente no seguimento de processos alienação de participações a favor de entidades do grupo (neste caso, à Glintt Global), com impacto líquido favorável anual estimado em cerca de 0,8 milhões de euros.

Os resultados financeiros registaram uma melhoria líquida de 556 mil euros face a 2024, fixando-se em -7,2 milhões de euros. Esta evolução reflete essencialmente o efeito da redução da dívida.

Neste contexto, o resultado líquido atribuível à área Geral totalizou 8,1 milhões de euros negativos em 2025, mantendo-se globalmente em linha com o exercício anterior (em termos de perímetros comparáveis).

Contudo, expurgando o impacto dos FSE não recorrentes, a perda líquida da área Geral teria sido reduzida em 0,5 milhões de euros.

Geral (milhares de euros)	dez/25			dez/24			Var	Var%	Var	Var%	Var	Var%
	Farminveste IPG	Farminveste SGPS	Total	Farminveste IPG	Farminveste SGPS	Total	Farminveste IPG	Farminveste SGPS	Total	Farminveste IPG	Farminveste SGPS	Total
Volume de negócios	45	-	45	(120)	-	(120)	165	137,09%	-	-	165	137,09%
CMVMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FSE	(756)	(404)	(1 159)	(146)	(127)	(274)	(609)	(416,09%)	(276)	(216,90%)	(886)	(323,45%)
Gastos com o pessoal	(431)	-	(431)	(353)	-	(353)	(78)	(22,07%)	-	-	(78)	(22,07%)
Provisões e imparidades	818	-	818	763	-	763	55	7,21%	-	-	55	7,21%
Outros gastos	(10)	(63)	(73)	22	(75)	(53)	(32)	(143,00%)	12	15,97%	(20)	(38,14%)
EBITDA	(334)	(467)	(801)	166	(203)	(37)	(500)	(301,18%)	(264)	(130,40%)	(764)	(2 086,70%)
Amortizações	(14)	-	(14)	(7)	-	(7)	(7)	(103,41%)	-	-	(7)	(103,41%)
Resultados financeiros	(5 112)	(2 086)	(7 197)	(6 444)	(1 310)	(7 753)	1 332	20,67%	(776)	(59,27%)	556	7,17%
Impostos	(101)	(0)	(101)	(89)	-	(89)	(12)	(13,81%)	(0)	-	(12)	(13,84%)
Resultado líquido	(5 560)	(2 552)	(8 112)	(6 373)	(1 512)	(7 885)	813	12,76%	(1 040)	(68,80%)	(227)	(2,88%)

A blurred photograph of a modern office interior, showing people walking and desks with computers. The image is overlaid with a semi-transparent green filter. The background is split into dark teal and light green sections.

3. Gestão do risco

O processo de Gestão do Risco da Farminveste SGPS tem como objetivo assegurar a identificação, avaliação e acompanhamento dos principais riscos a que a Sociedade e as suas participadas se encontram expostas, promovendo a implementação de medidas adequadas à sua mitigação, de forma a salvaguardar a sustentabilidade económica, financeira e operacional do Grupo.

Atendendo à sua natureza enquanto holding de participações sociais, a Farminveste SGPS encontra-se exposta tanto a riscos de natureza externa e de mercado, que afetam o enquadramento geral da atividade das empresas participadas, como a riscos internos, associados sobretudo à sua estrutura financeira, ao modelo de financiamento e à capacidade de acompanhar e suportar o desenvolvimento das participadas.

Neste contexto, o sistema de Gestão do Risco assume particular enfoque nos riscos financeiros, considerados especialmente relevantes à luz da reorganização societária ocorrida em 2025 e da realização da emissão obrigacionista pela Farminveste SGPS, que passou a assumir um papel central no financiamento do Grupo.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerido através de uma política financeira prudente, assente no planeamento antecipado e no acompanhamento regular da posição de tesouraria do Grupo. A Sociedade elabora, numa base anual, orçamentos de tesouraria articulados com o orçamento económico, monitorizando mensalmente a sua execução. Complementarmente, são preparados e revistos planos de tesouraria de médio prazo, com um horizonte de cinco anos.

A emissão obrigacionista realizada em 2025 contribuiu para a mitigação do risco de liquidez de curto prazo, ao permitir o refinanciamento de dívida existente e a capitalização da Farminveste IPG. Contudo, esta operação traduz-se num compromisso financeiro plurianual, reforçando a importância de assegurar a geração sustentada de fluxos de caixa ao nível das participadas, de modo a garantir o cumprimento do serviço da dívida ao longo da vida do empréstimo.

Risco de refinanciamento

O risco de refinanciamento decorre da necessidade de, em momentos futuros, assegurar o acesso a fontes de financiamento em condições adequadas, nomeadamente aquando da maturidade da dívida obrigacionista. A materialização deste risco depende, entre outros fatores, do desempenho económico das participadas, das condições dos mercados financeiros e do enquadramento macroeconómico.

A Sociedade mitiga este risco através de uma gestão ativa da maturidade da dívida, da diversificação das fontes de financiamento e da manutenção de níveis adequados de capitalização, reforçados em 2025 no âmbito do processo de reorganização societária e de consolidação financeira.

Risco de dependência de dividendos

Atendendo à sua natureza enquanto holding e à inexistência de atividade operacional própria geradora de fluxos de caixa, a Farminveste SGPS encontra-se estruturalmente dependente dos dividendos distribuídos pelas participadas para o cumprimento das suas responsabilidades financeiras, nomeadamente o serviço da dívida, incluindo a dívida obrigacionista emitida em 2025.

Este risco constitui o principal fator estrutural do modelo de negócio e é mitigado através de uma política ativa de acompanhamento do desempenho económico e financeiro das participadas, bem como de uma gestão prudente da estrutura de financiamento, assegurando que o perfil de endividamento se mantém alinhado com a capacidade previsível de geração de dividendos.

Risco de investimento

Risco inerente ao investimento nas empresas participadas, decorrente da existência de suprimentos e prestações suplementares concedidos a sociedades que se encontram ainda em fases distintas do seu ciclo de desenvolvimento e que, em alguns casos, não geram resultados nem distribuem dividendos no curto prazo, como é o caso da HMR.

Este contexto implica o risco de não retorno do investimento realizado ou de necessidade de reforço adicional de capital, através de novos suprimentos, prestações suplementares ou outras formas de financiamento, com vista a viabilizar os planos de investimento e de crescimento das participadas. O próprio ato de investimento constitui, assim, um fator de risco, particularmente em projetos com horizontes de maturação mais alargados.

Este risco é mitigado através de um acompanhamento próximo da execução dos planos de negócio das participadas, da definição faseada de objetivos operacionais e financeiros, e da avaliação criteriosa da necessidade e oportunidade de reforços adicionais de capital. A política de investimento do Grupo privilegia, deste modo, uma gestão prudente dos recursos, assegurando que os compromissos financeiros assumidos permanecem compatíveis com a sua capacidade financeira e com a previsibilidade de geração de valor no médio e longo prazo.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre da eventual exposição do Grupo a financiamentos indexados a taxas variáveis, bem como de instrumentos de dívida existentes em exercícios anteriores ou ao nível das empresas participadas.

No que respeita à emissão obrigacionista realizada pela Farminveste SGPS em 2025, esta foi contratada a taxa fixa, não expondo a Sociedade a risco de variação de taxas de juro durante o respetivo período de vigência.

A Farminveste SGPS acompanha de forma regular a evolução dos mercados financeiros e avalia, sempre que aplicável, a adequação da sua estrutura de financiamento, com o objetivo de assegurar previsibilidade dos encargos financeiros e limitar a exposição a riscos associados à volatilidade das taxas de juro.

No final de 2025, o valor dos financiamentos obtidos a taxa fixa era de 55,5 milhões de euros e o valor dos financiamentos obtidos a taxa variável era de 83,2 milhões de euros.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de incumprimento por parte de clientes e outros devedores. Este risco é monitorizado de forma recorrente, através da análise da antiguidade e recuperabilidade dos saldos a receber, sendo constituídas imparidades sempre que se justifique. Sempre que identificados desvios relevantes, são implementadas medidas de acompanhamento e mitigação adequadas.

Risco de preço e de margem

O risco de preço e de margem assume particular relevância em alguns negócios do Grupo, em especial nos que operam em ambientes fortemente regulados ou competitivos. Neste contexto, as empresas participadas procuram negociar contratos de fornecimento com horizontes temporais de médio prazo, tipicamente entre dois e três anos, de modo a reduzir a exposição à volatilidade de preços e a assegurar maior estabilidade das margens operacionais.

Risco cambial

A exposição ao risco cambial é residual, uma vez que a grande maioria das transações do Grupo é realizada em euros. As operações em moeda diferente do euro representam um peso reduzido no conjunto da atividade, situando-se abaixo dos limites definidos internamente para a adoção de instrumentos de cobertura cambial.

Risco de Governo

A ANF detém 86,93% do capital da Farminveste, sendo a holding que consolida o resultado da execução dos projetos e investimentos realizados pelas várias empresas que compõem o braço empresarial do grupo ANF, e, por isso, suscetível a eventuais variações negativas dos resultados dessas empresas que integram o seu perímetro contabilístico. Em virtude da sua participação social maioritária e dos correspondentes direitos de voto, a ANF exerce sobre a Farminveste SGPS uma influência dominante. No âmbito das relações entre as entidades, é assegurada a total transparência e o estrito cumprimento das normas legais aplicáveis, designadamente em matéria de conflitos de interesse e de transações com partes relacionadas.

4. Perspectivas futuras



Em 2026, a Administração da Farminveste SGPS manterá o foco na gestão estratégica das participações sociais, assegurando o acompanhamento próximo do desempenho económico financeiro das empresas participadas e a criação das condições necessárias à execução dos respetivos planos estratégicos

Relativamente às participações sociais onde a Farminveste SGPS detém indiretamente participações maioritárias, perspetivam-se as seguintes evoluções:

- + **Alliance Healthcare:** Não obstante a maturidade do mercado da distribuição farmacêutica em Portugal, não se perspetivam consolidações empresariais no sector. A Alliance Healthcare continuará a apostar pela permanência como líder do mercado, podendo a rentabilidade no exercício de 2026 vir a ser afetada pelo aumento do preço dos combustíveis nos gastos com transportes de mercadorias (que pesam c. 48% do total dos Fornecimentos e Serviços Externos e 1% da margem bruta de exploração).
- + **Glintt Global:** Num contexto macroeconómico estável, a Glintt Global perspetiva continuar a crescer o seu Volume de Negócios consolidado acima do crescimento nominal da economia (c. 5% a.a.), impulsionado por um maior crescimento nos serviços de Tecnologias de Informação no mercado ibérico não farmacêutico e não hospitalar, e nos serviços ao mercado hospitalar, compensando um menor crescimento nos serviços prestados ao setor das farmácias em Portugal.
- + **HMR:** Em dezembro de 2024, o Conselho de Administração apresentou uma nova visão para a empresa alavancando sobre o reconhecimento da marca HMR e na base de dados da empresa, para aumentar os serviços de consultoria com a ambição de se tornar numa empresa de referência no sector da saúde e de valor acrescentado durante o ano de 2026, e subseqüentemente potenciar a integração de dados globais no sector de saúde e desenvolver soluções de inteligência mais complexos. Prevê-se que a HMR atinga o break-even de cash-flow operacional em 2026 e resultados líquidos positivos em 2029.


O Conselho de Administração continuará a assegurar o alinhamento estratégico entre visão e prioridades das participadas e a visão e prioridades definidas pela Acionista única Farminveste SGPS. Manterá igualmente o seu foco, na preservação da sustentabilidade económica financeira com enfoque na criação e distribuição de valor, otimização da estrutura de capitais e redução progressiva da dívida.

5. Proposta da aplicação de resultados

A group of business professionals in a meeting room, overlaid with a green tint. The image shows several people sitting around a table, engaged in a discussion. The background is a modern office environment with large windows and contemporary furniture.

O Conselho de Administração da Farminveste SGPS propõe que o Resultado Líquido Individual apurado no exercício, no montante de 58.731.501,96 euros, seja aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal	191.868,00 euros
Resultados transitados	58.539.633,96 euros



6. Demonstrações financeiras e anexos (contas individuais)

Nota introdutória:

Salvo se em contrário expresso, os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, bem como nos respetivos anexos, são expressos em euros (€).

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (CONTAS INDIVIDUAIS)

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente		258 717 936	182 749 499
Ativos tangíveis	6	-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	224 305 674	156 337 237
Outros ativos financeiros	7	34 412 262	26 412 262
Ativo corrente		1 154 408	368 823
Estado e outros entes públicos	10	16 819	3 293
Caixa e depósitos bancários	4	1 137 589	365 530
Total do ativo		259 872 344	183 118 322
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio		216 719 277	150 043 955
Capital social	11	100 959 340	100 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	11	12 675 000	12 675 000
Reserva legal	11	20 000 000	11 961 409
Resultados transitados	11	10 805 682	7 682 216
Ajustamentos em ativos financeiros	11	13 547 753	6 563 273
Resultado líquido do período		58 731 502	11 162 057
Passivo não corrente		37 718 535	23 407 475
Financiamentos obtidos	12	37 718 535	23 407 475
Passivo corrente		5 434 531	9 666 892
Fornecedores	8	40 962	22 723
Outras dívidas a pagar	9	723 724	4 982 410
Financiamentos obtidos	12	4 669 845	4 661 760
Total do Passivo		43 153 066	33 074 367
Total do Capital Próprio e do Passivo		259 872 344	183 118 322

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA (CONTAS INDIVIDUAIS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Rubricas	Notas	Períodos	
		2025	2024
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	61 283 956	12 674 174
Fornecimentos e serviços externos	13	(403 554)	(127 342)
Outros gastos	14	(63 239)	(75 259)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		60 817 163	12 471 573
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		60 817 163	12 471 573
Juros e rendimentos similares obtidos	15	64 768	-
Juros e gastos similares suportados	15	(2 150 400)	(1 309 516)
Resultado antes de impostos		58 731 531	11 162 057
Imposto sobre o rendimento do período	16	(29)	-
Resultado líquido do período		58 731 502	11 162 057

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL (CONTAS INDIVIDUAIS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Rubricas	Períodos	
	2025	2024
Resultado líquido do período	58 731 502	11 162 057
Total do rendimento integral do período	58 731 502	11 162 057

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (CONTAS INDIVIDUAIS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Pagamentos a fornecedores		(364 295)	(181 910)
Caixa gerada pelas operações		(364 295)	(181 910)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		656	-
Outros recebimentos/pagamentos		131	(1 069)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(363 508)	(182 979)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	4	(13 561 528)	-
Empresas do grupo	4	(5 000 000)	-
Recebimentos provenientes de:			
Empresas do grupo	4	5 000 000	-
Juros		48 576	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(13 512 952)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		18 980 905	-
Empresas do grupo	4	11 961 528	1 810 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(3 702 420)	-
Juros e gastos similares		(2 021 495)	(1 311 609)
Empresas do grupo	4	(10 570 000)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		14 648 518	498 391
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		772 058	315 411
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	365 530	50 119
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 137 589	365 530

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (CONTAS INDIVIDUAIS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								
Rubricas	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de Capital Próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição a 01/01/2025		100 000 000	12 675 000	11 961 409	7 682 216	6 563 273	11 162 057	150 043 955
Alterações no período								
Aplicação de resultados de 2024	11	-	-	8 038 591	3 123 466	-	(11 162 057)	-
		-	-	8 038 591	3 123 466	-	(11 162 057)	-
Resultado líquido do período	11						58 731 502	58 731 502
Resultado integral							58 731 502	58 731 502
Operações com detentores do Capital no período								
Realizações de Capital		959 340	-	-	-	-	-	959 340
Outras operações	11	-	-	-	-	6 984 481	-	6 984 481
		959 340	-	-	-	6 984 481	-	7 943 821
Posição a 31/12/2025	11	100 959 340	12 675 000	20 000 000	10 805 682	13 547 753	58 731 502	216 719 277
Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								
Rubricas	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de Capital Próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição a 01/01/2024		100 000 000	12 675 000	1 649 113	7 682 216	6 207 592	10 312 296	138 526 217
Alterações no período								
Aplicação de resultados de 2023		-	-	10 312 296	-	-	(10 312 296)	-
		-	-	10 312 296	-	-	(10 312 296)	-
Resultado líquido do período							11 162 057	11 162 057
Resultado integral							11 162 057	11 162 057
Operações com detentores do Capital no período								
Outras operações		-	-	-	-	355 681	-	355 681
		-	-	-	-	355 681	-	355 681
Posição a 31/12/2024	11	100 000 000	12 675 000	11 961 409	7 682 216	6 563 273	11 162 057	150 043 955

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Farminveste, S.G.P.S., S.A. (Farminveste, SGPS) foi constituída em setembro de 2010, tendo por objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A sua sede social é na Travessa de Santa Catarina n.º 8, 1200-403 Lisboa, e está registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 509 491 480.

A sociedade foi constituída formalmente em setembro de 2010, com um capital social inicial de 100.000.000 euros. Em 2025, aquando do reembolso da dívida obrigacionista Farminveste SGPS, foram convertidas 191.868 obrigações em novas ações da sociedade, passando o capital social a ser de 100.959.340 euros.

O seu Capital Social está representado por 20.191.868 de ações de categoria A e B (17.500.000 e 2.691.868, respetivamente), no valor nominal de 5,00 euros, de natureza escritural e nominativa.

Neste contexto, a Associação Nacional das Farmácias, diluiu a sua participação de 87,7% para 86,93%.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016, conforme adotadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

Consequentemente, em cumprimento das disposições do IAS 1, a Empresa declara que estas demonstrações financeiras e respetivo anexo cumprem, para estes efeitos, as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia ("UE"), em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2017.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

ATIVOS TANGÍVEIS (IAS 16)

Os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (deemed cost) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, de acordo com quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- + Equipamento administrativo: de 3 a 4 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (IFRS 11)

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da Entidade no Capital próprio dessas entidades à data da sua aquisição é reconhecido como goodwill. O goodwill é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado separadamente na posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como gasto na Demonstração dos resultados do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (IFRS 10)

As principais políticas contabilísticas resumem-se como segue:

Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra.

O custo de uma aquisição é valorizado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos assumidos na data de aquisição mais o custo diretamente atribuível à aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são valorizados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do grupo dos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

As transações internas, os saldos e os ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (IAS 23)

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. A empresa considera que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (IAS 12)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expetativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Capital Próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (IFRS 7)

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas incluem:

- + Clientes;
- + Outros créditos a receber;
- + Estado e outros entes públicos;
- + Fornecedores;
- + Financiamentos obtidos; e
- + Outras dívidas a pagar

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

IMPARIDADE DE ATIVOS (IAS 36)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (IAS 19)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

Benefícios de cessação de emprego: a Entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por:

+ Existir compromisso da Entidade;

ou

+ Ter terminado emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma;

ou

+ Ter concedido benefícios de rescisão de contratos de trabalho como resultado de uma oferta efetuada para incentivar a rescisão de contrato de trabalho.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO (IAS 10)

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contábilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas foram determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso e bem assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8. Os principais pressupostos utilizados nas estimativas utilizadas pela Empresa, encontram-se divulgados nas notas correspondentes do anexo.

3.3 - Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Ocorreram em 2025 um conjunto de alterações às IAS/IFRS, as quais apresentamos de seguida, que não tiveram qualquer impacto nas políticas contábilísticas ou nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2025.

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2025:

- a) IAS 21 (alteração) 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: falta de permutabilidade'. A IAS 21 define a taxa de câmbio que uma entidade deve utilizar quando relata transações em moeda estrangeira ou transpõem os resultados de uma unidade operacional estrangeira, quando a sua moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do grupo. A IAS 21 inclui orientações sobre a taxa de câmbio a utilizar quando a falta de permutabilidade entre duas moedas é temporária, mas é omissa quando se verifica a falta de permutabilidade por um longo período. Esta alteração visa clarificar: i) as circunstâncias em que se considera que uma moeda é passível de troca (permutável); ii) como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando se verifica a falta de permutabilidade de uma moeda, por um período longo.

A IAS 21 exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada.

Esta alteração não é de aplicação retrospectiva, devendo o impacto da transposição da informação financeira ser registada em resultados transitados (se conversão de moeda estrangeira para moeda funcional) ou em reserva cambial (se conversão de moeda funcional para moeda de apresentação) na data da primeira aplicação. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, e que a União Europeia já endossou:

- a) **IFRS 9 e IFRS 7 (Alteração)** 'Classificação e mensuração de instrumentos financeiros'. As alterações efetuadas à IFRS 9 resultam do processo de revisão pós-implementação ao capítulo de "Classificação e mensuração", no âmbito do qual a IASB identificou alguns aspetos a clarificar para melhorar a sua compreensão. As alterações efetuadas referem-se a: (a) clarificação do conceito da data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos; (b) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério dos cash-flows contratuais corresponderem "apenas ao pagamento de principal e juros" (SPPI), tais como: i) ativos financeiros cuja componente de juro corresponde à de um empréstimo básico; cash-flows contingentes ou associados a metas ESG; ii) ativos com características "sem recurso"; e iii) instrumentos contratualmente associados; (c) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor; (d) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.
- b) **IFRS 9 e IFRS 7 (Alteração)** 'Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza'. As alterações propostas resultam do facto de os contratos de compra e venda de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis terem-se tornado dominantes na estratégia de mitigação das emissões de carbono. Por a sua geração estar dependente de condições naturais não controláveis, estes contratos estão sujeitos à variabilidade da quantidade gerada, pelo que poderão existir diferenças entre as quantidades geradas e as necessidades de consumo, levando à venda de parte da eletricidade adquirida. As alterações à IFRS 9 e IFRS 7 incluem: a) clarificação da aplicação da isenção do "uso próprio" estabelecida na IFRS 9: uma entidade deve aplicar a isenção de "uso próprio" dependendo da finalidade do contrato, design e estrutura.

É permitido a uma entidade aplicar a referida isenção a um acordo "comprador-líquido" de eletricidade obtida a partir de fontes renováveis e às características do mercado obrigam à venda da eletricidade não consumida; b) permissão da classificação como instrumento de cobertura: os contratos de compra e venda de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis podem ser designados como instrumentos de cobertura, para efeitos de aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, se o item coberto corresponder ao volume de eletricidade nominal variável das transações estimadas e este esteja alinhado com o volume variável de eletricidade renovável, que se espera que seja entregue no âmbito do contrato, presumindo-se que as transações estimadas são altamente prováveis; c) novos requisitos de divulgação da IFRS 7: para os contratos contabilizados como "uso próprio", exigência de divulgar os termos e condições dos contratos que expõem a entidade à variabilidade dos volumes entregues e ao risco de ter de adquirir eletricidade em períodos de não consumo, os fluxos de caixa estimados para os compromissos assumidos e ainda não realizados e os efeitos financeiros destes contratos no desempenho financeiro. Relativamente aos contratos designados como instrumentos de cobertura, estes estão sujeitos à divulgação separada de informação sobre os termos e condições associadas. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

Apesar destas normas já terem sido aprovadas/endossadas pela União Europeia, as mesmas ainda não foram adotadas pela Farminveste SGPS na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2025, dado que a sua aplicação não é ainda obrigatória.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IAS 21 (Alteração)** 'Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária'. Esta norma especifica os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: a sua moeda funcional é de uma economia não hiperinflacionária e estiver a converter os seus resultados e posição financeira para a moeda de apresentação de uma economia hiperinflacionária; estiver a converter para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação estrangeira cuja moeda funcional é de uma economia não hiperinflacionária.

Assim, os resultados e a posição financeira da entidade devem ser convertidos para a moeda de apresentação através da conversão de todos os montantes (sejam ativos, passivos, itens de capital próprio, rendimentos e gastos) à taxa de câmbio à vista da data de relato.

Relativamente aos comparativos, no primeiro caso é adotado o mesmo procedimento de conversão para o período de relato e para o comparativo; no segundo caso (operações estrangeiras) os comparativos têm de ser reexpressos aplicando a variação do índice geral de preços, conforme previsto na IAS 29 – Relato financeiro de economias hiperinflacionárias.

Quando a economia cuja moeda, a moeda de apresentação da entidade deixa de ser hiperinflacionária e a moeda funcional da entidade continua a ser a de uma economia não hiperinflacionária, a entidade deixa de aplicar de forma prospetiva o regime geral de conversão cambial da IAS 21, sem reexpressar os comparativos.

São exigidas divulgações específicas relativamente à aplicação dos princípios acima identificados. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

- b) **IFRS 18** 'Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras'. A IFRS 18 que substitui a IAS 1 na apresentação das demonstrações financeiras, tem por objetivo melhorar a divulgação do desempenho financeiro das entidades e promover a prestação de informação mais transparente e comparável. Sendo mantida uma parte substancial dos princípios de aplicação da IAS 1, e efetuada a transferência de alguns princípios para a IAS 8 e a IFRS 7, o principal impacto da aplicação da IFRS 18 refere-se à apresentação da Demonstração dos resultados.

A Demonstração dos resultados passa a ser apresentada, com a classificação dos gastos e dos rendimentos do exercício, em três categorias: operacional, investimento e financiamento, existindo ainda a categoria do imposto sobre o rendimento e das Unidades operacionais descontinuadas. Para a classificação nas categorias tipificadas, as entidades devem determinar se têm como atividade empresarial principal específica o investimento em ativos e/ou a concessão de financiamento a clientes. Esta estrutura de apresentação por categorias concorre para a determinação dos rendimentos e gastos que devem ser acumulados nos subtotais adicionais obrigatórios, como são o "Resultado operacional" e o "Resultado antes de financiamento e impostos". Em complemento a estas alterações, a IFRS 18 estabelece ainda requisitos de agregação e desagregação de informação nas demonstrações financeiras principais e nas respetivas notas do anexo.

A IFRS 18 introduz, ainda, melhorias aos requisitos de divulgação das medidas de desempenho da gestão, exigindo a divulgação das bases de cálculo dos indicadores incluídos no relatório de gestão e nos comunicados públicos efetuados, bem como a sua reconciliação com os subtópicos apresentados nas demonstrações financeiras ou definidos na IFRS 18 como não sendo medidas de desempenho da gestão.

A IFRS 18 introduz também alterações à IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa, sendo a alteração mais relevante o modo de preparação da demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto, a qual terá de passar a ser iniciada com base no saldo do “Resultado operacional” e não com base no saldo do “Resultado líquido o exercício”. As alterações efetuadas às restantes demonstrações financeiras principais são pouco significativas. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

- c) **IFRS 19 (Alteração)** ‘Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações’. A IFRS 19 tem como objetivo permitir, às entidades consideradas elegíveis, a preparação de demonstrações financeiras em IFRS com requisitos de divulgação mais reduzidos do que os exigidos pelas IFRS, mantendo-se, contudo, a obrigação de aplicar todos os requisitos de mensuração e reconhecimento das IFRS, em geral.

A redução de divulgações definida pela IFRS 19 abrange a generalidade das IAS/IFRS, à exceção da IFRS 8 - Segmentos operacionais; IFRS 17 - Contratos de seguro; e IAS 33 - Resultados por ação.

São consideradas elegíveis as entidades que: (i) sejam subsidiárias de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para prestação pública; e (ii) não estão sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não estão em processo de cotação, nem têm como atividade principal a guarda de ativos a título fiduciário.

As entidades elegíveis, que constituem holdings intermédias não sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, podem aplicar a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras separadas, mesmo que não as apliquem nas demonstrações financeiras consolidadas. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

- d) **IFRS 19 (Alteração)** ‘Alteração aos requisitos de divulgação’. Na prossecução do objetivo de simplificar os requisitos de divulgação aplicáveis às subsidiárias que não estão sujeitas à prestação pública, a IFRS 19 foi alterada para incluir a redução de requisitos de divulgação relativamente a novas normas e alterações às normas decorrentes de projetos que se encontravam em curso ou em fase de conclusão, à data da sua publicação. Assim, as alterações efetuadas visam reduzir os requisitos de divulgação para as alterações às normas e novas normas emitidas entre fevereiro de 2021 e maio de 2024, nomeadamente: IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras; Alterações à IAS 7 – Acordos de financiamento de Fornecedores; IAS 12 – Reforma fiscal internacional – Regras do modelo do Pilar 2; Alterações à IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade.

O IASB irá considerar e efetuar alterações à IFRS 19 sempre que uma norma seja revista. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 detalha-se conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos à ordem	187 589	365 530
Depósitos a prazo	950 000	-
Total	1 137 589	365 530

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de investimento; e (3) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

Apresenta-se o detalhe de determinadas operações registadas na Demonstração de Fluxos de Caixa, permitindo uma melhor compreensão dos movimentos ocorridos durante os períodos em análise:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	13 561 528	-
Farminveste IPG	13 561 528	-
Empresas Grupo	5 000 000	-
Farminveste IPG	5 000 000	-
Recebimentos respeitantes a:		
Empresas Grupo	5 000 000	-
Farminveste IPG	5 000 000	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Empresas Grupo	11 961 528	1 810 000
ANF	11 961 528	1 810 000
Pagamentos respeitantes a:		
Empresas Grupo	10 570 000	-
ANF	10 570 000	-

5. PARTES RELACIONADAS

Relacionamentos com Empresa-mãe

Nome da empresa-mãe imediata:	Associação Nacional das Farmácias
Nome da empresa-mãe controladora final:	Associação Nacional das Farmácias

A 31 de dezembro 2025, a Farminveste SGPS era detida em 86,93% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF) e os restantes 13,07% pertenciam a outros acionistas.

Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais

No ano de 2025 não foram pagas remunerações aos Órgãos Sociais da Farminveste SGPS.

Saldos e transações entre partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

Descrição	31/12/2025			
	Fornecedores (nota 8)	Outras dívidas a pagar (nota 9)	Prestações suplementares (nota 7 e 11)	Serviços obtidos
Empresa-mãe	-	-	(12 675 000)	-
ANF	-	-	(12 675 000)	-
Subsidiárias	39 827	-	34 412 262	152 727
Farminveste IPG	-	-	34 412 262	-
A Ver Navios	39 420	-	-	150 045
Glintt Global	407	-	-	2 682
Total de relações Intra grupo	39 827	-	21 737 262	152 727

Descrição	31/12/2024			
	Fornecedores (nota 8)	Outras dívidas a pagar (nota 9)	Prestações suplementares (nota 7 e 11)	Serviços obtidos
Empresa-mãe	50	4 470 000	(12 675 000)	-
ANF	50	4 470 000	(12 675 000)	-
Subsidiárias	21 431	-	26 412 262	95 497
Farminveste IPG	21 238	-	26 412 262	95 054
Glintt Global	194	-	-	443
Total de relações Intra grupo	21 481	4 470 000	13 737 262	95 497

6. ATIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos tangíveis da Farminveste SGPS apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Equipamento administrativo	158	158
Ativo tangível bruto	158	158
Depreciações acumuladas	(158)	(158)
Depreciações acumuladas	(158)	(158)
Ativo tangível líquido	-	-

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A Farminveste SGPS detém uma participação financeira de 100% na Farminveste IPG, registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Através deste método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e, posteriormente, ajustado em função das alterações verificadas nos capitais próprios da Farminveste IPG.

A informação financeira disponível à data da demonstração da posição financeira da empresa participada resume-se como segue:

Descrição	Percentagem de participação	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Gastos	Rendimentos
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	100%	599 469 854	257 151 779	342 318 075	908 662 936	969 946 892

O valor total do investimento financeiro nesta participada ascendia a 258.717.936 euros com a de-composição seguinte:

Participação de capital	+ 224 305 674
Empréstimos concedidos	+ 34 412 262

O impacto em resultado na Farminveste SGPS da sua participada em 2025 foi de 61.283.956 euros.

8. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores tem a seguinte composição em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores gerais	1 135	1 242
Fornecedores empresas mãe (nota 5)	-	50
Fornecedores empresas subsidiárias (nota 5)	407	21 431
Fornecedores outras partes relacionadas (nota 5)	39 420	-
Total	40 962	22 723

9. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de outras dívidas a pagar tinha a seguinte composição em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Passivo		
Outras dívidas a pagar	723 724	4 982 410
Outros acréscimos de gastos	250	-
Juros a liquidar	723 474	512 410
Empréstimos de empresas do grupo (nota 5)	-	4 470 000
Total	723 724	4 982 410

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 decomposição da rubrica Estado e outros entes públicos era a seguinte:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	16 819	-	1 313	-
Segurança Social	-	-	1 980	-
Total	16 819	-	3 293	-

11. CAPITAL, RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2025, o capital da Farminveste SGPS era detido em 86,93% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF) e os restantes 13,07% pertenciam a Outros acionistas e encontrava-se distribuído da seguinte forma:

Capital social	Nº ações	Valor nominal	Categoria das ações	
			Cat. A	Cat. B
100 959 340	17 500 000	5	87 500 000	-
	2 691 868	5	-	13 459 340

As diferentes rubricas constituintes do Capital Próprio da Farminveste SGPS, em 2025 e 2024 são como se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Capital subscrito	100 959 340	100 000 000
Outros instrumentos de Capital Próprio	12 675 000	12 675 000
Reservas legais	20 000 000	11 961 409
Resultados transitados	10 805 682	7 682 216
Ajustamentos em ativos financeiros	13 547 753	6 563 273
Resultado Líquido do Período	58 731 502	11 162 057
Total	216 719 277	150 043 955

Capital subscrito

No âmbito da emissão de Obrigações 2021-2025, diversos obrigacionistas exerceram o respetivo direito de conversão em ações na data de maturidade da emissão, ocorrida em 15 de outubro de 2025. Em resultado destes pedidos, a Farminveste SGPS procedeu ao correspondente aumento do capital social, bem como à emissão de novas ações de Categoria B (ordinárias), destinadas à entrega aos acionistas que optaram pela conversão das obrigações.

Concluídos os procedimentos legais e regulamentares aplicáveis, foi admitida à negociação no Euro-next Access Lisbon a totalidade das novas ações emitidas, num total de 191.868 ações de Categoria B (ordinárias), cada uma com o valor nominal de 5,00 euros.

Na sequência desta operação, o capital social da Farminveste SGPS passou a ascender a 100.959.340 euros, representado por 20.191.868 ações com valor nominal unitário de 5,00 euros. Deste total, 17.500.000 correspondem a ações de Categoria A e 2.691.868 a ações de Categoria B (ordinárias).

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2025 a reserva legal ascendia a 20.000.000 euros.

Aplicação de resultado

O resultado líquido individual do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi aplicado, conforme deliberação das Assembleias Gerais de Acionistas:

Reserva Legal	8.038.591 euros
Resultados transitados	3.123.466 euros

12. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de empréstimos decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Não corrente		
Empréstimos obrigacionistas - obrigações convertíveis (i)	37 718 535	23 407 475
Total financiamentos obtidos não corrente	37 718 535	23 407 475
Corrente		
Empréstimos obrigacionistas - obrigações convertíveis (i)	4 669 845	4 661 760
Total	42 388 380	28 069 235

(i) O total dos empréstimos obrigacionistas reconhecidos nas contas em 2025, diz respeito a duas emissões de Obrigações Convertíveis, emitidas pela Farminveste SGPS, conforme detalhe abaixo:

Empréstimos obrigacionistas Farminveste SGPS	Valor inicial	Valor nominal das obrigações trocadas pela nova Emissão (2025-2029)	Curto prazo	Médio e longo
Empréstimo Obrigacionista Emissão 2025-2029	37 718 535	-	-	37 718 535
Empréstimo Obrigacionista Emissão 2022-2026	14 405 530	9 735 685	4 669 845	-
Total de obrigações a 31/12/2025	52 124 065	9 735 685	4 669 845	37 718 535

13. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de fornecimentos e serviços externos decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Trabalhos especializados	300 153	126 182
Comissões	78 000	-
Deslocações e estadas	14 681	-
Rendas e alugueres	7 163	-
Conservação e reparação	1 616	-
Contencioso e notariado	1 309	763
Serviços bancários	530	397
Energia e fluidos	103	-
Total	403 554	127 342

O aumento dos custos com Fornecimentos e serviços externos, face a 2024 resultou essencialmente dos honorários jurídicos e financeiros associados à emissão dos empréstimos obrigacionistas, bem como das comissões inerentes a essa mesma emissão.

14. OUTROS GASTOS E PERDAS

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 a decomposição da rubrica de outros gastos e perdas era a seguinte:

Descrição	2025	2024
Impostos	14	9
Donativos	-	12 300
Quotizações	63 225	62 950
Total	63 239	75 259

15. RESULTADOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 a decomposição da rubrica Resultados Financeiros era a seguinte:

Descrição	2025	2024
Juros depósitos a prazo	64 768	-
Total de juros e rendimentos similares obtidos	64 768	-
Juros empréstimo obrigacionistas	(2 150 400)	(1 309 516)
Total de juros e gastos similares suportados	(2 150 400)	(1 309 516)

Os juros dos empréstimos obrigacionistas aumentaram face a 2024, devido à emissão de um novo empréstimo obrigacionista em 2025, no valor de 37,7 milhões de euros. A emissão obrigacionista Farminveste SGPS 2025-2029 possuiu um cupão de 5,25%.

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 20%, que pode ser incrementada até ao máximo de 1,5% pela Derrama, resultando numa taxa agregada máxima de 21,5%.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a taxa efetiva de imposto é demonstrada como segue:

Descrição		2025	2024
Resultado antes de impostos	(1)	58 731 531	11 162 057
Taxa de imposto		21,50%	22,50%
Derrama sobre matéria Coletável		1,50%	1,50%
IRC		20,00%	21,00%
Imposto esperado		12 627 279	2 511 463
Ajustamentos:			
Donativos		-	12 300
Aplicação MEP		(61 283 956)	(12 674 174)
Gastos de financiamento		1 085 632	309 516
Prejuízo para efeitos fiscais		(1 466 793)	(1 190 302)
Tributação autónoma		29	-
Imposto sobre o rendimento	(2)	29	-
Taxa efetiva de imposto	(2)/(1)	0,00%	0,00%

17. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas e detidas como ações próprias.

Descrição	2025	2024
Resultado líquido do período	58 731 502	11 162 057
Nº médio de ações ordinárias	20 191 868	20 000 000
Resultado por ação básico	2,91	0,56

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro. A conversão de obrigações efetuada em 2025 encontra-se refletida no cálculo do resultado por ação básico através do aumento do número médio de ações. Não existindo instrumentos financeiros adicionais com potencial efeito dilutivo exercíveis nesse exercício, o resultado diluído por ação coincide com o resultado básico por ação.


18. OUTRAS INFORMAÇÕES

A atividade global da Farminveste SGPS encontra-se descrita no Relatório de Gestão, considerado parte integrante deste Relatório e Contas referente ao exercício de 2025.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 22 de abril de 2026, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. Após essa aprovação as contas não poderão ser alteradas.

19. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não aplicável.



7. Demonstrações financeiras e anexos (contas consolidadas)

Nota introdutória:

Salvo se em contrário expresso, os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, bem como nos respetivos anexos, são expressos em euros (€).

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (CONTAS CONSOLIDADAS)

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Ativo não corrente		375 808 790	373 642 151
Ativos tangíveis	7	87 981 226	84 895 217
Ativos de direitos de uso	7	10 540 896	11 916 413
Propriedades de investimento	8	17 718 795	19 202 950
Goodwill	9	127 060 588	124 775 594
Ativos intangíveis	10	38 861 653	49 103 921
Participações financeiras - métodos da equivalência patrimonial	11	86 938 884	74 898 937
Outros ativos financeiros	11	612 501	1 174 528
Outros créditos a receber	14	3 351 896	3 947 826
Ativos de operações descontinuadas	27	210 000	420 000
Ativos por impostos diferidos	12	2 532 351	3 306 766
Ativo corrente		224 815 065	282 135 248
Inventários	13	84 997 956	68 542 211
Clientes	14	81 877 480	75 957 697
Estado e outros entes públicos	14	3 486 222	2 128 263
Outros créditos a receber	14	21 720 557	27 214 624
Diferimentos	15	6 431 130	4 374 114
Ativos não correntes disponíveis para venda	27	1 347 615	79 147 616
Ativos com operações descontinuadas	27	385 103	786 938
Caixa e depósitos bancários	5	24 569 002	23 983 784
Total do Ativo		600 623 855	655 777 399
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio		300 319 416	207 024 633
Capital subscrito	16	100 959 340	100 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	16	12 675 000	12 675 000
Reserva legal	16	20 000 000	11 961 409
Resultados transitados	16	10 805 682	7 682 216
Ajustamentos em ativos financeiros	16	13 547 753	6 563 273
Resultado líquido do período		58 731 502	11 162 057
Capital próprio antes interesses não controlados		216 719 277	150 043 955
Interesses não controlados	16	83 600 139	56 980 678
Passivo			
Passivo não corrente		122 430 322	151 698 497
Provisões	17	3 062 668	5 711 859
Financiamentos obtidos	18	103 110 000	127 404 495
Financiamentos obtidos - direito de uso	18	7 372 986	8 644 492
Passivos por impostos diferidos	12	7 113 992	7 287 991
Outras dívidas a pagar	14	1 770 676	2 649 661
Passivo corrente		177 874 117	297 054 269
Fornecedores	14	93 181 059	73 242 630
Estado e outros entes públicos	14	8 180 124	7 828 911
Financiamentos obtidos	18	35 568 699	109 092 176
Financiamentos obtidos - direito de uso	18	3 237 440	3 330 135
Outras dívidas a pagar	14	23 338 620	28 799 399
Diferimentos	15	14 104 781	13 199 423
Passivos com operações descontinuadas	27	263 395	671 637
Passivos não correntes detidos para venda	27	-	60 889 958
Total do passivo		300 304 439	448 752 766
Total do Capital próprio e do Passivo		600 623 855	655 777 399

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA (CONTAS CONSOLIDADAS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Rubricas	Notas	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	19	908 627 751	844 672 586
Subsídios à exploração	19	2 029 968	1 308 425
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11	18 953 755	13 226 752
Variação nos inventários da produção		(15 961)	27 929
Trabalhos para a própria entidade	10	1 109 527	1 892 108
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(742 287 736)	(675 068 910)
Fornecimentos e serviços externos	20	(66 342 899)	(73 586 899)
Gastos com o pessoal	21	(74 346 254)	(70 761 996)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	913 850	69 133
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	1 472 673	2 090 970
Provisões (aumentos/reduções)	17	(424 355)	834 647
Aumentos/reduções de justo valor	22	2 176 933	1 239 083
Outros rendimentos	19 e 23	1 150 731	3 876 864
Outros gastos	24	(1 457 438)	(2 910 843)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		51 560 545	46 909 849
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	(9 061 873)	(13 848 170)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	7 e 10	(208 007)	(314 909)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		42 290 665	32 746 770
Juros e rendimentos similares obtidos	19 e 26	840 474	863 103
Juros e gastos similares suportados	26	(12 526 711)	(15 954 369)
Resultado antes de impostos		30 604 428	17 655 504
Imposto sobre o rendimento do período	12	(4 622 705)	(3 429 860)
Resultado líquido do período antes de operações descontinuadas		25 981 723	14 225 644
Resultado com operações descontinuadas	28	73 778 708	4 154 131
Resultado líquido antes de interesses não controlados		99 760 431	18 379 774
Interesses não controlados	16	41 028 929	7 217 718
Resultado líquido dos detentores de capital		58 731 502	11 162 057
Resultado por ação básico		2,91	0,56

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL (CONTAS CONSOLIDADAS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Rubricas	Períodos	
	2025	2024
Resultado líquido do período	58 731 502	11 162 057
Diferença de conversão cambial (IAS 21)	(171 830)	33 214
Aplicação aos resultados transitados	-	30 003
Outro rendimento integral do período	(171 830)	63 217
Total rendimento integral do período	58 559 672	11 225 274

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (CONTAS CONSOLIDADAS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 013 787 406	1 017 513 012
Pagamentos a fornecedores		(903 671 285)	(897 766 482)
Pagamentos ao pessoal		(67 856 056)	(65 770 087)
Caixa gerada pelas operações		42 260 064	53 976 443
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2 856 041)	(3 360 383)
Outros recebimentos/pagamentos		(12 669 629)	(18 701 875)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		26 734 395	31 914 185
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos tangíveis		(1 850 253)	(19 590 128)
Ativos intangíveis		(77 055)	(1 898 649)
Investimentos financeiros	5	(4 734 471)	(17 169 217)
Dividendos	5	(728 459)	(662 888)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos tangíveis		2 768	5 317 753
Investimentos financeiros	5	96 525 355	303 750
Outros ativos	5	-	1 500 000
Subsídios ao investimento		-	177 154
Juros e rendimentos similares		477 884	420 529
Dividendos	5	8 616 993	8 550 043
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		98 232 762	(23 051 652)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		978 942 245	1 045 110 673
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	5	633 000	-
Empresas do grupo	5	18 461 528	1 810 000
Outras operações de financiamento	5	-	3 500 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 079 772 308)	(1 016 613 378)
Amortização de locação operacional - IFRS 16		(5 205 245)	(4 817 940)
Juros e gastos similares		(12 023 187)	(16 451 736)
Juros de locação operacional - IFRS 16		(776 643)	(335 338)
Dividendos	5	(13 370 686)	(4 329 447)
Empresas do grupo	5	(17 070 000)	-
Amortização contratos locação financeira		(13 312)	(8 790)
Outras operações de financiamento	5	(2 825 000)	(1 950 000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(133 019 609)	5 914 044
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(8 052 453)	14 776 577
Efeito de variação de perímetro		8 637 670	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	23 983 784	16 728 726
Variação de caixa e equivalentes de operações descontinuadas		-	(7 521 518)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	24 569 002	23 983 784

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (CONTAS CONSOLIDADAS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										
Rubricas	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de Capital Próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital próprio
Posição no início do período 2024		100 000 000	12 675 000	1 649 113	7 682 216	6 207 592	10 312 296	138 526 217	65 362 135	203 888 351
Alterações no Período:										
Aplicação de resultados de 2023		-	-	10 312 296	-	-	(10 312 296)	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(1 390 790)	(1 390 790)
Outras alterações reconhecidas no capital Próprio		-	-	-	-	292 464	-	292 464	(14 227 907)	(13 935 443)
		-	-	10 312 296	-	292 464	(10 312 296)	292 464	(15 618 697)	(15 326 233)
Resultado líquido do período							11 162 057	11 162 057	7 217 718	18 379 775
Diferença de conversão cambial (IAS 21)						33 214		33 214	10 257	43 471
Aplicação aos resultados transitados						30 003		30 003	9 266	39 269
Resultado integral						63 217	11 162 057	11 225 274	7 237 241	18 462 515
Posição no final do período 2024	16	100 000 000	12 675 000	11 961 409	7 682 216	6 563 273	11 162 057	150 043 955	56 980 678	207 024 633
Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										
Rubricas	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de Capital Próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2025	16	100 000 000	12 675 000	11 961 409	7 682 216	6 563 273	11 162 057	150 043 955	56 980 678	207 024 633
Alterações no Período:										
Aplicação de resultados de 2024		-	-	8 038 591	3 123 466	-	(11 162 057)	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital Próprio		-	-	-	-	7 156 311	-	7 156 311	(14 356 403)	(7 200 092)
	16	-	-	8 038 591	3 123 466	7 156 311	(11 162 057)	7 156 311	(14 356 403)	(7 200 092)
Resultado líquido do período							58 731 502	58 731 502	41 028 929	99 760 431
Diferença de conversão cambial (IAS 21)						(171 830)		(171 830)	(53 065)	(224 895)
Resultado integral						(171 830)	58 731 502	58 559 672	40 975 863	99 535 535
Operações com detentores do capital no período										
Realizações de capital		959 340	-	-	-	-	-	959 340	-	959 340
	16	959 340	-	-	-	-	-	959 340	-	959 340
Posição no final do período 2025	16	100 959 340	12 675 000	20 000 000	10 805 682	13 547 753	58 731 502	216 719 277	83 600 139	300 319 416

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Farminveste, SGPS, S.A. (Farminveste SGPS) foi constituída em setembro de 2010, tendo por objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A sua sede social é na Travessa de Santa Catarina nº. 8, 1200-403 Lisboa, e está registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 509 491 480.

A sociedade foi constituída formalmente em setembro de 2010, com um Capital Social inicial de 100.000.000 euros. Em 2025, aquando do reembolso da dívida obrigacionista Farminveste SGPS, foram convertidas 191.868 obrigações em novas ações da sociedade, passando o Capital Social a ser de 100.959.340 euros.

O seu Capital Social está representado por 20.191.868 de ações de categoria A e B (17.500.000 e 2.691.868, respetivamente), no valor nominal de 5,00 euros, de natureza escritural e nominativa.

Neste contexto, a Associação Nacional das Farmácias, diluiu a sua participação de 87,7% para 86,93%.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016, conforme adotadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

Consequentemente, em cumprimento das disposições do IAS 1, a Empresa declara que estas demonstrações financeiras e respetivo anexo cumprem, para estes efeitos, as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia (“UE”), em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2017.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 não são comparáveis com os valores do exercício de 2024, em virtude da Reorganização Societária ocorrida em 2 de outubro de 2025, com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2025.

No âmbito desta operação, o consolidado da Farminveste SGPS deixou de integrar, durante o exercício de 2025, áreas de negócio e participações financeira que, em 2024, se encontravam registadas na Farminveste IPG, pelo que as demonstrações financeiras de 2025 refletem uma alteração significativa no perímetro e na dimensão das atividades desenvolvidas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

ATIVOS INTANGÍVEIS (IAS 38)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para o Grupo, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os ativos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha reta (ou outro) em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

ATIVOS TANGÍVEIS (IAS 16)

Os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (deemed cost) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, de acordo com quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- + Equipamento básico: de 1 a 20 anos
- + Equipamento de transporte: de 4 a 6 anos
- + Equipamento administrativo: de 4 a 8 anos
- + Outros ativos tangíveis: de 1 a 25 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

INVENTÁRIOS (IAS 2)

Os inventários incluem, essencialmente, matérias-primas, material de embalagem, produto intermédio e produto acabado e encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

LOCAÇÕES (IFRS 16)

Esta nova norma substitui a IAS 17 com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada.

Locações nas quais a Farminveste é locatária:

A Empresa avalia se um contrato é ou contém uma locação, no início do contrato. A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de locação correspondente em relação a todos os contratos de locação nos quais é locatário, exceto para locações de curto prazo (definidos como locações com prazo de locação de 12 meses ou menos) e locações de ativos de baixo valor. Para essas locações, a Empresa reconhece os pagamentos da locação como uma despesa operacional de forma linear pelo prazo da locação, a menos que outra base sistemática seja mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios económicos dos ativos arrendados são consumidos.

O passivo de locação é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa implícita na locação. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o locatário usa sua taxa de empréstimo incremental.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem:

- + Pagamentos fixos de locação (incluindo pagamentos substanciais), deduzidos de quaisquer incentivos a receber;
- + Pagamentos variáveis de locação que dependem de um índice ou taxa, medidos inicialmente usando o índice ou taxa na data de início;

- + O valor que se espera pagar pelo locatário sob garantias de valor residual;
- + O preço de exercício das opções de compra, se o locatário tiver razoavelmente certeza de exercer as opções; e
- + Pagamentos de multas pela rescisão do contrato de locação, se o prazo do contrato refletir o exercício de uma opção para rescindir o contrato.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente, aumentando o valor contabilístico para refletir juros sobre o passivo de locação (usando o método dos juros efetivos) e reduzindo o valor contabilístico para refletir os pagamentos efetuados.

A Empresa calcula o passivo de locação (e faz um ajuste correspondente no ativo de direito de uso relacionado) sempre que:

- + O prazo da locação muda ou há um evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias, resultando em uma alteração na avaliação do exercício de uma opção de compra; nesse caso, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos da locação usando uma taxa de desconto revista.
- + Os pagamentos de locação são alterados devido a alterações num índice ou taxa ou uma alteração no pagamento esperado sob um valor residual garantido; nesses casos, o passivo da locação é remensurado, descontando os pagamentos da locação usando uma taxa de desconto inalterada (a menos que os pagamentos da locação sejam alterados devido a uma alteração na taxa de juros flutuante; nesse caso, uma taxa de desconto revista é usada).
- + Um contrato de locação é modificado e a modificação da locação não é contabilizada como uma locação separada. Nesse caso, o passivo de locação é remensurado com base no prazo da locação modificado, descontando os pagamentos da locação usando uma taxa de desconto revista na data efetiva da modificação.

A Empresa não realizou nenhum ajuste durante os períodos apresentados.

Os ativos de direito de uso compreendem a mensuração inicial do passivo correspondente, os pagamentos efetuados antes ou no dia do início, menos os incentivos recebidos e os custos diretos iniciais. São subsequentemente mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo período mais curto do prazo da locação e pela vida útil do ativo subjacente. Se uma locação transfere a propriedade do ativo subjacente ou o custo do ativo de direito de uso reflete que a Empresa espera exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso relacionado é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente. A depreciação começa na data de início da locação.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada na demonstração da posição financeira. A Empresa aplica a IAS 36 para determinar se um ativo de direito de uso está deteriorado e contabiliza qualquer perda por imparidade identificada de acordo com a IAS 36 - imparidade de ativos.

Os alugueres variáveis que não dependem de um índice ou taxa, não são incluídos na mensuração do passivo de locação e do ativo de direito de uso. Os pagamentos relacionados são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que desencadeia esses pagamentos ocorre e são incluídos em 'fornecimentos e serviços externos no resultado. Como um expediente prático, a

IFRS 16 permite que o locatário não separe os componentes que não são de locação financeira e, em vez disso, contabiliza qualquer locação e componentes de não locação associados como uma única combinação. A empresa utiliza esse expediente prático.

Locações nas quais a Farminveste é locadora

A Farminveste não identificou impactos significativos decorrentes dos contratos de locação e sublocação em que é locadora ao abrigo da IFRS 16.

GOODWILL (IFRS 3)

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de Goodwill (caso respeite a empresas do Grupo) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas), se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

O Goodwill originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS, foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal ("deemed cost") àquela data, e foi objeto de testes de imparidade à data das demonstrações financeiras. O Goodwill deixou de ser amortizado a partir daquela data sendo, contudo, sujeito, pelo menos anualmente, a um teste de imparidade para verificar se existem perdas de imparidade.

O Goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é relevado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill referente à mesma.

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração da posição financeira como dedução ao valor do ativo e na demonstração de resultados na rubrica de Amortizações, depreciações e perdas por imparidade, não sendo posteriormente revertida.

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o goodwill se encontra alocado é determinado anualmente com base no maior valor entre o seu valor de uso e o seu justo valor menos custos de alienação.

Para esta determinação, o Grupo utiliza, alternativamente e em função da disponibilidade e fiabilidade de informação de mercado em cada momento, a metodologia de fluxos de caixa descontados, baseada na atualização de projeções financeiras estimadas para cada unidade, ou a metodologia de múltiplos de mercado, baseada na relação entre o valor total da empresa e a sua geração de caixa operacional, garantindo que o método selecionado reflete a melhor estimativa do valor recuperável do investimento em cada área de negócio.

Para o exercício de 2025, foram considerados os seguintes múltiplos de EBITDA para a determinação do Enterprise Value (com base numa análise de transações de compra e venda de empresas similares no mercado):

- a) Distribuição Farmacêutica: intervalo entre 8,0x - 11,9x
- b) Cuidados de Saúde: intervalo entre 8,8x - 14,5x

Qualquer perda por imparidade é reconhecida quando o valor recuperável é inferior ao valor contábilístico das unidades geradoras de caixa, sendo divulgadas as principais premissas e sensibilidades utilizadas.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (IFRS 11)

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital Próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da Entidade no Capital próprio dessas entidades à data da sua aquisição é reconhecido como goodwill. O goodwill é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado separadamente na posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como gasto na Demonstração dos resultados do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (IFRS 10)

As principais políticas contabilísticas resumem-se como segue:

Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra.

O custo de uma aquisição é valorizado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos assumidos na data de aquisição mais o custo diretamente atribuível à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são valorizados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do grupo dos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

As transações internas, os saldos e os ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Associadas

Estas participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e consolidadas pelo Método da Equivalência Patrimonial.

O investimento do Grupo em associadas inclui o goodwill (deduzido de perdas acumuladas de imparidade) identificado na aquisição.

A participação do Grupo nos ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é reconhecida na Demonstração dos resultados e a quota-parte nos movimentos das reservas após aquisição é reconhecida em reservas por contrapartida do valor contabilístico do investimento financeiro. Quando a participação no Grupo nas perdas da associada igualar ou ultrapassar o investimento na associada, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver assumido obrigações ou efetuado pagamentos em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (IAS 23)

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. A empresa considera que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados.

RÉDITO (IFRS 15)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as prestações de serviços.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- + Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- + A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- + O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- + É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- + Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- + O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- + É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- + Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- + A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (IAS 12)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A IFRIC 23, trata-se de uma interpretação à IAS 12 - Imposto sobre o rendimento, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

SUBSÍDIOS (IAS 20)

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (IFRS 7)

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas incluem:

- + Clientes;
- + Outros créditos a receber;
- + Estado e outros entes públicos;
- + Fornecedores;
- + Financiamentos obtidos; e
- + Outras dívidas a pagar.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

IMPARIDADE DE ATIVOS (IAS 36)

À data da posição financeira é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Outras dívidas a pagar” e “Diferimentos”.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (IAS 19)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

Benefícios de cessação de emprego: a Entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por:

- + Existir compromisso da Entidade; ou
- + Ter terminado emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- + Ter concedido benefícios de rescisão de contratos de trabalho como resultado de uma oferta efetuada para incentivar a rescisão de contrato de trabalho.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (IAS 10)

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte.

As estimativas foram determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso e bem assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Os principais pressupostos utilizados nas estimativas utilizadas pela Empresa, encontram-se divulgadas nas notas correspondentes do anexo.

3.3. Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Ocorreram em 2025 um conjunto de alterações às IAS/IFRS, as quais apresentamos de seguida, que não tiveram qualquer impacto nas políticas contabilísticas ou nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2025.

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2025:

- a) **IAS 21 (alteração)** 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: falta de permutabilidade'. A IAS 21 define a taxa de câmbio que uma entidade deve utilizar quando relata transações em moeda estrangeira ou transpõem os resultados de uma unidade operacional estrangeira, quando a sua moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do grupo. A IAS 21 inclui orientações sobre a taxa de câmbio a utilizar quando a falta de permutabilidade entre duas moedas é temporária, mas é omissa quando se verifica a falta de permutabilidade por um longo período. Esta alteração visa clarificar: i) as circunstâncias em que se considera que uma moeda é passível de troca (permutável); ii) como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando se verifica a falta de permutabilidade de uma moeda, por um período longo.

A IAS 21 exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada.

Esta alteração não é de aplicação retrospectiva, devendo o impacto da transposição da informação financeira ser registada em resultados transitados (se conversão de moeda estrangeira para moeda funcional) ou em reserva cambial (se conversão de moeda funcional para moeda de apresentação) na data da primeira aplicação. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, e que a União Europeia já endossou:

- a) **IFRS 9 e IFRS 7 (Alteração)** 'Classificação e mensuração de instrumentos financeiros'. As alterações efetuadas à IFRS 9 resultam do processo de revisão pós-implementação ao capítulo de "Classificação e mensuração", no âmbito do qual a IASB identificou alguns aspetos a clarificar para melhorar a sua compreensão. As alterações efetuadas referem-se a: (a) clarificação do conceito da data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos; (b) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério dos cash-flows contratuais corresponderem "apenas ao pagamento de principal e juros" (SPPI), tais como: i) ativos financeiros cuja componente de juro corresponde à de um empréstimo básico; cash-flows contingentes ou associados a metas ESG; ii) ativos com características "sem recurso"; e iii) instrumentos contratualmente associados; (c) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor; (d) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.
- b) **IFRS 9 e IFRS 7 (Alteração)** 'Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza'. As alterações propostas resultam do facto de os contratos de compra e venda de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis terem-se tornado dominantes na estratégia de mitigação das emissões de carbono. Por a sua geração estar dependente de condições naturais não controláveis, estes contratos estão sujeitos à variabilidade da quantidade gerada, pelo que poderão existir diferenças entre as quantidades geradas e as necessidades de consumo, levando à venda de parte da eletricidade adquirida.

As alterações à IFRS 9 e IFRS 7 incluem: a) clarificação da aplicação da isenção do "uso próprio" estabelecida na IFRS 9: uma entidade deve aplicar a isenção de "uso próprio" dependendo da finalidade do contrato, design e estrutura. É permitido a uma entidade aplicar a referida isenção a um acordo "comprador-líquido" de eletricidade obtida a partir de fontes renováveis e às características do mercado obrigam à venda da eletricidade não consumida; b) permissão da classificação como instrumento de cobertura: os contratos de compra e venda de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis podem ser designados como instrumentos de cobertura, para efeitos de aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, se o item coberto corresponder ao volume de eletricidade nominal variável das transações estimadas e este esteja alinhado com o volume variável de eletricidade renovável, que se espera que seja entregue no âmbito do contrato, presumindo-se que as transações estimadas são altamente prováveis; c) novos requisitos de divulgação da IFRS 7: para os contratos contabilizados como "uso próprio", exigência de divulgar os termos e condições dos contratos que expõem a entidade à variabilidade dos volumes entregues e ao risco de ter de adquirir eletricidade em períodos de não consumo, os fluxos de caixa estimados para os compromissos assumidos e ainda não realizados e os efeitos financeiros destes contratos no desempenho financeiro. Relativamente aos contratos designados como instrumentos de cobertura, estes estão sujeitos à divulgação separada de informação sobre os termos e condições associadas. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

Apesar destas normas já terem sido aprovadas/endossadas pela União Europeia, as mesmas ainda não foram adotadas pela Farminveste SGPS na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2025, dado que a sua aplicação não é ainda obrigatória.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IAS 21 (Alteração)** 'Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária'. Esta norma especifica os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: a sua moeda funcional é de uma economia não hiperinflacionária e estiver a converter os seus resultados e posição financeira para a moeda de apresentação de uma economia hiperinflacionária; estiver a converter para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação estrangeira cuja moeda funcional é de uma economia não hiperinflacionária.

Assim, os resultados e a posição financeira da entidade devem ser convertidos para a moeda de apresentação através da conversão de todos os montantes (sejam ativos, passivos, itens de capital próprio, rendimentos e gastos) à taxa de câmbio à vista da data de relato.

Relativamente aos comparativos, no primeiro caso é adotado o mesmo procedimento de conversão para o período de relato e para o comparativo; no segundo caso (operações estrangeiras) os comparativos têm de ser reexpressos aplicando a variação do índice geral de preços, conforme previsto na IAS 29 – Relato financeiro de economias hiperinflacionárias.

Quando a economia, cuja moeda, de apresentação da entidade deixa de ser hiperinflacionária e a moeda funcional da entidade continua a ser a de uma economia não hiperinflacionária, a entidade deixa de aplicar de forma prospetiva o regime geral de conversão cambial da IAS 21, sem reexpressar os comparativos.

São exigidas divulgações específicas relativamente à aplicação dos princípios acima identificados. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

- b) **IFRS 18** 'Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras'. A IFRS 18 que substitui a IAS 1 na apresentação das demonstrações financeiras, tem por objetivo melhorar a divulgação do desempenho financeiro das entidades e promover a prestação de informação mais transparente e comparável. Sendo mantida uma parte substancial dos princípios de aplicação da IAS 1, e efetuada a transferência de alguns princípios para a IAS 8 e a IFRS 7, o principal impacto da aplicação da IFRS 18 refere-se à apresentação da Demonstração dos resultados. A Demonstração dos resultados passa a ser apresentada, com a classificação dos gastos e dos rendimentos do exercício, em três categorias: operacional, investimento e financiamento, existindo ainda a categoria do imposto sobre o rendimento e das Unidades operacionais descontinuadas. Para a classificação nas categorias tipificadas, as entidades devem determinar se têm como atividade empresarial principal específica o investimento em ativos e/ou a concessão de financiamento a clientes. Esta estrutura de apresentação por categorias concorre para a determinação dos rendimentos e gastos que devem ser acumulados nos subtotais adicionais obrigatórios, como são o "Resultado operacional" e o "Resultado antes de financiamento e impostos". Em complemento a estas alterações, a IFRS 18 estabelece ainda requisitos de agregação e desagregação de informação nas demonstrações financeiras principais e nas respetivas notas do anexo.

A IFRS 18 introduz, ainda, melhorias aos requisitos de divulgação das medidas de desempenho da gestão, exigindo a divulgação das bases de cálculo dos indicadores incluídos no relatório de gestão e nos comunicados públicos efetuados, bem como a sua reconciliação com os subtotais apresentados nas demonstrações financeiras ou definidos na IFRS 18 como não sendo medidas de desempenho da gestão.

A IFRS 18 introduz também alterações à IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa, sendo a alteração mais relevante o modo de preparação da demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto, a qual terá de passar a ser iniciada com base no saldo do “Resultado operacional” e não com base no saldo do “Resultado líquido o exercício”. As alterações efetuadas às restantes demonstrações financeiras principais são pouco significativas. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

- c) **IFRS 19 (Alteração)** ‘Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações’. A IFRS 19 tem como objetivo permitir, às entidades consideradas elegíveis, a preparação de demonstrações financeiras em IFRS com requisitos de divulgação mais reduzidos do que os exigidos pelas IFRS, mantendo-se, contudo, a obrigação de aplicar todos os requisitos de mensuração e reconhecimento das IFRS, em geral.

A redução de divulgações definida pela IFRS 19 abrange a generalidade das IAS/IFRS, à exceção da IFRS 8 – Segmentos operacionais; IFRS 17 – Contratos de seguro; e IAS 33 – Resultados por ação.

São consideradas elegíveis as entidades que: (i) sejam subsidiárias de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para prestação pública; e (ii) não estão sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não estão em processo de cotação, nem têm como atividade principal a guarda de ativos a título fiduciário.

As entidades elegíveis, que constituem holdings intermédias não sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, podem aplicar a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras separadas, mesmo que não as apliquem nas demonstrações financeiras consolidadas. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

- d) **IFRS 19 (Alteração)** ‘Alteração aos requisitos de divulgação’. Na prossecução do objetivo de simplificar os requisitos de divulgação aplicáveis às subsidiárias que não estão sujeitas à prestação pública, a IFRS 19 foi alterada para incluir a redução de requisitos de divulgação relativamente a novas normas e alterações às normas decorrentes de projetos que se encontravam em curso ou em fase de conclusão, à data da sua publicação. Assim, as alterações efetuadas visam reduzir os requisitos de divulgação para as alterações às normas e novas normas emitidas entre fevereiro de 2021 e maio de 2024, nomeadamente: IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras; Alterações à IAS 7 – Acordos de financiamento de Fornecedores; IAS 12 – Reforma fiscal internacional – Regras do modelo do Pilar 2; Alterações à IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade.

O IASB irá considerar e efetuar alterações à IFRS 19 sempre que uma norma seja revista. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

4. EFEITOS ECONÓMICOS DA REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Os efeitos económicos decorrentes da Reorganização Societária encontram-se refletidos nas contas proforma de 2024 apresentadas abaixo.

As notas que se seguem procedem à análise destas variações, segregando-as em função do respetivo grau de impacto, com vista a uma melhor compreensão dos efeitos económicos associados.

Situação Patrimonial Consolidado	Notas	dez/25	(1) + (2) = dez/24 pró-forma	31/12/2024 Publicado (1)	Impacto Reorganização Societária (2)	Desenvolvimento do negócio e capacitação das farmácias (MEP Go Far)	Serviços corporativos e partilhados	Ajustamentos de consolidação
Ativos tangíveis	7	87 981 226	84 390 786	84 895 217	(504 431)	(1 532)	(502 899)	-
Propriedades de investimento	8	17 718 795	19 202 950	19 202 950	-	-	-	-
Goodwill	9	127 060 588	124 775 594	124 775 594	-	-	-	-
Ativos intangíveis	10	38 861 653	43 337 719	49 103 921	(5 766 202)	(5 709 934)	(56 267)	-
Ativos de direitos de uso	7	10 540 896	11 411 929	11 916 413	(504 484)	(289 695)	(2 151 551)	1 936 762
Participações financeiras - MEP	11	86 938 884	74 898 937	74 898 937	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	11	612 501	580 912	1 174 528	(593 615)	(569 236)	(24 379)	-
Outras contas a receber	14	25 072 454	26 491 069	31 162 450	(4 671 381)	(4 736 105)	(28 375)	93 098
Ativos com operações descontinuadas	27	595 103	1 206 938	1 206 938	-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	12	2 532 351	3 306 766	3 306 766	-	-	-	-
Inventários	13	84 997 956	68 460 490	68 542 211	(81 720)	(81 720)	-	-
Clientes	14	81 877 480	76 142 945	75 957 697	185 248	(1 775 684)	(1 240 966)	3 201 897
Estado e outros entes públicos	14	3 486 222	2 125 263	2 128 263	(3 000)	-	(3 000)	-
Diferimentos	15	6 431 130	4 372 189	4 374 114	(1 925)	(78 969)	(145 276)	222 320
Ativos não correntes disponíveis para venda	27	1 347 615	79 147 616	79 147 616	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	5	24 569 002	22 402 584	23 983 784	(1 581 200)	(1 080 297)	(500 903)	-
Ativo		600 623 855	642 254 688	655 777 399	(13 522 712)	(14 323 171)	(4 653 618)	5 454 078
Capital Próprio	16	300 319 416	200 845 145	207 024 633	(6 179 487)	(5 848 510)	(60 000)	(270 977)
Resultado Líquido		58 731 502	14 449 413	11 162 057	3 287 357	2 547 077	740 279	-
Interesses Minoritários	16	83 600 139	56 980 344	56 980 678	(334)	(334)	-	-
Capital Próprio atribuível a acionistas	16	216 719 277	143 864 802	150 043 955	(6 179 153)	(5 848 176)	(60 000)	(270 977)
Provisões	17	3 062 668	2 580 798	5 711 859	(3 131 061)	(3 131 061)	-	-
Financiamentos obtidos	18	138 678 698	235 986 040	236 496 671	(510 631)	-	(510 631)	-
Financiamentos obtidos - direitos de uso	18	10 610 426	11 457 002	11 974 627	(517 625)	(299 932)	(2 417 833)	2 200 140
Passivos por impostos diferidos	12	7 113 992	7 287 991	7 287 991	-	-	-	-
Outras contas a pagar	14	25 109 296	28 882 723	31 449 060	(2 566 337)	(2 137 380)	(585 532)	156 575
Fornecedores	14	93 181 059	72 993 199	73 242 630	(249 431)	(2 564 036)	(821 269)	3 135 874
Estado e outros entes públicos	14	8 180 124	7 450 258	7 828 911	(378 653)	(252 671)	(125 982)	-
Diferimentos	15	14 104 781	13 204 791	13 199 423	5 368	(89 581)	(132 371)	227 320
Passivos com operações descontinuadas	27	263 395	671 637	671 637	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	27	-	60 895 104	60 889 958	5 146	-	-	5 146
Total Passivo		300 304 439	441 409 542	448 752 767	(7 343 224)	(8 474 661)	(4 593 618)	5 725 055
Capital Próprio e Passivo		600 623 855	642 254 688	655 777 399	(13 522 712)	(14 323 171)	(4 653 618)	5 454 078

Demonstração de Resultados Consolidada	Notas	dez/25	(1) + (2) = dez/24 pró-forma	31/12/2024 Publicado (1)	Impacto Reorganização Societária (2)	Desenvolvimento do negócio e capacitação das farmácias (MEP Go Far)	Serviços corporativos e partilhados
Vendas e serviços prestados	19	908 627 751	813 115 289	844 672 586	(31 557 297)	(24 404 532)	(7 152 765)
Subsídios à exploração	19	2 029 968	1 296 898	1 308 425	(11 527)	(2 845)	(8 681)
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11	18 953 755	13 068 414	13 226 752	(158 338)	(158 338)	-
Variação nos inventários da produção		(15 961)	27 929	27 929	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	10	1 109 527	1 892 108	1 892 108	-	-	-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(742 287 736)	(674 862 617)	(675 068 910)	206 293	206 293	-
Fornecimentos e serviços externos	20	(66 342 899)	(47 904 523)	(73 586 899)	25 682 377	22 777 434	2 904 942
Gastos com o pessoal	21	(74 346 254)	(66 044 826)	(70 761 996)	4 717 170	2 192 924	2 524 246
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	913 850	79 257	69 133	10 125	10 125	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	1 472 673	2 091 155	2 090 970	185	185	-
Provisões (aumentos/reduções)	17	(424 355)	797 041	834 647	(37 606)	(37 606)	-
Aumentos/reduções de justo valor	22	2 176 933	1 239 083	1 239 083	-	-	-
Outros rendimentos	19 e 23	1 150 731	3 825 907	3 876 864	(50 957)	(33 302)	(17 655)
Outros gastos	24	(1 457 438)	(2 840 778)	(2 910 843)	70 065	14 654	55 411
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		51 560 545	45 780 338	46 909 849	(1 129 512)	564 991	(1 694 502)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	(9 061 873)	(9 703 657)	(13 848 170)	4 144 513	1 947 760	2 196 753
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	7 e 10	(208 007)	(314 909)	(314 909)	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		42 290 665	35 761 772	32 746 770	3 015 002	2 512 751	502 251
Juros e rendimentos similares obtidos	19 e 26	840 474	853 204	863 103	(9 899)	(3 845)	(6 054)
Juros e gastos similares suportados	26	(12 526 711)	(15 691 477)	(15 954 369)	262 892	18 809	244 083
Resultado antes de impostos		30 604 428	20 923 499	17 655 504	3 267 994	2 527 715	740 279
Imposto sobre o rendimento do período	12	(4 622 705)	(3 412 494)	(3 429 860)	17 366	17 366	-
Resultado líquido do período antes de operações descontinuadas		25 981 723	17 511 005	14 225 644	3 285 361	2 545 082	740 279
Resultado com operações descontinuadas	28	73 778 708	4 154 131	4 154 131	-	-	-
Resultado líquido antes de interesses não controlados		99 760 431	21 665 135	18 379 774	3 285 361	2 545 082	740 279
Interesses não controlados	16	41 028 929	7 215 722	7 217 718	(1 996)	(1 996)	-
Resultado líquido dos detentores de capital		58 731 502	14 449 413	11 162 057	3 287 357	2 547 077	740 279

5. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com método direto. Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa estão considerados os investimentos vencíveis há menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A rubrica Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 detalha-se conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	11 357	10 952
Depósitos à ordem	16 632 645	17 997 832
Depósitos a prazo	950 000	-
Outros instrumentos financeiros	6 975 000	5 975 000
Total	24 569 002	23 983 784

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de investimento; e (3) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados e de participações financeiras. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

Apresenta-se o detalhe de determinadas operações registadas na Demonstração de fluxos de caixa, permitindo uma melhor compreensão dos movimentos ocorridos durante os períodos em análise:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	4 734 471	17 169 217
Aquisição da Control de Sistemas y Microinformática, S.L. (CSYM)	600 000	-
Aquisição da Prológica SA	1 731 000	-
Saldo de caixa em 30/04/2025 da subsidiária Alloga Logifarma	2 403 471	-
Aquisição da Alloga Logifarma	-	17 169 217
Dividendos	728 459	662 888
Glintt Global- Dividendos pagos a outros acionistas pelas participadas	728 459	662 888
Recebimentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	96 525 355	303 750
Alloga Logifarma	91 792 742	-
José de Mello Residências e Serviços	4 424 490	-
HMR Espanha	210 000	210 000
Aseting Informatica	93 750	93 750

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo de caixa da HMR Alemanha	4 373	-
Outros ativos	-	1 500 000
Subsídio ANF	-	1 500 000
Dividendos	8 616 993	8 550 043
CUF	8 550 000	8 550 000
Ações próprias da Glintt Global	55	43
Monsegur	66 937	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	633 000	-
APIFARMA	633 000	-
Outras operações de Financiamento	-	3 500 000
Explorer Growth Fund II	-	3 500 000
Empresas do Grupo	18 461 528	-
ANF	18 461 528	-
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos	13 370 686	4 329 447
Glintt Global - Dividendos pagos aos acionistas	884 689	707 755
Imofarma - Dividendos pagos aos acionistas	231 655	285 314
Alliance Healthcare - Dividendos pagos aos acionistas	12 254 342	3 336 378
Empresas do Grupo	17 070 000	-
ANF	17 070 000	-
Outras operações de Financiamento	2 825 000	1 950 000
Explorer Growth Fund II	2 825 000	1 950 000

6. PARTES RELACIONADAS

Relacionamentos com a empresa-mãe

Nome da empresa-mãe imediata:	Associação Nacional das Farmácias
Nome da empresa-mãe controladora final:	Associação Nacional das Farmácias

Como referido na Nota 1, A Farminveste SGPS é atualmente detida em 86,93% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), estando os restantes 13,07% distribuídos pelos restantes acionistas.

Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais

No ano de 2025, as remunerações pagas aos Órgãos Sociais das empresas do Grupo Farminveste SGPS foram 1.780.160 euros.

Saldos e Transações entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos e as transações efetuadas entre as partes relacionadas são os seguintes:

Transações / Saldos com partes relacionadas 2025	Prestação de serviços e outros rendimentos	Compras, fornecimentos e serviços externos e outros gastos	Juros recebidos/ (pagos)	Prestações suplementares	Outros devedores (+) e credores (-)	Contas a receber	Contas a pagar
Associação Nacional das Farmácias	2 352 004	-	-	(12 675 000)	-	210 906	1 936
Empresas-mãe	2 352 004	-	-	(12 675 000)	-	210 906	1 936
Outras Partes Relacionadas							
A Ver Navios	3 187 305	5 098 893	-	-	(6 671)	495 867	1 211 604
Go Far	4 520	-	-	-	-	3 603	-
Globalvet	66 090	228 086	-	-	-	3 257	7 433
Farmacoope	1 665	-	-	-	-	518	-
Infosaúde	4 322 893	3 275 626	-	-	30 931	1 743 664	2 668 530
Finanfarma	433 202	222 216	(66 355)	-	-	23 696	4 075
Plafatorma Saúde em Diálogo	738	-	-	-	-	-	-
Associação Dignitude	46 429	15 638	-	-	-	27 753	-
Sensing	-	56 192	-	-	-	22 741	7 626
Cogifar	887 164	-	-	-	-	250 277	-
Outras partes relacionadas	8 950 005	8 896 650	(66 355)	-	24 260	2 571 376	3 899 268

Transações / Saldos com partes relacionadas 2024	Prestação de serviços e outros rendimentos	Compras, fornecimentos e serviços externos e outros gastos	Juros recebidos/ (pagos)	Prestações suplementares	Outros devedores (+) e credores (-)	Contas a receber	Contas a pagar
Associação Nacional das Farmácias	3 289 297	1 485	176	(12 675 000)	(1 363 393)	494 948	15 306
Empresas-mãe	3 289 297	1 485	176	(12 675 000)	(1 363 393)	494 948	15 306
Outras Partes Relacionadas							
A Ver Navios	197 218	-	-	-	-	-	-
Go Far	87 842	-	-	1 037 500	507	8 824	-
Farmacoope	39 507	514	-	-	(1 116)	19 267	-
Infosaúde	1 838 510	611 934	18	-	(32 391)	830 843	437 495
Finanfarma	399 945	245 600	(116 251)	-	(8 854)	55 337	24 506
Plafatorma Saúde em Diálogo	3 679	-	-	-	(56)	933	-
Associação Dignitude	28 516	5 570	-	-	(2 456)	6 147	-
Sensing	296	-	-	-	-	26 178	-
Cogifar	827 603	-	-	-	209 351	827 314	-
Outras partes relacionadas	3 423 115	863 618	(116 233)	1 037 500	164 985	1 774 844	462 001

7. ATIVOS TANGÍVEIS

Durante o exercício de 2025, os movimentos nas rubricas de ativos tangíveis e respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foram:

Descrição	31/12/2024	Variações de perímetro	Impacto da reorganização societária	Adições	Reavaliações (nota 22)	Alienações e abates	Transferências	31/12/2025
Terrenos e recursos naturais	556 269	-	-	-	-	-	-	556 269
Edifícios e outras construções	91 824 212	-	(1 097 452)	82 639	2 577 767	(15 638)	47 483	93 419 010
Equipamento básico	27 552 274	33 775	(616 799)	766 176	-	(1 648 223)	1 786 272	27 873 475
Equipamento de transporte	971 047	2 163	(45 482)	85 375	-	(78 101)	-	935 002
Equipamento administrativo	9 029 430	15 046	(164 247)	202 512	-	(487 609)	18 830	8 613 963
Outros Ativos tangíveis	1 280 233	8 876	(64 235)	14 458	-	(48 867)	-	1 190 464
Investimentos em curso - Ativos tangíveis	480 090	-	-	708 350	-	-	(1 110 090)	78 350
Ativo tangível bruto	131 693 555	59 860	(1 988 216)	1 859 510	2 577 767	(2 278 438)	742 495	132 666 533
Depreciações acumuladas (nota 25)	(46 798 340)	(52 161)	1 483 785	(1 578 812)	-	2 259 686	534	(44 685 309)
Depreciação acumulada	(46 798 340)	(52 161)	1 483 785	(1 578 812)	-	2 259 686	534	(44 685 309)
Ativo tangível líquido	84 895 217	7 699	(504 431)	280 698	2 577 767	(18 752)	743 029	87 981 226

Por empresa/Grupo os movimentos no ano são:

Ativos tangíveis	31/12/2024	Variações de perímetro	Impacto da reorganização societária	Adições	Reavaliações (nota 22)	Alienações e abates	Transferências	31/12/2025
Farminveste SGPS								
Ativo tangível bruto	158	-	-	-	-	-	-	158
Depreciação acumulada	(158)	-	-	-	-	-	-	(158)
Ativo tangível líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
Farminveste IPG								
Ativo tangível bruto	11 397 327	-	(1 982 640)	-	-	-	-	9 414 687
Depreciação acumulada	(10 892 896)	-	1 478 209	-	-	-	-	(9 414 687)
Ativo tangível líquido	504 431	-	(504 431)	-	-	-	-	-
Globalvet								
Ativo tangível bruto	5 576	-	(5 576)	-	-	-	-	-
Depreciação acumulada	(5 576)	-	5 576	-	-	-	-	-
Ativo tangível líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
Glintt Global								
Ativo tangível bruto	9 768 037	59 860	-	356 429	-	(302 926)	-	9 881 400
Depreciação acumulada	(8 696 574)	(52 161)	-	(195 985)	-	285 292	534	(8 658 893)
Ativo tangível líquido	1 071 463	7 699	-	160 444	-	(17 634)	534	1 222 506
HMR								
Ativo tangível bruto	190 832	-	-	-	-	-	-	190 832
Depreciação acumulada	(190 832)	-	-	-	-	-	-	(190 832)
Ativo tangível líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
Alliance Healthcare								
Ativo tangível bruto	33 393 626	-	-	1 503 081	-	(1 975 512)	742 495	33 663 690
Depreciação acumulada	(27 012 303)	-	-	(1 382 827)	-	1 974 393	-	(26 420 737)
Ativo tangível líquido	6 381 323	-	-	120 254	-	(1 119)	742 495	7 242 952
Imofarma								
Ativo tangível bruto	76 938 000	-	-	-	2 577 767	-	-	79 515 766
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo tangível líquido	76 938 000	-	-	-	2 577 767	-	-	79 515 766
TOTAL								
Ativo tangível bruto	131 693 555	59 860	(1 988 216)	1 859 510	2 577 767	(2 278 438)	742 495	132 666 533
Depreciação acumulada	(46 798 340)	(52 161)	1 483 785	(1 578 812)	-	2 259 686	534	(44 685 309)
Ativo tangível líquido	84 895 217	7 699	(504 431)	280 698	2 577 767	(18 752)	743 029	87 981 226

Os imóveis que constituem a carteira do Imofarma encontram-se classificados em três rubricas do balanço:

- + Ativos tangíveis, propriedades de investimento e ativos detidos para venda; a sua classificação teve por base os seguintes pressupostos:
 - + Ativos tangíveis (79,5 milhões de euros): os imóveis arrendados a empresas do Grupo ou que não pertençam ao Grupo e que garantem um rendimento, são considerados como ativos tangíveis. O valor dos ativos foi reavaliado e aumentou em 2,6 milhões de euros durante o ano de 2025.
 - + Propriedades de investimento (17,7 milhões de euros) (nota 8): Os terrenos e determinados edifícios, ou partes destes, são mantidos na carteira do fundo com o objetivo de valorização imobiliária e, por esse motivo, são classificados como propriedades de investimento.
 - + Ativo detido para venda 1,348 milhões de euros (nota 27): Terreno na Abrunheira e no Linhó. Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura - Lote 302

Relativamente aos ativos tangíveis do Imofarma, considerou-se que estes não deveriam ser depreciados, uma vez que, comparando os valores contabilísticos de 79,5 milhões de euros com os valores residuais de 107,3 milhões de euros, estes são sempre superiores, conforme estudo abaixo reproduzido. Em 2025, os imóveis valorizaram 2,6 milhões de euros.

Nos restantes movimentos de salientar:

- + Aumento de Ativo Bruto na Alliance Healthcare diz essencialmente respeito à renovação da automatização do armazém, ao sistema de rastreabilidade na distribuição e ao sistema de controlo fotográfico de contentores;
- + Transferência de ativos na Farminveste IPG para a A Ver Navios e para o Infosaúde, no âmbito da reorganização societária.

Rendas dos ativos tangíveis do IMOFARMA

Imóveis Ativos do Imofarma	Valor do imóvel (Contabilístico)	Renda anual 2025
Arrendados - Ativos Tangíveis		
Rua Luís de Almeida e Albuquerque, nº3 - Lisboa	2 591 549	188 502
CTEP - Centro Técnico Empresarial Porto - Rua Eng. Ferreira Dias, nº 718, 728, 738 e 794, Ramalde	41 136 655	2 590 469
Fábrica da Pólvora, Lote EIT4 - Barcarena - Oeiras	4 590 252	397 480
Rua de Santa Catarina, n.º 2 e 4 / Rua Marechal Saldanha, n.º 5 - Lisboa	19 100 673	1 343 289
Quinta da Beloura - Rua do Centro Empresarial, Lote 307 (EE-10) - Albarraque	7 035 898	463 441
Sítio da Igreja - Cerro do Galo, Estrada 125	821 851	75 168
Travessa de Santa Catarina, n.º 6 e 8 - Lisboa	3 073 576	227 878
Rua Venâncio Rodrigues, n.º 12 - Coimbra	625 226	59 336
Av. Almirante Reis, n.º 74-E e 74-H, 3.º Dto. - Lisboa	540 089	20 247
subtotal	79 515 766	5 365 810
Não Arrendados - Propriedades Investimento		
Fábrica da Pólvora, Lote EIT5 e 6 - Barcarena - Oeiras	815 408	-
Abrunheira e Linhó - Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura, Lotes 313 e 314	5 626 162	-
Vale de Toiros - Palmela	3 480 200	-
Terreno - Quinta do Ferral - Santa Iria de Azóia	2 483 406	-
Rua de Santa Catarina, n.º 2 e 4 / Rua Marechal Saldanha - Lisboa	302 124	-
Av. Dias da Silva - Quinta de São Jerónimo	1 155 310	-
Quinta da Beloura - Rua do Centro Empresarial, Lote 307 (EE-10) - Albarraque	3 591 893	-
iPARQUE - Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A. - Coimbra	264 293	-
subtotal	17 718 795	-

Imóveis Ativos do Imofarma	Valor do imóvel (Contabilístico)	Renda anual 2025
Não Arrendados - Ativo detido para venda		
Abrunheira e Linhó – Estrada de Albarraque – Quinta da Beloura, Lote 302	1 347 615	-
subtotal	1 347 615	-
	98 582 176	5 365 810

O valor das rendas anuais para 2025 têm a atualização prevista de 2,16% em todos os contratos de arrendamento, de acordo com o IPC (sem adição) divulgado pelo INE.

1. Pressupostos de cálculo dos valores residuais dos imóveis

Consideram-se os imóveis ativos tangíveis do Imofarma como na quase totalidade afetos ao desenvolvimento das atividades exercidas pela Farminveste e sociedades por si participadas. Nesta perspetiva, do ponto de vista do Imofarma, este rendimento é considerado como estável e permanente.

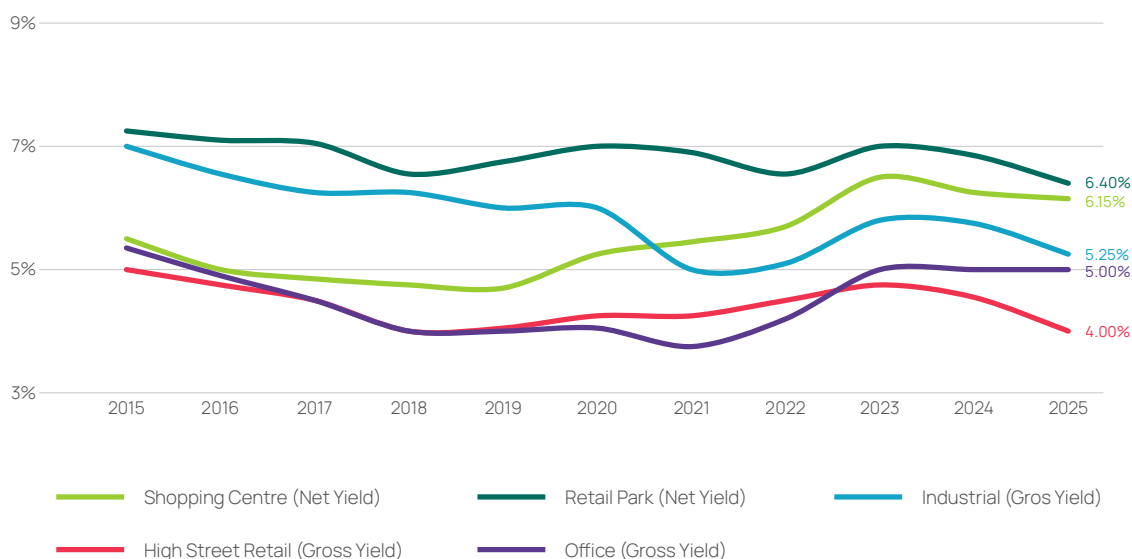
Para efeitos de determinação dos valores residuais dos imóveis que constituem ativos tangíveis do Imofarma, foram considerados os pressupostos seguintes:

1. Valor anual de renda por imóvel (R) – valor que constitui o cash-flow anual de rendimento que permite calcular o valor global do imóvel na maturidade (valor residual), devidamente atualizado a 31 de dezembro de 2025;
2. Yield - a yield representa a taxa de rendimento gerada por um ativo, considerando o seu valor contabilístico; calcula-se pela divisão do valor anual da renda pelo valor contabilístico global do imóvel;
3. Perpetuidade - considerando o carácter estável e permanente dos inquilinos do IMOFARMA e do valor por estes pago pelo arrendamento dos imóveis, o modelo financeiro para cálculo do valor residual de cada imóvel a preços de 31 de dezembro de 2025 assenta na fórmula da perpetuidade:

$$\text{Valor Residual}_{31/12/2025} = \frac{\text{Renda Anual}_{31/12/2025}}{\text{Yield}}$$

Para obtenção de valores de mercado, foi tido em consideração o relatório “Marketbeat Portugal Investment Q4 2025” de 24 de fevereiro 2026, da Cushman & Wakefield (C&W) disponível no sítio www.cushmanwakefield.com.

Prime yields By Sector:



Assim, para efeitos do cálculo do valor residual a preços de 31 de dezembro de 2025 foi considerado um Yield média de 5%.

Cálculo dos valores residuais dos imóveis

Considerando os pressupostos apresentados, o quadro seguinte reflete o valor contabilístico bem como o valor residual para cada ativo tangível.

Imóveis Ativos tangíveis do Imofarma	Valor do imóvel (Contabilístico)	Renda anual 2025	Valor Residual	Diferença VR-VC
Arrendados - Ativos Tangíveis				
Rua Luís de Almeida e Albuquerque, nº3 - Lisboa	2 591 549	188 502	3 770 033	1 178 484
CTEP - Centro Técnico Empresarial Porto - Rua Eng. Ferreira Dias, nº 718, 728, 738 e 794, Ramalde	41 136 655	2 590 469	51 809 379	10 672 725
F. PÓLVORA - LT EIT5 - Barcarena - Oeiras	4 590 252	397 480	7 949 606	3 359 354
Rua de Santa Catarina, 2 e 4 - Marechal Saldanha, 5 - Lisboa	19 100 673	1 343 289	26 865 781	7 765 108
Quinta da Beloura - Rua do Centro Empresarial, Lote 307 (EE-10) - Albarraque	7 035 898	463 441	9 268 812	2 232 915
Sítio da Igreja - Cero do Galo - Estrada 125	821 851	75 168	1 503 354	681 503
Travessa de Santa Catarina, n.º 6 e 8 - Lisboa	3 073 576	227 878	4 557 567	1 483 992
Rua Venâncio Rodrigues, 12 - Coimbra	625 226	59 336	1 186 726	561 500
Av. Almirante Reis, 74-E e 74-H, 3 D - Lisboa	540 089	20 247	404 942	(135 147)
	79 515 766	5 365 810	107 316 201	27 800 434

Conclusão

Comparando os valores contabilísticos com os residuais, conclui-se estes serem sempre superiores. Por este motivo, não devem ser consideradas políticas de amortização dos ativos que iriam distorcer ainda mais o valor contabilístico dos imóveis quando comparado com o seu valor conforme demonstrado.

Ativos direito de uso

Em 2025, decorrente da aplicação da IFRS 16, foram reconhecidos os seguintes ativos por direito de uso e movimentos no ano:

Descrição	31/12/2024	Impacto da reorganização societária	Adições	Alienações e abates	31/12/2025
Edifícios e outras construções	7 521 701	-	-	(595 946)	6 925 756
Viaturas	10 610 120	(797 200)	2 631 912	(2 227 911)	10 216 920
Ativo direito de uso bruto	18 131 822	(797 200)	2 631 912	(2 823 857)	17 142 676
Edifícios e outras construções - Direito Uso	(1 760 456)	-	(1 050 192)	570 924	(2 239 724)
Viaturas - Direito Uso	(4 454 954)	292 717	(2 413 533)	2 213 715	(4 362 056)
Depreciação acumulada	(6 215 409)	292 717	(3 463 725)	2 784 638	(6 601 780)
Ativo direito de uso líquido	11 916 413	(504 484)	(831 814)	(39 219)	10 540 896

Por empresa/Grupo os movimentos no ano são:

Ativo direito de uso	31/12/2024	Impacto da reorganização societária	Adições	Alienações e abates	31/12/2025
Farminveste IPG					
Ativo direito de uso	777 284	(718 529)	-	-	58 755
Depreciação acumulada	(269 039)	263 379	(13 585)	-	(19 246)
Ativo direito de uso líquido	508 245	(455 150)	(13 585)	-	39 510
Globalvet					
Ativo direito de uso	78 672	(78 672)	-	-	-
Depreciação acumulada	(29 338)	29 338	-	-	-
Ativo direito de uso líquido	49 334	(49 334)	-	-	-
Glintt Global					
Ativo direito de uso	9 428 744	-	2 026 594	(2 113 870)	9 341 468
Depreciação acumulada	(3 544 186)	-	(2 489 931)	2 087 191	(3 946 925)
Ativo direito de uso líquido	5 884 558	-	(463 337)	(26 678)	5 394 543
HMR					
Ativo direito de uso	261 751	-	94 469	(3 279)	352 941
Depreciação acumulada	(69 500)	-	(79 125)	3 279	(145 345)
Ativo direito de uso líquido	192 251	-	15 344	-	207 595
Alliance Healthcare					
Ativo direito de uso	7 585 371	-	510 849	(706 708)	7 389 512
Depreciação acumulada	(2 303 346)	-	(881 084)	694 168	(2 490 263)
Ativo direito de uso líquido	5 282 025	-	(370 235)	(12 540)	4 899 249

Ativo direito de uso	31/12/2024	Impacto da reorganização societária	Adições	Alienações e abates	31/12/2025
TOTAL					
Ativo direito de uso	18 131 822	(797 200)	2 631 912	(2 823 857)	17 142 676
Depreciação acumulada	(6 215 409)	292 717	(3 463 725)	2 784 638	(6 601 780)
Ativo direito de uso líquido	11 916 413	(504 484)	(831 814)	(39 219)	10 540 896

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Conforme referido na Nota 3, as propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento são reconhecidos na Demonstração dos Resultados do período a que se referem.

O Grupo tem registado na sua conta de propriedades de investimento imóveis pertencentes ao Imofarma, conforme detalhe abaixo:

Imóveis	Área (m ²)	Data Aquisição	Valor Imóvel	Pais	Município
TERRENOS URBANIZADOS					
Terreno - Abrunheira e Linhó-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	4 780	24/07/2008	3 997 204	Portugal	Sintra
Terreno - Abrunheira e Linhó-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	1 900	24/07/2008	1 628 959	Portugal	Sintra
Urbana - Fábrica da Pólvora - LT EIT5 - Barcarena - OEIRAS	3 370	16/05/2006	414 636	Portugal	Oeiras
Urbana - Fábrica da Pólvora - LT EIT6 - Barcarena - OEIRAS	3 174	16/05/2006	400 772	Portugal	Oeiras
IPARQUE - Parque para a Inovação e Ciência Tecnologia e Saúde, E.M.S.A. - Coimbra	6 840	13/11/2025	264 293	Portugal	Coimbra
TERRENOS NÃO URBANIZADOS					
Terreno - Quinta do Ferral - Quinta do Ferral - Santa Iria da Azoia	141 393	29/06/2009	2 483 406	Portugal	Loures
Terreno - VALE DE TOIROS - Palmela - Palmela	255 404	16/05/2006	3 480 200	Portugal	Palmela
CONSTRUÇÕES ACABADAS					
Rua Santa Catarina 2 e 4 - Marechal Saldanha - Lisboa	174	16/05/2006	302 124	Portugal	Lisboa
Quinta da Beloura - Rua do Centro Empresarial, Lote 307 (EE-10) - Albarraque	3 338	16/05/2006	3 591 893	Portugal	Sintra
Av. Dias da Silva - Quinta de São Jerónimo	1 169	20/12/2017	1 155 310	Portugal	Coimbra
			17 718 795		

9. GOODWILL

Durante o exercício de 2025, o movimento na rubrica de Goodwill e respetivas perdas por imparidade foi conforme abaixo discriminado:

Entidade	Saldo Inicial	Aumentos	Saldo Final
CUF, S.A	12 360 147	-	12 360 147
Alliance Healthcare, S.A.	20 533 134	-	20 533 134
Glintt Global, S.A.	91 882 313	2 284 995	94 167 307
Total de goodwill	124 775 594	2 284 995	127 060 588

Foram realizados testes de imparidade às participadas pelo método dos cash-flows futuros descontados, com base no plano de negócios de cada uma das empresas para os próximos cinco anos, não tendo sido detetadas situações de imparidade.

Em 2025, o aumento de Goodwill verificado nas contas consolidadas da Farminveste SGPS, deve-se à entrada de duas novas empresas na Glintt Global, a Prológica e a CSYM.

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2025, o movimento nas rubricas de ativos intangíveis e respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade foi conforme abaixo discriminado:

Consolidado	31/12/2024	Variações de perímetro	Impacto da reorganização societária	Adições	Alienações/ Abates	Transferências	31/12/2025
Intangíveis desenvolvidos internamente	36 039 417	8 968	-	813 169	(12 653 777)	-	24 207 777
Projetos de desenvolvimento	2 471 951	-	-	-	-	-	2 471 951
Programas de computador	42 102 905	-	(9 716 148)	20 443	(615 888)	(805 792)	30 985 520
Propriedade industrial	1 914 727	11 904	(430 000)	14 382	(1 049 415)	-	461 597
Carteira de clientes	34 468 917	(1 008 583)	-	-	-	-	33 460 334
Outros Ativos intangíveis	2 142 857	-	-	-	-	-	2 142 857
Investimentos em curso – Ativos intangíveis	2 849 593	-	(2 072 492)	289 030	(876 805)	288 318	477 644
Ativo intangível bruto	121 990 365	(987 712)	(12 218 640)	1 137 024	(15 195 886)	(517 475)	94 207 677
Amortizações acumuladas (nota 25)	(66 864 654)	(6 232)	5 628 905	(4 019 337)	14 285 709	(225 554)	(51 201 163)
Perdas por imparidade acumuladas	(6 021 789)	383 392	823 533	(208 007)	878 009	(0)	(4 144 861)
Amortização acumulada	(72 886 443)	377 161	6 452 438	(4 227 343)	15 163 718	(225 554)	(55 346 024)
Ativo intangível líquido	49 103 921	(610 551)	(5 766 202)	(3 090 319)	(32 168)	(743 029)	38 861 653

As amortizações do exercício foram registadas na rubrica da Demonstração dos Resultados “Gastos/Reversões de depreciação e de amortização” (Nota 25).

A rubrica de trabalhos para a própria empresa originou o reconhecimento de ativos intangíveis e tangíveis, registados como adições do ano, no montante de 1.109.527 euros.

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa é como se segue:

Empresa	Aquisições (ativos tangíveis)	Aquisições (ativos intangíveis)	Trabalhos para a própria empresa	Externo
Glantt Global	356 429	845 543	810 495	391 477
Alliance Healthcare	1 503 081	291 481	299 031	1 495 531
Total	1 859 510	1 137 024	1 109 527	1 887 008

Em 2025, os trabalhos para a própria empresa que constam na Alliance Healthcare, são compras de ativos Intangíveis e tangíveis, produzidos pela Glantt Global.

Ativos intangíveis	31/12/2024	Variações de perímetro	Impacto da Reorganização Societária	Adições	Alienações / Abates	Transferências	31/12/2025
Farminveste IPG							
Ativo intangível bruto	21 647 715	-	(12 186 605)	-	(876 805)	225 020	8 809 325
Depreciação acumulada	(15 881 513)	-	6 420 403	-	876 805	(225 020)	(8 809 325)
Ativo intangível líquido	5 766 202	-	(5 766 202)	-	-	-	-
Globalvet							
Ativo intangível bruto	32 035	-	(32 035)	-	-	-	-
Depreciação acumulada	(32 035)	-	32 035	-	-	-	-
Ativo intangível líquido	-	-	-	-	-	-	-
Glantt Global							
Ativo intangível bruto	73 656 201	(987 712)	-	845 543	(13 703 193)	-	59 810 840
Depreciação acumulada	(39 999 150)	377 161	-	(2 482 247)	13 673 767	(534)	(28 431 003)
Ativo intangível líquido	33 657 051	(610 551)	-	(1 636 703)	(29 426)	(534)	31 379 837

Ativos intangíveis	31/12/2024	Variações de perímetro	Impacto da Reorganização Societária	Adições	Alienações / Abates	Transferências	31/12/2025
HMR							
Ativo intangível bruto	7 609 684	-	-	-	-	-	7 609 684
Depreciação acumulada	(6 974 910)	-	-	(419 091)	-	-	(7 394 001)
Ativo intangível líquido	634 774	-	-	(419 091)	-	-	215 683
Alliance Healthcare							
Ativo intangível bruto	19 044 732	-	-	291 481	(615 888)	(742 495)	17 977 830
Depreciação acumulada	(9 998 836)	-	-	(1 326 006)	613 146	-	(10 711 696)
Ativo intangível líquido	9 045 896	-	-	(1 034 525)	(2 742)	(742 495)	7 266 134
TOTAL							
Ativo intangível bruto	121 990 365	(987 712)	(12 218 640)	1 137 024	(15 195 886)	(517 475)	94 207 677
Depreciação acumulada	(72 886 443)	377 161	6 452 438	(4 227 343)	15 163 718	(225 554)	(55 346 024)
Ativo intangível líquido	49 103 921	(610 551)	(5 766 202)	(3 090 319)	(32 168)	(743 029)	38 861 653

Os principais aumentos e reduções dizem respeito essencialmente a:

- + Software hospitalar desenvolvido e comercializado pela Glintt Global no montante de 0,8 milhões de euros;
- + Update do sistema SAP S/4 HANA na Alliance Healthcare;
- Transferência de ativos da Farminveste IPG para a A Ver Navios e para o Infosaúde, no âmbito da reorganização societária.

No final de 2025: i) não foram identificados fatores ou circunstâncias que conduzissem à definição de vidas úteis indefinidas; ii) não se encontra escriturado qualquer ativo intangível que, individualmente, tenha um efeito materialmente relevante para as demonstrações financeiras consolidadas; iii) não existem ativos intangíveis adquiridos por meio de um subsídio do governo e inicialmente reconhecidos pelo justo valor; iv) não existem quantias escrituradas de ativos intangíveis com titularidade restringida, nem quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantias de passivos; v) não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis; vi) não existem ativos intangíveis contabilizados por quantias revalorizadas; e vii) não foram reconhecidos gastos relacionadas com dispêndios de pesquisa e desenvolvimento (incluindo todos os gastos por natureza que foram, face ao seu destino, classificados como gastos de pesquisa e desenvolvimento, bem como os gastos de pesquisa e desenvolvimento que foram capitalizados).

11. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital detido e método utilizado em 31 de dezembro de 2025 são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação	Método consolidação
Farminveste SGPS	Lisboa	-	Empresa-mãe
Empresas subsidiárias			
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	Lisboa	100,00%	Integral
hmR - Health Market Research International, S.A.	Lisboa	100,00%	Integral
HMR - Health Market Research Portugal, S.A.	Lisboa	89,00% (2)	Integral
hmR - Health Market Research - Germany, GmbH.	Frankfurt	100,00% (3)	Integral
Alliance Healthcare, S.A.	Porto	51,00%	Integral

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação	Método consolidação
Alliance Healthcare Participações, SGPS, Unipessoal, Lda	Porto	51,00%	Integral
Alloga Portugal, Lda.	Lisboa	51,00%	Integral
Almus, Lda.	Porto	51,00%	Integral
Alliance Healthcare Açores, S.A.	Ponta Delgada	51,00%	Integral
Alphega, Lda.	Porto	51,00%	Integral
Imofarma - Fundo Especial de investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	82,17%	Integral
Glintt Global, S.A.	Sintra	76,4% (1)	Integral
Glintt - Healthcare Solutions, SA	Porto	73,07% (1)	Integral
Glintt - Healthcare S.L.U	Bilbao	76,4% (1)	Integral
Sol-S e Solsuni - Tecnologias de Informação, SA	Lisboa	76,4% (1)	Integral
Pulso Informatica, SLU	Madrid	76,4% (1)	Integral
Solservice Angola, Lda	Luanda	76,4% (1)	Integral
Glintt Angola, Lda	Luanda	76,4% (1)	Integral
Consoft, SA	Madrid	76,4% (1)	Integral
Farmasoft, SL	Madrid	42,02% (1)	Integral
Glintt España, SL	Madrid	76,4% (1)	Integral
Glintt INOV, SA	Porto	76,4% (1)	Integral
Qwerty Informática, S.L.	Valencia	76,4% (1)	Integral
Alpes Informática	San Sebastian	76,4% (1)	Integral
Glintt Açores	Praia da Vitória	76,4% (1)	Integral
LOGINFAR S.L	Barcelona	76,4% (1)	Integral
HLTSYS	Porto	38,97% (1)	Integral
Concept, S.L.	Zaragoza	38,97% (1)	Integral
Prológica Sistemas Informaticos, SA	Porto	76,4% (1)	Integral
Control de Sistemas y Microinformática, S.L. (CSYM)	Barcelona	22,92% (1)	Integral
Empresas associadas			
CUF, SA	Lisboa	30,00%	Equivalência Patrimonial
Entidades conjuntamente controladas			
Cogifar Tech, S.L.	Valencia	38,2% (1)	Equivalência Patrimonial

(1) A percentagem da participação na Glintt é de 76,40%

(2) Há data de fecho deste relatório, a percentagem de participação detida na HMR - Health Market Research Portugal, S.A. era 91,5%.

(3) Sociedade inativa e em liquidação

Alterações no perímetro de consolidação em 2025:

A Glintt Global procedeu, em fevereiro de 2025, à aquisição da totalidade do Capital Social da empresa Prológica – Sistemas Informáticos, S.A., o que veio permitir reforçar a Glintt Life Hospitals com novas competências, nomeadamente na área de Dados e da utilização de Inteligência Artificial no ecossistema da Saúde. Também no início de 2025, ocorreu uma fusão por incorporação da empresa Monsegur na sociedade Control de sistemas y microinformática, S.L. (CS&M), mediante a qual o Grupo através da Glintt España, passou a deter 30% da CS&M.

No âmbito da reorganização societária na esfera da Farminveste IPG, foram transferidas para o Info-saúde as participações anteriormente detidas nas sociedades Globalvet e Go Far.

Em dezembro de 2025, a Farminveste IPG procedeu ainda à alienação da participação de 27% que detinha no capital da José de Mello Residências e Serviços.

Relativamente à Alliance Healthcare, em maio de 2025 foi concluída a venda de 51% do capital detido na Alloga Logifarma, tendo, em dezembro do mesmo ano, sido finalizada a alienação dos restantes 49%.

A informação financeira disponível à data da Demonstração da Posição Financeira das empresas participadas (subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos) resume-se como segue:

Entidades	Percentagem de participação	Ativo	Passivo	Capital próprio	Gastos	Rendimentos
Farminveste SGPS	Empresa-mãe	600 623 855	300 304 439	300 319 416	911 277 977	970 009 479
Empresas subsidiárias						
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	100,0%	599 469 854	257 151 779	342 318 075	908 662 936	969 946 892
Alliance Healthcare, S.A. (contas consolidadas)	51%	192 692 511	97 466 562	95 225 949	760 438 964	837 042 997
HMR - Health Market Research International, S.A. (contas consolidadas)	100%	18 065 484	10 906 457	7 159 026	8 602 366	7 294 400
Imofarma - Fundo Especial de investimento Imobiliário Fechado	82,17%	98 798 221	13 630 842	85 167 378	2 481 654	7 595 795
Glintt Global, S.A. (contas consolidadas)	76,40%	191 407 393	102 954 330	88 453 063	135 953 429	143 682 764
Empresas associadas						
CUF, S.A.	30%	1 186 862 184	896 098 587	290 763 596	921 084 494	972 297 546

A Farminveste SGPS possui parte das suas ações em mercado secundário – Euronext Access, e à data de 31 de dezembro de 2025, a valorização da participação na Farminveste SGPS à cotação de mercado era de 60.575.604,00 euros (20.191.868 ações a 3,00/ação euros). À data de 31 de março 2026 a ação Farminveste SGPS encerrou o dia com a cotação de 4,12/ação euros.

A Farminveste IPG detém uma participação financeira de 76,4% na Glintt Global, registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP) nas suas contas individuais.

A sociedade Glintt Global encontra-se cotada na EURONEXT Lisboa. À data de 31 de dezembro de 2025, a valorização da participação na Glintt Global à cotação de mercado era de 105.225.070 euros (86.962.868 ações a 1,31 euros /ação). À data de 31 de março 2026 a ação Glintt Global encerrou o dia com a cotação de 1,34 euros /ação.

A Farminveste SGPS considera este investimento financeiro como muito relevante e estratégico para o Grupo. Por este motivo, não ajustou em 2025 nem em anos anteriores o valor da sua participação na Glintt Global em função da cotação das suas ações.

Este procedimento assenta, igualmente, na verificação de que os testes de imparidade realizados às participadas da própria Glintt Global (uma vez que é uma sociedade cotada sujeita às IFRS/IAS), concluem não existir a necessidade de registar quaisquer ajustamentos por imparidade no seu capital próprio.

O detalhe das rubricas de participações financeiras e outros ativos financeiros a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 apresentava-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Participações financeiras	86 938 884	74 898 937
Empresas associadas- MEP	86 938 884	74 898 937
CUF, SA	86 938 884	74 035 488
José de Mello Saúde e Residências	-	863 449
Outros ativos financeiros	612 501	1 174 528
Não corrente	612 501	1 174 528
Empresas associadas - outros métodos	232 837	204 038
Sensing Evolution	4 047	4 047
Mantelnor EGAP	3 000	3 000
PCTA - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, S.A.	40 000	40 000
COGIFAR TECH S.L.	165 790	136 992
Outras	20 000	19 999
Entidades conjuntamente controladas	-	556 867
Go Far Insurance	-	556 867
Outros ativos não corrente	379 663	413 622
Total	87 551 384	76 073 465

Na rubrica de Outros ativos financeiros não correntes está registado essencialmente a constituição do Fundo de Compensação do Trabalho.

Os resultados destas participações estão reconhecidos da Demonstração dos resultados, na rubrica “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos,” conforme detalhe:

Empresa-mãe	Participada	Percentagem de participação	2025	2024
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	CUF, SA	30%	15 363 916	13 008 815
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	José de Mello Residências e Serviços	Pela alienação	3 561 041	8 899
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	Go Far Insurance, S.A.	50%	-	158 338
Glintt Global, S.A.	Cogifar Tech, S.L.	50%	28 798	50 699
Total			18 953 755	13 226 752

12. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Imposto sobre o rendimento reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é composto da seguinte forma:

Imposto sobre o rendimento do período	2025	2024
Imposto corrente	4 000 679	3 648 177
Imposto diferido	736 316	174 168
Insuficiência /Excesso de estimativa de imposto	(114 290)	(152 437)
Outros ajustamentos	-	(240 046)
Total	4 622 705	3 429 860

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

Impostos Diferidos	2025	2024
Ativos por impostos diferidos		
Prejuízos fiscais acumulados	44 336	52 017
Ajustamentos de inventário	505 945	849 768
Benefícios fiscais	825 146	873 854
Perdas de imparidade para saldos de clientes	1 058 466	1 528 158
Perdas de imparidade para contas a receber	98 458	2 969
Total	2 532 351	3 306 766
Passivos por impostos diferidos		
Ativos tangíveis	1 261	2 585
Carteira de clientes - Consoft	6 655 729	6 701 478
Carteira de clientes - Qwertys	275 789	281 042
Carteira de clientes - Alpes	146 588	146 588
Carteira de clientes - Monsegur	-	156 297
Carteira de clientes - Pulso	34 624	-
Total	7 113 992	7 287 991

13. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

Inventário	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias			
Produtos farmacêuticos	85 071 031	(2 580 283)	82 490 748
Produtos de consumo	147 791	-	147 791
Outros	2 931 092	(571 675)	2 359 417
Total	88 149 914	(3 151 958)	84 997 956

O custo das mercadorias vendidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhado como se segue:

Custo das mercadorias vendidas	2025	2024
Existências iniciais	72 618 143	71 305 244
Alteração de perímetro	371 892	-
Compras	752 825 303	667 637 524
Impacto da reorganização societária	(91 845)	-
Regularizações	4 714 158	8 744 285
Existências finais	(88 149 914)	(72 618 143)
Custo do exercício	742 287 736	675 068 910

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 é detalhada conforme se segue:

Imparidades inventário	Saldo inicial	Impacto da reorganização societária	Reforço	Reversão	Saldo final
Mercadorias	4 075 933	(10 125)	288 987	(1 202 837)	3 151 958

Os aumentos e reversões de perdas por imparidade de inventários foram registados na rubrica da Demonstração dos resultados “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”.

14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
CLIENTES				
Cientes conta corrente e conta letras	83 635 691	536 772	77 136 433	552 180
Cientes de cobrança duvidosa	5 708 526	-	7 068 204	-
Perdas por imparidade	(7 466 737)	(421 972)	(8 246 939)	(354 816)
Total clientes	81 877 480	114 800	75 957 697	197 364
ESTADO				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2 639 368	-	1 269 659	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	811 886	-	855 224	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 400	-	1 400	-
Segurança Social	9	-	1 980	-
Outros	33 560	-	-	-
Total estado (ativo)	3 486 222	-	2 128 263	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER				
Pessoal	2 987	-	4 415	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	15 189 767	-	15 993 534	-
Outros devedores	6 777 179	7 445 333	8 229 452	9 320 661
Outros devedores - partes relacionadas	257 319	-	3 000 000	-
Perdas por imparidade	(506 693)	(4 208 237)	(12 777)	(5 570 199)
Total outros créditos a receber	21 720 557	3 237 096	27 214 624	3 750 462
Total de ativos financeiros	107 084 259	3 351 896	105 300 584	3 947 826

Por empresa o detalhe em 2025 e 2024 é o seguinte:

Não corrente

Descrição	2025			2024		
	Não corrente	Alliance Healthcare	Glintt Global	Não corrente	Alliance Healthcare	Glintt Global
CLIENTES						
Cientes conta corrente e conta letras	536 772	-	536 772	552 180	-	552 180
Perdas por imparidade	(421 972)	-	(421 972)	(354 816)	-	(354 816)
Total clientes	114 800	-	114 800	197 364	-	197 364
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER						
Outros devedores	7 445 333	3 566 594	3 878 739	9 320 661	4 863 062	4 457 599
(Perdas por imparidade acumuladas)	(4 208 237)	(3 408 237)	(800 000)	(5 570 199)	(4 770 199)	(800 000)
Total outros créditos a receber	3 237 096	158 357	3 078 739	3 750 462	92 863	3 657 599
Total de ativos financeiros	3 351 896	158 357	3 193 539	3 947 826	92 863	3 854 963

Corrente

Descrição	2025						
	Corrente	Farminveste SGPS	Farminveste IPG	Alliance Healthcare	Clintt Global	HMR	Imofarma
CLIENTES							
Cientes conta corrente e conta letras	83 635 691	-	1 146 190	58 360 369	22 661 408	1 436 060	31 664
Cientes de cobrança duvidosa	5 708 526	-	-	4 761 383	913 832	33 311	-
Perdas por imparidade	(7 466 737)	-	-	(6 519 594)	(913 832)	(33 311)	-
Total clientes	81 877 480	-	1 146 190	56 602 158	22 661 408	1 436 060	31 664
ESTADO							
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2 639 368	-	124 234	2 317 872	156 980	40 281	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	811 886	16 819	213 419	279	581 368	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 400	-	-	-	1 400	-	-
Segurança Social	9	-	-	9	-	-	-
Outros	33 560	-	-	-	33 560	-	-
Total estado (ativo)	3 486 222	16 819	337 654	2 318 160	773 308	40 281	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER							
Pessoal	2 987	-	-	-	2 987	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	15 189 767	-	-	11 445 487	3 522 869	221 411	-
Outros devedores	6 777 179	-	388 154	3 524 839	2 859 757	4 429	-
Outros devedores - partes relacionadas	257 319	-	257 319	-	-	-	-
Perdas por imparidade	(506 693)	-	-	(506 693)	-	-	-
Total outros créditos a receber	21 720 557	-	645 473	14 463 633	6 385 613	225 840	-
Total de ativos financeiros	107 084 259	16 819	2 129 316	73 383 951	29 820 329	1 702 181	31 664
Descrição	2024						
	Corrente	Farminveste SGPS	Farminveste IPG	Alliance Healthcare	Clintt Global	HMR	Globalvet
CLIENTES							
Cientes conta corrente e conta letras	77 136 433	-	812 782	54 116 923	21 221 453	977 579	7 695
Cientes de cobrança duvidosa	7 068 204	-	119 055	5 935 479	912 635	100 850	185
Perdas por imparidade	(8 246 939)	-	(119 055)	(7 114 026)	(912 635)	(101 038)	(185)
Total clientes	75 957 697	-	812 782	52 938 376	21 221 453	977 391	7 695
ESTADO							
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1 269 659	-	-	1 044 904	147 392	77 363	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	855 224	1 313	247 648	97 164	465 413	43 687	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 400	-	-	-	1 400	-	-
Outros	1 980	1 980	-	-	-	-	-
Total estado (ativo)	2 128 263	3 293	247 648	1 142 068	614 205	121 050	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER							
Pessoal	4 415	-	-	42	4 373	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	15 993 534	-	1 528 486	11 431 527	2 987 960	45 560	-
Outros devedores	8 229 452	-	486 833	5 057 678	2 654 087	-	30 855
Outros devedores - partes relacionadas	3 000 000	-	3 000 000	-	-	-	-
Perdas por imparidade	(12 777)	-	-	(12 777)	-	-	-
Total outros créditos a receber	27 214 624	-	5 015 319	16 476 470	5 646 420	45 560	30 855
Total de ativos financeiros	105 300 584	3 293	6 075 749	70 556 914	27 482 078	1 144 001	38 549

Cientes e outros créditos a receber - ativo não corrente

O montante classificado como não corrente nas rubricas de clientes, diz, essencialmente, respeito a acordos de regularização de dívida celebrados com os clientes, os quais vencem juros e cujo vencimento é superior a um ano, bem como saldos de cobrança duvidosa que estão em processo de contencioso e recuperação, registados na Alliance Healthcare.

De acordo com informação divulgada no relatório e contas de 2011, encontravam-se em curso naquele exercício dois processos de contencioso, entre a Glintt Business Solutions, Lda., agora Glintt Global (pela fusão das empresas), a Restelo Imobiliária SA (RIP) e os Hotéis Alexandre Almeida (HAA). Em 21 de dezembro de 2012 a Glintt Global, a RIP e os HAA, puseram termo ao diferendo entre as partes por meio de acordo nos termos do qual fixaram o valor em dívida e estabeleceram a forma de pagamento. Desse acordo decorre o valor total da rubrica de Outros Devedores (não corrente), o qual não se encontra relevado ao custo amortizado, uma vez que nos termos do acordo, são calculados e debitados juros anuais. Os juros debitados até ao encerramento do presente exercício ascendem a 3.313 mil euros e em 2024, 3.047 mil euros. Em 2020 e decorrente dos impactos significativos da pandemia covid-19 no setor da hotelaria/turismo, a Glintt Global formalizou um aditamento aos referidos contratos que prevê um reforço das prestações a receber no período de 2022 a 2026.

Cientes e outros créditos a receber - ativo corrente

As perdas por imparidade para os créditos a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade dos créditos a receber e o perfil de risco do cliente. Em 31 de dezembro de 2025, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos" diz, essencialmente, respeito a:

- + Serviços a faturar pela Alliance Healthcare e suas subsidiárias, no montante de 11,4 milhões de euros, sendo em grande parte referentes a descontos a obter;
- + Serviços a faturar pela Glintt Global no montante de 3,5 milhões de euros, essencialmente em contratos plurianuais de manutenção ou de consultoria, cuja faturação não é mensal, mas seguem datas específicas pré-aprovadas ou com milestones por cumprir;

O movimento das imparidades de clientes em 2025 foi o seguinte:

Imparidades clientes	Saldo inicial	Alteração de perímetro	Impacto da reorganização societária	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Imparidade clientes total	13 371 954	69 298	(119 240)	473 034	(2 439 623)	(58 478)	11 296 945
Imparidade outros devedores	812 777	-	-	493 916	-	-	1 306 693
Total	14 184 730	69 298	(119 240)	966 950	(2 439 623)	(58 478)	12 603 638

As categorias de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
FORNECEDORES				
Fornecedores - conta corrente	89 075 167	-	70 632 464	-
Fornecedores - faturas em recepção e conferência	4 105 892	-	2 610 166	-
Total fornecedores	93 181 059	-	73 242 630	-
ESTADO				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3 132 963	-	3 530 455	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1 580 189	-	873 370	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 343 195	-	1 472 954	-
Segurança Social	1 782 233	-	1 723 915	-
Outros	341 544	-	228 218	-
Total estado (passivo)	8 180 124	-	7 828 911	-
OUTRAS DIVIDAS A PAGAR				
Pessoal	117 724	-	141 152	-
Fornecedores de investimentos	326 063	-	173 285	-
Credores por acréscimos de gastos	20 065 949	-	19 914 217	-
Outros credores	2 828 884	1 770 676	8 570 746	2 649 661
Total outras contas a pagar	23 338 620	1 770 676	28 799 399	2 649 661
Total de passivos financeiros	124 699 803	1 770 676	109 870 939	2 649 661

O valor não corrente em 2025 e 2024, corresponde essencialmente a um saldo das contas da Glintt Global a pagar ao Fundo Explorer no valor de 1,750 milhões de euros e 2,625 milhões de euros, respetivamente.

O detalhe dos montantes correntes por empresa é o seguinte:

Descrição	2025						
	Corrente	Farminveste SGPS	Farminveste IPG	Alliance Healthcare	Glintt Global	HMR	Imofarma
FORNECEDORES							
Fornecedores	93 181 059	40 555	495 106	73 826 365	15 280 417	2 873 837	664 780
Total fornecedores	93 181 059	40 555	495 106	73 826 365	15 280 417	2 873 837	664 780
ESTADO							
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3 132 963	-	-	19 035	2 872 771	169 735	71 421
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1 580 189	-	-	616 055	955 524	8 610	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 343 195	-	5 909	122 753	1 189 399	25 134	-
Segurança Social	1 782 233	-	5 857	194 671	1 535 597	46 109	-
Outros	341 544	-	-	-	114 820	-	226 724
Total estado (passivo)	8 180 124	-	11 766	952 514	6 668 112	249 588	298 145
OUTRAS DIVIDAS A PAGAR							
Pessoal	117 724	-	-	1 464	116 260	-	-
Fornecedores de investimentos	326 063	-	-	326 063	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	20 065 949	723 724	171 498	3 945 363	14 095 942	1 116 255	13 166
Outros credores	2 828 884	-	52	1 704 499	1 056 448	135	67 750
Total outras contas a pagar	23 338 620	723 724	171 550	5 977 389	15 268 650	1 116 391	80 916
Total de passivos financeiros	124 699 803	764 279	678 422	80 756 267	37 217 178	4 239 815	1 043 841

Descrição	2024							
	Corrente	Farminveste SGPS	Farminveste IPG	Alliance Healthcare	Glintt Global	HMR	Imofarma	Globalvet
FORNECEDORES								
Fornecedores	73 242 630	1 292	2 257 040	56 635 248	13 125 087	1 136 292	54 282	33 389
Total fornecedores	73 242 630	1 292	2 257 040	56 635 248	13 125 087	1 136 292	54 282	33 389
ESTADO								
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3 530 455	-	214 948	41 182	3 024 219	143 025	97 934	9 146
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	873 370	-	-	79 743	781 546	1 253	-	10 828
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 472 954	-	62 005	170 765	1 223 421	15 347	-	1 416
Segurança Social	1 723 915	-	85 459	256 484	1 349 865	30 629	-	1 478
Outros	228 218	-	-	-	8 679	-	219 538	-
Total estado (passivo)	7 828 911	-	362 412	548 173	6 387 731	190 255	317 472	22 868
OUTRAS DIVIDAS A PAGAR								
Pessoal	141 152	-	-	123	141 029	-	-	-
Fornecedores de investimentos	173 285	-	-	173 285	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	19 914 217	512 410	2 896 881	4 201 675	11 485 754	749 464	15 410	52 624
Outros credores	8 570 746	4 470 000	29 346	1 059 048	3 006 081	6 030	-	240
Total outras contas a pagar	28 799 399	4 982 410	2 926 227	5 434 131	14 632 864	755 495	15 410	52 864
Total de passivos financeiros	109 870 939	4 983 701	5 545 679	62 617 552	34 145 682	2 082 041	387 164	109 120

O detalhe da rubrica Credores por acréscimos de gastos é o seguinte:

Credores por acréscimos de gastos	31/12/2025	31/12/2024
Descontos a conceder	202 105	153 683
Remunerações a liquidar	12 487 578	10 958 314
Juros a liquidar	1 339 261	1 643 110
Outros acréscimos de gastos	6 037 005	7 159 110
Total	20 065 949	19 914 217

O detalhe por empresa em 2025 e 2024 é o seguinte:

2025

Credores por acréscimos de gastos	Descontos a conceder	Remunerações a liquidar	Juros a liquidar	Outros acréscimos de gastos	2025
Farminveste SGPS	-	-	723 474	250	723 724
Farminveste IPG	-	117 927	34 370	19 201	171 498
Alliance Healthcare	202 105	2 506 802	5 679	1 230 777	3 945 363
Glintt Global	-	9 343 693	554 411	4 197 838	14 095 942
HMR Internacional	-	519 156	8 160	588 939	1 116 255
Imofarma	-	-	13 166	-	13 166
Total	202 105	12 487 578	1 339 261	6 037 005	20 065 949

2024

Credores por acréscimos de gastos	Descontos a conceder	Remunerações a liquidar	Juros a liquidar	Outros acréscimos de gastos	2024
Farminveste SGPS	-	-	512 410	-	512 410
Farminveste IPG	-	837 340	211 572	1 847 970	2 896 881
Alliance Healthcare	153 683	2 630 632	70 286	1 347 074	4 201 675
Glintt Global	-	7 148 796	817 604	3 519 354	11 485 754
HMR Internacional	-	302 338	16 320	430 806	749 464
Imofarma	-	-	14 919	491	15 410
Globalvet	-	39 208	-	13 416	52 624
Total	153 683	10 958 314	1 643 110	7 159 110	19 914 217

15. DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as rubricas de Diferimentos ativos e passivos apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos	31/12/2025	31/12/2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	200 117	217 309
Contratos anuais	35 187	32 375
Outros gastos a reconhecer	6 195 827	4 124 430
Total do ativo	6 431 130	4 374 114
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	14 104 781	13 199 423
Total do passivo	14 104 781	13 199 423
Total líquido	(7 673 650)	(8 825 309)

16. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, no montante de 100 959 340 euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 20 191 868 ações com um valor nominal de 5 euros cada, sendo 17 500 000 ações da Categoria A e 2 691 868 ações da Categoria B.

Ambas as categorias das ações conferem direito de voto. No entanto, cada acionista titular de ações da Categoria B não poderá, com essas ações, emitir em nome próprio, diretamente ou através de representante, mais de cento e vinte e cinco mil votos, independentemente de deter número superior de ações dessa Categoria.

Capital Social	%	Nº de Ações		Valor nominal euros	Valor das Ações (euros)		Total
		Cat. A	Cat. B		Cat. A	Cat. B	
Associação Nacional das Farmácias	86,93%	17 500 000	53 456	5,00	87 500 000	267 280	87 767 280
Outros Acionistas	13,07%	-	2 638 412	5,00	-	13 192 060	13 192 060
		17 500 000	2 691 868		87 500 000	13 459 340	100 959 340

Capital subscrito

No âmbito da emissão de Obrigações 2021-2025, vários obrigacionistas exerceram o respetivo direito de conversão em ações na data de maturidade da emissão, ocorrida a 15 de outubro de 2025. Em resultado destes pedidos, a Farminveste SGPS procedeu ao correspondente aumento de capital, bem como à emissão e admissão de novas ações de Categoria B (ordinárias), destinadas à entrega aos acionistas que solicitaram a conversão.

Concluídos os procedimentos necessários, foi admitido à negociação no EURONEXT ACCESS LISBON um total de 191.868 novas ações de Categoria B (ordinárias), cada uma com o valor nominal de EUR 5,00.

Desta forma, o capital social da Farminveste SGPS passou a ascender a 100.959.340 euros, representado por 20.191.868 ações, com valor nominal de 5,00 euros cada. Deste total, 17.500.000 correspondem a ações de Categoria A e 2.691.868 a ações de Categoria B (ordinárias).

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2025 a reserva legal ascendia a 20 000 000 euros.

Ajustamentos em ativos financeiros

Nesta rubrica encontram-se registados os ajustamentos em ativos financeiros relacionados com a aplicação do método da equivalência patrimonial decorrentes de outras variações de capital próprio da participada Farminveste IPG.

Ajustamentos em ativos financeiros	31/12/2025	31/12/2024
Glintt Global	185 146	63 293
CUF	6 089 480	6 814 124
JMRS	(521 975)	-
Alliance Healthcare	(1)	(6 521 519)
HMR	997 716	-
Imofarma	(2)	-
Farminveste IPG	234 116	(181)
Go far	-	(35)
Globalvet	-	(1)
Total	6 984 481	355 681

Interesses Minoritários

O detalhe por empresa da rubrica de Interesses Minoritários em 31 de dezembro de 2025 é o seguinte:

Empresa	Percentagem não detida	Interesses Minoritários	
		Demonstração de Resultados	Balanço
Alliance Healthcare	49,0%	37 601 114	46 890 819
Imofarma	17,8%	906 764	15 182 275
HMR PT	11,0%	(163 772)	(537 731)
Glintt Global	23,6%	2 684 822	22 064 775
Total		41 028 929	83 600 139

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de provisões teve a seguinte movimentação:

Provisões	Saldo inicial	Impacto da reorganização societária	Reforço	Reversão	Saldo final
Outras Provisões	5 384 955	(3 131 060)	1 334 985	(853 115)	2 735 765
Imposto	326 904	-	-	-	326 904
Total	5 711 859	(3 131 060)	1 334 985	(853 115)	3 062 668

Durante o ano, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

- + Redução de 3,131 milhões de euros, diz respeito à transferência do saldo de Provisão associada aos "pontos saúde". Recorde-se a este respeito que a área de negócio "desenvolvimento de negócio das farmácias", que foi transferida por força da reorganização societária para o Infosaúde, era responsável pelo Programa de Fidelização das Farmácias Portuguesas – Saúde. Nesse âmbito, a emissão de pontos a ser usados pelos utilizadores do programa, dava lugar a assunção de provisão, que denominamos "pontos saúde".
- + Constituição de provisão por parte da Alliance Healthcare, no montante de 0,929 milhões de euros, relativo a potenciais contingências a assumir pela Alliance Healthcare no processo de desinvestimento da Alloga Logifarma.
- + Constituição de provisão para reestruturação de Pessoal, por parte da HMR Portugal, no montante de 349 mil de euros;
- + Constituição de provisão pela Glintt Global, para acondicionamento de viatura (IFRS 16) em 57 mil euros, registada em Custos com o Pessoal, e reversão de 35 mil euros;

Garantias, Fianças e Cartas Conforto

Farminveste IPG

Os empréstimos em dívida a 31 de dezembro 2025 tinham as seguintes fianças com aval, obtidas por parte da ANF:

Entidade	Tipo de financiamento	Maturidade	Montante	Montante em dívida	Tipo	Beneficiário
Farminveste IPG	Contrato de Mútuo (a)		2 500 000	256 674	Fiança c/ aval	Novo Banco
HMR	Contrato de Mútuo (b)	16/07/26	3 000 000	517 329	Fiança c/ aval	Novo Banco

As empresas do grupo mantêm os seguintes penhores sobre ações relativos aos empréstimos em vigor:

Entidade	Tipo de financiamento	Maturidade	Financiamento		Tipo de penhor	Nº títulos penhorados	Beneficiário
			Total	em dívida			
HMR	Contrato de Mútuo (b)	16 jul. 2026	3 000 000	517 329	Penhor sobre Ações da Alliance Healthcare	80 000	Novo Banco
FV IPG	Contrato de Mútuo	22 dez 2032	35 000 000	35 000 000	Penhor sobre Ações da CUF	1590 000	Montepio
FV IPG	Prog. Papel Comercial (c)	30 jun. 2026	11 500 000	11 500 000			

- a) Em 5 de fevereiro de 2026, a Farminveste IPG liquidou as duas últimas prestações do financiamento de médio e longo prazo existente junto do Novo Banco, no montante de 256.674 euros. Na sequência desta liquidação, foram libertos os penhores constituídos sobre 1.122.780 unidades de participação da Categoria B e 175.181 unidades de participação da Categoria A do Fundo de Investimento Especial Fechado Imofarma.
- b) Em 16 de julho de 2026, a HMR PT procederá à liquidação da última prestação do financiamento de médio e longo prazo existente junto do Novo Banco, no montante de 258.665 euros. Esta liquidação permitirá a libertação do penhor constituído sobre as ações da Alliance Healthcare, bem como da librança com aval da ANF.
- c) Até 30 de junho de 2026, a Farminveste IPG liquidará o Programa de Papel Comercial formalizado em 22 de dezembro junto do Banco Montepio, procedendo à libertação de 5% do penhor constituído sobre ações da CUF.

Em resultado da liquidação dos financiamentos referidos nas alíneas b) e c), a Farminveste IPG deixará de beneficiar de avals prestados pela ANF, passando a manter como único ónus o penhor constituído a favor do Banco Montepio sobre 10% das ações da CUF.

A Farminveste IPG tem a seguinte responsabilidade por garantia prestada:

Empresa	Beneficiário	Banco	Data de emissão	Validade	Moeda	Montante
Farminveste IPG	Glintt Global	Novo banco	17/04/2013	S/Prazo	EUR	1 726 096

Na Alliance Healthcare, o detalhe das responsabilidades por garantias prestadas é o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Região Autónoma dos Açores (SIDER)	14 421	43 262
Autoridade Tributária e Aduaneira	2 000	2 000
Tribunal do Trabalho	5 422	5 422
Total	21 843	50 684

Na Glintt Global, os compromissos financeiros que não figuram nas demonstrações financeiras referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros e destinadas a servir de caução aos projetos em curso, são discriminados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Agência para a Modernização Administrativa IP	774 722	702 479
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	514 594	514 594
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde E.P.E.	105 101	247 893
Instituto dos Registos e do Notariado, IP	79 573	79 573
Banco de Portugal	55 000	55 000
Gebalis EM, S.A.	26 419	26 419
HPP Saúde - Parcerias Cascais, S.A.	-	25 000
Agência para o Desenvolvimento e Coesão	48 446	-
Banco Português de Fomento	67 444	24 750
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	19 230	19 230
Outras garantias	191 983	81 376
Total	1 882 511	1 776 312

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos financiamentos obtidos a 31 de dezembro de 2025 e 2024 era como segue:

Financiamentos obtidos	31/12/2025			31/12/2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Papel comercial	14 520 000	5 900 000	20 420 000	72 080 000	9 500 000	81 580 000
Empréstimos bancários	13 611 480	54 567 230	68 178 710	11 595 349	85 963 574	97 558 923
Descobertos bancários + conta corrente caucionada	-	-	-	6 853 815	-	6 853 815
Locação financeira	90 117	-	90 117	57 361	28 712	86 073
Empréstimo obrigacionista	7 526 988	42 004 249	49 531 237	4 661 760	31 407 475	36 069 235
Ajustamentos relativos ao custo amortizado	(179 887)	(696 734)	(876 620)	(156 108)	(830 520)	(986 628)
Outros credores	-	1 335 254	1 335 254	-	1 335 254	1 335 254
Participantes de capital	-	-	-	14 000 000	-	14 000 000
Total	35 568 699	103 110 000	138 678 698	109 092 176	127 404 495	236 496 671

O detalhe de dívida total e dívida líquida de disponibilidades por empresa/grupo é o seguinte:

Empresa	Farminveste SGPS	Farminveste IPG	Alliance Healthcare	Glintt Global	HMR	Imofarma	31/12/2025
Dívida corrente	4 669 845	16 661 674	1 031 314	11 030 641	517 329	1 657 895	35 568 699
Dívida não corrente	37 718 535	29 432 342	-	25 064 385	-	10 894 737	103 110 000
Total	42 388 380	46 094 017	1 031 314	36 095 026	517 329	12 552 632	138 678 698
Caixa e Depósitos bancários	1 137 589	3 565 915	4 562 103	14 885 243	289 748	128 405	24 569 002
Dívida líquida	41 250 791	42 528 102	(3 530 789)	21 209 783	227 581	12 424 227	114 109 696

Empresa	Farminveste SGPS	Farminveste IPG	Alliance Healthcare	Glintt Global	HMR	Imofarma	Globalvet	31/12/2024
Divida corrente	4 661 760	10 733 658	75 962 779	15 358 755	517 329	1 857 895	-	109 092 176
Divida não corrente	23 407 475	67 965 194	335 246	22 626 618	517 329	12 552 632	-	127 404 495
Total	28 069 235	78 698 853	76 298 025	37 985 373	1 034 659	14 410 526	-	236 496 671
Caixa e Depósitos bancários	365 530	1 502 218	8 479 493	12 659 744	870 986	25 626	80 188	23 983 784
Divida líquida	27 703 705	77 196 635	67 818 532	25 325 629	163 673	14 384 900	(80 188)	212 512 887

Os passivos de responsabilidade com os contratos de locação operacional relacionado com as rendas contratualizadas (decorrentes da aplicação da IFRS 16), em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 eram como segue:

Financiamentos obtidos direitos de uso	31/12/2025			31/12/2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos direitos de uso	3 237 440	7 372 986	10 610 426	3 330 135	8 644 492	11 974 627

19. RÉDITO

Nos exercícios de 2025 e 2024, o rédito reconhecido tem a seguinte composição:

Rédito	2025	2024
Vendas	788 639 754	718 576 563
Prestações de serviços	119 987 996	126 096 023
Subsídios à exploração	2 029 968	1 308 425
Outros rendimentos e ganhos	1 150 731	3 876 864
Juros e outros rendimentos similares	840 474	863 103
Total	912 648 924	850 720 979

O valor líquido das vendas e das prestações de serviços, por mercado durante o exercício de 2025 e 2024 foi como segue:

Rédito	2025			2024		
	Vendas	Prestações de serviços	Total	Vendas	Prestações de serviços	Total
Mercado interno	735 182 323	89 320 676	824 502 999	666 989 425	96 575 026	763 564 452
Mercado externo	53 457 431	30 667 320	84 124 751	51 587 138	29 520 997	81 108 135
Total	788 639 754	119 987 996	908 627 751	718 576 563	126 096 023	844 672 586

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos nos exercícios de 2025 e 2024 tem o seguinte detalhe:

Fornecimentos e serviços externos	2025	2024
Subcontratos	28 327 943	23 263 044
Serviços especializados	18 056 655	39 102 028
Materiais	49 385	77 657
Energia e fluidos	1 802 014	2 474 471
Deslocações, estadas e transportes	10 311 685	9 887 495
Serviços diversos	8 508 818	9 505 144
Ajustamentos consolidação	(713 602)	(10 722 940)
Total	66 342 899	73 586 899

Os ajustamentos de consolidação resultam da eliminação de relações cruzadas.

O detalhe por empresa em 2025 e 2024 é o seguinte:

Empresa	Subcontratos	Serviços especializados	Materiais	Energia e fluidos	Deslocações estadas e transportes	Serviços diversos	Ajustamentos consolidação	2025
Farminveste SGPS	297 973	-	-	103	14 681	88 617	-	401 373
Farminveste IPG	-	6 015 556	111	3 432	898	149 804	27 623	783 425
HMR Internacional	(2 609)	5 259 445	267	31 894	28 485	194 305	(1 232 625)	4 279 162
Glintt Global	28 032 579	5 667 421	-	997 542	1 989 162	5 179 158	307 572	42 173 435
Alliance Healthcare	-	6 404 373	49 007	746 380	8 278 459	1 399 629	183 828	17 061 676
Imofarma	-	123 859	-	22 662	-	1 497 306	-	1 643 827
Total	28 327 943	18 056 655	49 385	1 802 014	10 311 685	8 508 818	(713 602)	66 342 899

Empresa	Subcontratos	Serviços especializados	Materiais	Energia e fluidos	Deslocações estadas e transportes	Serviços diversos	Ajustamentos consolidação	2024
Farminveste SGPS	-	126 182	-	-	-	1 160	(77 640)	49 702
Farminveste IPG	159 196	22 951 065	17 755	573 004	142 297	1 801 727	(2 321 368)	23 323 674
Globalvet	-	101 169	1	18 239	41 979	22 393	(87 779)	96 003
HMR Internacional	147 558	4 804 411	274	28 945	16 437	66 774	(2 852 896)	2 211 504
Glintt Global	22 956 290	5 146 596	-	1 018 650	1 672 453	4 653 334	(1 810 806)	33 636 518
Alliance Healthcare	-	5 860 394	59 627	819 222	8 014 329	1 907 061	(2 937 361)	13 723 272
Imofarma	-	112 210	-	16 410	-	1 052 695	(635 089)	546 226
Total	23 263 044	39 102 028	77 657	2 474 471	9 887 495	9 505 144	(10 722 940)	73 586 899

21. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal nos exercícios de 2025 e 2024 tem o seguinte detalhe:

Gastos com pessoal	2025	2024 Reexpresso	2024 Publicado
Remunerações Órgãos Sociais	1 765 210	1 527 079	1 964 911
Remunerações do pessoal	56 542 570	52 841 260	52 562 316
Indemnizações	626 253	1 450 466	1 450 466
Encargos sobre remunerações	11 960 683	11 715 548	11 715 548
Seguros de acidentes no trabalho	86 830	45 771	45 771
Gastos de ação social	152 860	330 117	171 229
Outros gastos com pessoal	3 211 847	2 939 446	2 939 446
Ajustamentos consolidação	-	(87 690)	(87 690)
Total	74 346 254	70 761 996	70 761 996

O número médio de colaboradores ao serviço das empresas que constituem o perímetro de consolidação em 2025 foi de 1 685 pessoas, que compara com 1 832 em 2024:

Número médio colaboradores	2025	2024
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	2	85
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	-	6
HMR Health Market Research International, S.A.	-	1
HMR - Health Market Research Portugal, S.A.	39	30
Alliance Healthcare, S.A.	437	624
Glintt Global, S.A.	1 207	1 086
Total	1 685	1 832

22. AUMENTOS/REDUÇÃO JUSTO VALOR

A rubrica de Aumentos/redução justo valor no exercício de 2025 e 2024 tem o seguinte detalhe:

Designação	2025	2024
Reavaliação ativos tangíveis (nota 7)	2 577 767	1 479 545
Reavaliação propriedades de investimento	(374 398)	(243 589)
Reavaliação ativos detidos para venda	(26 436)	-
Outros	-	3 127
Total	2 176 933	1 239 083

23. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de Outros Rendimentos nos exercícios de 2025 e 2024 tem o seguinte detalhe:

Outros rendimentos	2025	2024
Rendimentos suplementares	247 079	362 186
Ganhos em inventários	-	147
Alienação de investimentos não financeiros	500	2 072 152
Alienações ativos	15 194	16 106
Subsídios ao investimento	9 243	241 005
Correções relativas a períodos anteriores	13 730	120 098
Recuperação de dívidas incobráveis	270 897	652 815
Outros não especificados	594 088	490 651
Ajustamentos consolidação	-	(78 295)
Total	1 150 731	3 876 864

24. OUTROS GASTOS

A rubrica de Outros Gastos nos exercícios de 2025 e 2024 tem o seguinte detalhe:

Outros gastos	2025	2024
Impostos	595 339	821 145
Dívidas incobráveis	421 368	1 755 528
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	311
Correções relativas a períodos anteriores	190	16 795
Abates de investimentos não financeiros	3 861	95 974
Quotizações	66 075	69 225
Quebras, ofertas e amostras de inventário	-	7 104
Donativos	813	12 670
Outros não especificados	369 793	173 436
Ajustamentos consolidação	-	(41 346)
Total	1 457 438	2 910 843

25. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização no final do exercício de 2025 e 2024 é conforme detalhe:

Designação	2025	2024
Ativos tangíveis (nota 7)	1 578 812	2 150 342
Ativos intangíveis (nota 10)	4 019 337	8 133 884
Ativos direito de uso (nota 7)	3 463 725	3 563 944
Total	9 061 873	13 848 170

26. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decorrer dos exercícios de 2025 e 2024 são detalhados como segue:

Juros e gastos similares suportados	2025	2024
Juros suportados		
Financiamentos bancários	7 929 634	12 026 921
Outros	3 124 489	2 155 807
Passivos de locação	316 801	268 365
Diferenças de câmbio desfavoráveis	301 198	-
Outros gastos de financiamento	854 590	1 503 275
Total	12 526 711	15 954 369

A rubrica de outros gastos de financiamento diz essencialmente respeito a gastos suportados com gestão de factoring e contas caucionadas da Glintt Global no montante de 513 mil de euros, como também a gastos com despesas bancárias da Alliance Healthcare, no valor de 244 mil de euros.

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decorrer dos exercícios de 2025 e 2024 são detalhados como segue:

Juros e rendimentos similares obtidos	2025	2024
Juros obtidos depósitos		
Depósitos em instituições de crédito	293 708	321 307
Acordos de regularização de dívida	96 661	173 390
Diferenças de câmbio favoráveis	86 609	295 563
Outros ganhos de financiamento	363 496	72 843
Total de juros e rendimentos similares obtidos	840 474	863 103

A rubrica Juros obtidos - Acordos de regularização de dívida diz respeito aos juros debitados pela Alliance Healthcare aos seus clientes, resultante de acordos de regularização de dívida assinados com os mesmos, que visam remunerar a empresa pelo desfasamento temporal no recebimento.

O saldo da rubrica Outros Ganhos de financiamento em 2025, inclui juros de mora e compensatórios no valor de 292 mil de euros relacionados com processos fiscais na Alliance Healthcare.

27. ATIVOS E PASSIVOS DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS E DETIDOS PARA VENDA

Foram consideradas em 2025 como operações descontinuadas as atividades das seguintes empresas participadas:

- + Na esfera da HMR está a ser considerado os saldos e transações da HMR INT relativas às operações de Espanha, Alemanha e Irlanda.
- + Na esfera da Glintt Global está a ser assumido a Glintt Angola e a Solservice.

O impacto nos Ativos e Passivos das operações descontinuadas consolidados é o seguinte:

	31/12/2025	Participadas HMR	Participadas Glantt Global	31/12/2024
Ativos de operações descontinuadas				
Não corrente				
Ativos tangíveis	-	-	-	95 883
Outros ativos financeiros	210 000	210 000	-	420 000
	210 000	210 000	-	515 883
Corrente				
Contas a receber de clientes e outros devedores	243 474	210 000	33 474	511 913
Estado e outros entes públicos	-	-	-	3 959
Diferimentos	-	-	-	(24 864)
Caixa e equivalentes de caixa	141 629	-	141 629	200 048
	385 103	210 000	175 103	691 055
Ativos operações descontinuadas	595 103	420 000	175 103	1 206 938
Passivos de operações descontinuadas				
Não Corrente				
Provisões para outros passivos e encargos	11 968	11 968	-	204 554
	11 968	11 968	-	204 554
Corrente				
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	1 428	381	1 046	37 449
Acréscimos e diferimentos passivos	250 000	-	250 000	429 635
	251 428	381	251 046	467 084
Passivos operações descontinuadas	263 395	12 349	251 046	671 637

Em 2025, o ativo disponível para venda em 2025 diz respeito ao Terreno situado na Abrunheira e Línho, Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura - Lote 302.

As principais classes de ativos e passivos que compõem as operações classificadas como detidas para venda são as seguintes:

	31/12/2025	Imofarma	31/12/2024
Ativos disponíveis para venda			
Não corrente			
Ativos tangíveis	-	-	22 902 725
Propriedades de investimento	1 347 615	1 347 615	-
Goodwill	-	-	8 979 483
Ativos intangíveis	-	-	2 261 134
Ativos direitos de uso	-	-	388 333
Outros ativos financeiros	-	-	4 940
Ativos por impostos diferidos	-	-	67 374
	1 347 615	1 347 615	34 603 989
Corrente			
Inventários	-	-	74 864
Clientes	-	-	21 283 625
Estado e outros entes públicos	-	-	3 028 489
Outras contas a receber	-	-	146 549
Diferimentos	-	-	224 888
Outros ativos financeiros	-	-	12 263 695
Caixa e depósitos bancários	-	-	7 521 518
	-	-	44 543 627
Ativos disponíveis para venda	1 347 615	1 347 615	79 147 616
Passivos detidos para venda			
Não Corrente			
Provisões	-	-	88 664
Financiamentos obtidos	-	-	20 603 915
Financiamentos obtidos - direito de uso	-	-	233 811
Passivos por impostos diferidos	-	-	481 285
	-	-	21 407 675
Corrente			
Fornecedores	-	-	32 730 405
Estado e outros entes públicos	-	-	1 386 180
Outras contas a pagar	-	-	1 088 571
Financiamentos obtidos	-	-	4 115 902
Financiamentos obtidos - direito de uso	-	-	161 225
	-	-	39 482 283
Passivos detidos para venda	-	-	60 889 958

28. RESULTADOS COM OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ganhos e perdas com operações alienadas e descontinuadas, em 2025 e 2024 foram os seguintes:

	2025	Participadas HMR	Participadas Glantt Global	Participadas Alliance	2024
Vendas e serviços prestados	-	-	-	-	21 895 197
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	73 544 603	4 373	-	73 540 230	(5 282)
Fornecimentos e serviços externos	75 809	(4 137)	79 947	-	(6 209 051)
Gastos com o pessoal	-	-	-	-	(7 089 932)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2 301	-	2 301	-	1 344
Provisões (aumentos/reduções)	132 785	32 785	100 000	-	565 336
Outros rendimentos	-	-	-	-	490 656
Outros gastos	23 754	-	23 754	-	(792 197)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	73 779 251	33 020	206 001	73 540 230	8 856 070
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1 946)	-	(1 946)	-	(2 769 248)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	73 777 305	33 020	204 055	73 540 230	6 086 823
Juros e rendimentos similares obtidos	1 403	-	1 403	-	3 554
Juros e gastos similares suportados	-	-	-	-	(540 877)
Resultado antes de impostos	73 778 708	33 020	205 458	73 540 230	5 549 500
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	(1 395 369)
Resultado líquido do período das operações descontinuadas	73 778 708	33 020	205 458	73 540 230	4 154 131

29. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas e detidas como ações próprias.

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro. A conversão de obrigações efetuada em 2025 encontra-se refletida no cálculo do resultado por ação básico através do aumento do número médio de ações. Não existindo instrumentos financeiros adicionais com potencial efeito dilutivo exercíveis nesse exercício, o resultado diluído por ação coincide com o resultado básico por ação.

	2025	2024
Resultado líquido do período	58 731 502	11 162 057
Nº médio de ações ordinárias	20 191 868	20 000 000
Resultado por ação básico	2,91	0,56

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

A atividade global da Farminveste SGPS e suas participadas encontra-se descrita no Relatório de Gestão, considerado parte integrante deste Relatório e Contas referente ao exercício de 2025.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 22 de abril de 2026, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. Após essa aprovação as contas não poderão ser alteradas.

31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

À data de emissão deste relatório, não são conhecidos eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

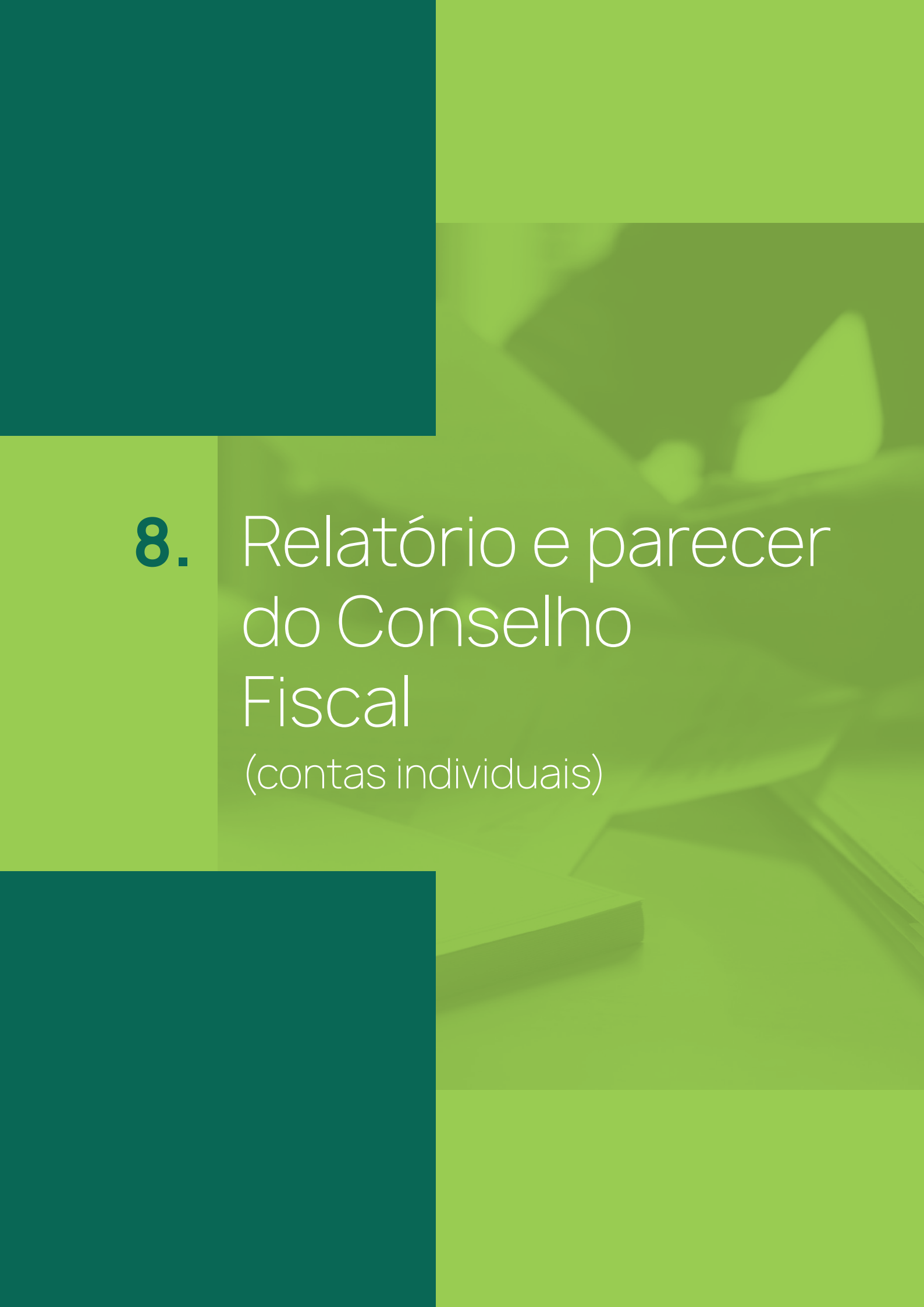
ASSINATURAS

Este Relatório e Contas Individuais e Consolidadas 2025, constituído pelo “Relatório de Gestão” e “Demonstrações Financeiras” e respetivos Anexos, com 145 páginas, só frentes, respeitante ao exercício findo em 31/12/2025, encontra-se assinado pelos membros do Conselho de Administração e pelo Contabilista Certificado na presente página.

Lisboa, 22 de abril de 2026

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



8. Relatório e parecer do Conselho Fiscal (contas individuais)

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório anual sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Farminveste – SGPS, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
2. Ao longo do exercício de 2025 o Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Farminveste – SGPS, S.A. Para o efeito, a Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. O Relatório e Contas apresentado pela Administração descreve os principais acontecimentos e factos relevantes ocorridos no exercício, a evolução dos meios humanos e materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, onde se inclui a emissão de empréstimo obrigacionista no primeiro trimestre do ano, no valor de cerca de 38 milhões de euros.
4. O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos principais acontecimentos que contribuíram para o aumento significativo do resultado da participada Farminveste, Investimentos, Participações e Gestão, S.A.:
 - a) Recebimento de dividendos da Alliance Healthcare, em sequência da alienação por esta da Alloga Logifarma;
 - b) Reestruturação profunda da dívida bancária da participada, com celebração de novos contratos de financiamento, cujos fundos permitiram a liquidação integral dos empréstimos anteriormente detidos, no âmbito do acordo quadro de setembro de 2021. Este refinanciamento resultou numa redução significativa do colateral afetado à dívida bancária, com a respetiva libertação de penhores sobre participações societárias;
 - c) Alienação da totalidade das ações da participada José de Mello Residências e Serviços. Fruto desta operação, liquidação antecipada da totalidade dos empréstimos obrigacionistas com vencimento em 2027 e 2033 ao MONAF;
 - d) Liquidação dos suprimentos devidos à Associação Nacional das Farmácias no âmbito do pagamento dos juros das obrigações convertíveis;

Estas operações de alienação de participações e conseqüente refinanciamento, foram concluídas durante o exercício e contribuíram para um aumento do resultado líquido da participada Farminveste IPG de 12.674.174 euros em 2024, para 61.283.956 euros em 2025.

5. O Conselho Fiscal acompanhou ainda a operação de Cisão-Fusão na participada Farminveste, Investimentos, Participações e Gestão, S.A. ocorrida em 2 de outubro de 2025, com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2025. Fruto desta operação, a Entidade deixou de integrar áreas de negócio e participações financeiras que, em 2024, se encontravam reconhecidas nessa participada.

6. Face ao que antecede, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2025, tal como foram propostos pela Administração;
 - b) Aprove a proposta da Administração de aplicação do Resultado Líquido Individual apurado no exercício, no montante de 58.731.502 euros, da seguinte forma:
 - a. 191.868 euros para reforço da Reserva Legal;
 - b. 58.539.634 euros para Resultados Transitados.
3. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Administração e aos Serviços da Farminveste – SGPS, S.A. toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 22 de abril de 2026

O CONSELHO FISCAL

António Paula de Campos
(Presidente)

António Dias Duarte
(Vogal)

Oliveira Reis & Associados,
SROC, Lda.,
representada por
Carlos Manuel Grenha
(ROC n.º 1266, registado na
CMVM sob o n.º 20160877),
Vogal

A background image showing a hand holding a pen and writing on a document, overlaid with a green gradient. The document appears to be a financial statement or report.

9. Relatório e parecer do Conselho Fiscal (contas consolidadas)

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório anual sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas da Farminveste – SGPS, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
2. Ao longo do exercício de 2025 o Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Farminveste – SGPS, S.A.. Para o efeito, a Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. O Relatório e Contas apresentado pela Administração descreve os principais acontecimentos e factos relevantes ocorridos no exercício, a evolução dos meios humanos e materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, onde se inclui a emissão de empréstimo obrigacionista no primeiro trimestre do ano, no valor de cerca de 38 milhões de euros.
4. O Conselho Fiscal destaca a melhoria dos resultados consolidados da Farminveste SGPS S.A. com o contributo das participadas do grupo.
5. O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos principais acontecimentos que contribuíram para o aumento significativo do resultado da participada Farminveste, Investimentos, Participações e Gestão, S.A.:
 - a) Recebimento de dividendos da Alliance Healthcare, em sequência da alienação por esta da Alloga Logipharma;
 - b) Reestruturação profunda da dívida bancária da participada, com celebração de novos contratos de financiamento, cujos fundos permitiram a liquidação integral dos empréstimos anteriormente detidos, no âmbito do acordo quadro de setembro de 2021. Este refinanciamento resultou numa redução significativa do colateral afetado à dívida bancária, com a respetiva libertação de penhores sobre participações societárias;
 - c) Alienação da totalidade das ações da participada José de Mello Residências e Serviços. Fruto desta operação, liquidação antecipada da totalidade dos empréstimos obrigacionistas com vencimento em 2027 e 2033 ao MONAF;
 - d) Liquidação dos suprimentos devidos à Associação Nacional das Farmácias no âmbito do pagamento dos juros das obrigações convertíveis;

Estas operações de alienação de participações e consequente refinanciamento, foram concluídas durante o exercício e contribuíram para um aumento do resultado líquido da participada Farminveste IPG de 12.674.174 euros em 2024, para 61.283.956 euros em 2025.

6. O Conselho Fiscal acompanhou ainda a operação de Cisão-Fusão na participada Farminveste, Investimentos, Participações e Gestão, S.A. ocorrida em 2 de outubro de 2025, com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2025. Fruto desta operação, a Entidade deixou de integrar áreas de negócio e participações financeiras que, em 2024, se encontravam reconhecidas nessa participada.
7. O Conselho Fiscal continuou a acompanhar as medidas que têm vindo a ser tomadas a nível do governo das sociedades do grupo, de melhoria da eficiência operacional e de avaliação de investimentos, no sentido de se cumprir com o plano estabelecido.
8. As demonstrações financeiras consolidadas mostram-se globalmente aderentes ao referencial contabilístico que as suporta (Normas Internacionais de Relato Financeiro – IFRS) e expressam de forma adequada a posição financeira da Farminveste SGPS a 31 de dezembro de 2025, bem como os resultados consolidados das suas operações, as alterações dos fundos patrimoniais consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data.
9. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.
10. Face ao que antecede, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2025, tal como foram apresentados pela Administração, e que apresentam um resultado consolidado positivo de 58.731.502 euros.
11. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Administração e aos Serviços da Farminveste – SGPS, S.A. toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 22 de abril de 2026

O CONSELHO FISCAL

António Paula de Campos
(Presidente)

António Dias Duarte
(Vogal)

Oliveira Reis & Associados,
SROC, Lda.,
representada por
Carlos Manuel Grenha
(ROC n.º 1266, registado na
CMVM sob o nº 20160877),
Vogal

10. Certificação legal de contas (contas individuais)

The background features a teal block in the top-left corner and another teal block in the bottom-left corner. The rest of the background is a light green color with a faint, stylized image of a stack of papers or documents in the lower-right quadrant.



JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
FREDERICO AMANTE RASQUILHA
MÓNICA SOFIA CUNHA

**OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 259.872.344 euros e um total de capital próprio de 216.719.277 euros, incluindo um resultado líquido de 58.731.502 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

OUTRAS MATÉRIAS

Conforme divulgado no ponto 1 do Relatório de Gestão, durante o exercício de 2025, a entidade participada Farminveste, Investimentos, Participações e Gestão, S.A. procedeu a uma reestruturação profunda da sua dívida bancária. Esta operação envolveu a celebração de novos contratos de financiamento, cujos fundos

1 de 4

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75,
8.º piso, Fração 8.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197
www.orasroc.pt - E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO - CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175

DELEGAÇÃO NORTE - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132



permitiram a liquidação integral dos empréstimos anteriormente detidos, no âmbito do acordo quadro de setembro de 2021. Este refinanciamento resultou numa redução significativa do colateral afetado à dívida bancária, com a libertação generalizada de penhores sobre participações societárias. Relativamente à participada José de Mello Residências e Serviços, durante o exercício, a referida participada procedeu à alienação da totalidade das suas ações, e fruto desta operação, liquidou antecipadamente a totalidade dos empréstimos obrigacionistas com vencimento em 2027 e 2033 ao MONAF.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

3 de 4



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de abril de 2025
OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por
Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877

11. Certificação legal de contas (contas consolidadas)



JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
FREDERICO AMANTE RASQUILHA
MÓNICA SOFIA CUNHA

**OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 600.623.855 euros e um total de capital próprio de 300.319.416 euros, incluindo um resultado líquido de 58.731.502 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1 de 4

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75,
8.º piso, Fração 8.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197
www.orasroc.pt - E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO - CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175

DELEGAÇÃO NORTE - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132



ÊNFASE

Conforme divulgado na nota 2. das notas anexas às demonstrações financeiras, em virtude da operação de Cisão-Fusão ocorrida na participada Farminveste, Investimentos, Participações e Gestão, S.A. em 2 de outubro de 2025, com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2025, a entidade deixou de integrar áreas de negócio e participações financeiras que, em 2024, se encontravam reconhecidas nessa participada, pelo que os saldos e transações das referidas demonstrações financeiras não são comparáveis com o exercício anterior.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

OUTRAS MATÉRIAS

Conforme divulgado no ponto 1 do Relatório de Gestão, durante o exercício de 2025, a entidade participada Farminveste, Investimentos, Participações e Gestão, S.A. procedeu a uma reestruturação profunda da sua dívida bancária. Esta operação envolveu a celebração de novos contratos de financiamento, cujos fundos permitiram a liquidação integral dos empréstimos anteriormente detidos, no âmbito do acordo quadro de setembro de 2021. Este refinanciamento resultou numa redução significativa do colateral afetado à dívida bancária, com a libertação generalizada de penhores sobre participações societárias. Relativamente à participada José de Mello Residências e Serviços, durante o exercício, a referida participada procedeu à alienação da totalidade das suas ações, e fruto desta operação, liquidou antecipadamente a totalidade dos empréstimos obrigacionistas com vencimento em 2027 e 2033 ao MONAF.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

2 de 4



- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

3 de 4



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) e 508.º- D, n.º 3, ambos do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de abril de 2026
OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por
Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877



farminveste

SGPS, S.A.

Farminveste, SGPS, S.A., Sociedade Aberta
Travessa de Santa Catarina 8, 1200-403 Lisboa
Tel: 21 340 06 00 Fax: 21 347 29 94
email: farminveste-sgps@farminveste.pt
Pessoa coletiva n.º 509491480

